



ALMANAQUE DO MOVIMENTO

NEGRO

BRASILEIRO

DIEGO DEZIDERIO

JORGE SANTANA

STEPHANIE SANTANA

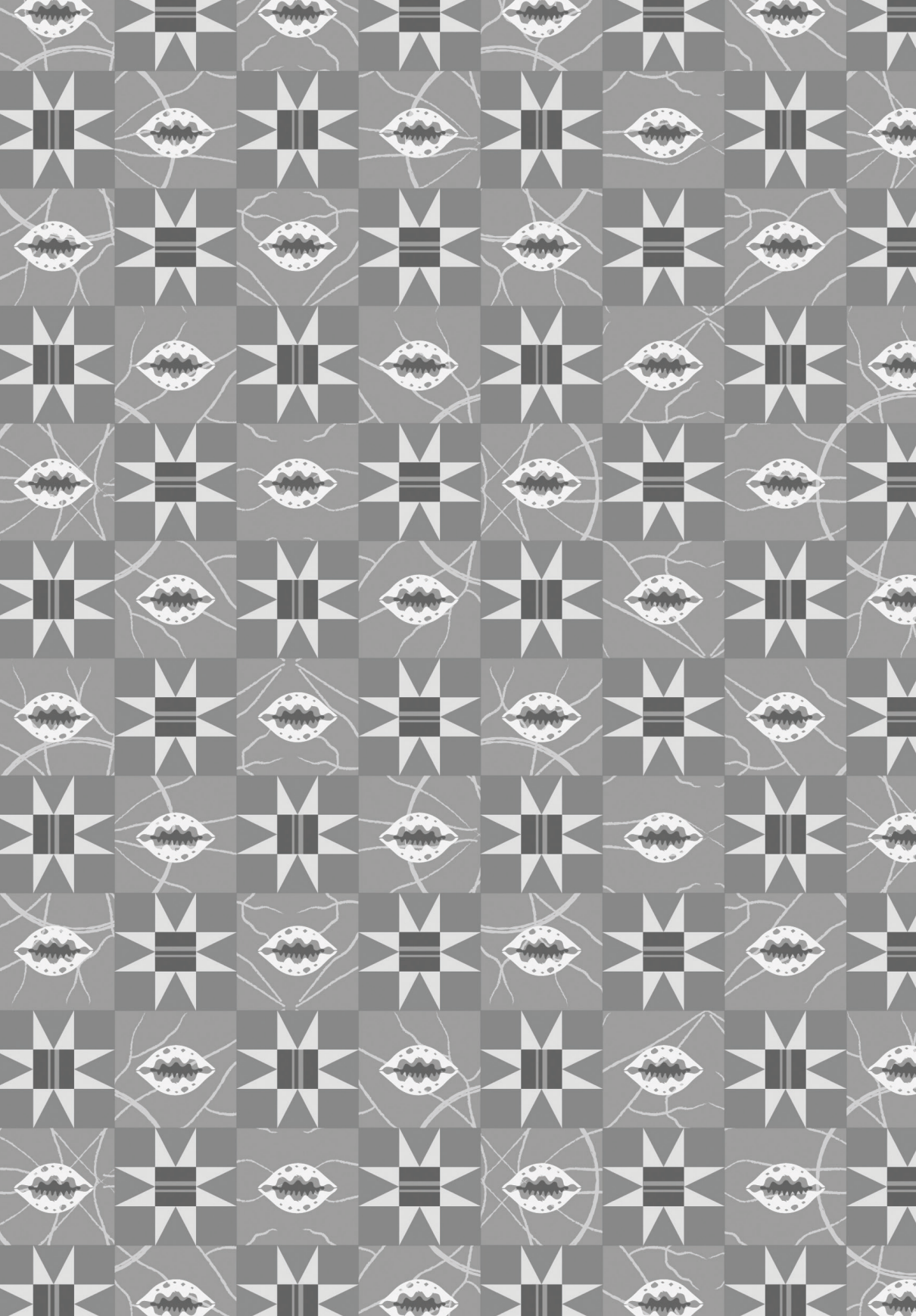


**GOVERNO FEDERAL, MINISTÉRIO DA CULTURA, GOVERNO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DE ESTADO
DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO RIO DE JANEIRO,
ATRAVÉS DA LEI PAULO GUSTAVO APRESENTAM**

ALMANAQUE DO MOVIMENTO

NEGRO

BRASILEIRO



ALMANAQUE DO MOVIMENTO

NEGREO

BRASILEIRO

DIEGO DEZIDERIO

JORGE SANTANA

STEPHANIE SANTANA



Multifoco

GRUPO MULTIFOCO

Rio de Janeiro, 2024

Copyright © 2024 Diego Deziderio, Jorge Santana e Stephanie Santana.

DIREÇÃO EDITORIAL Grupo Multifoco
EDIÇÃO Fernando Carvalho e Ingrid Chaves
REVISÃO Alice Silveira
PROJETO GRÁFICO E CAPA Thais D'Oliveira
DIAGRAMAÇÃO Caroline Sillva

PRODUÇÃO Emanuelle Rosa, George Abreu e Jeferson Alves
AUDIOLIVRO Villanova Produtora Audiovisual
REALIZAÇÃO ONG ÁFRICA

AGRADECIMENTOS SECEC-RJ, Noemia Mello, Antonia Maria da Silva, Maiara Mello, Maiara Carvalho, Junior Mangueira, Ivete de Castro, Ilzemir de Castro, Iraci de Castro, Jorge Santana (*in memória*), Salvador Deziderio (*in memória*), Cleonice do Nascimento Deziderio (*in memória*), Bruno da Silva Rodrigues, Charlene Santos, Ester Maria Rocha e equipe ONG ÁFRICA

*Este livro foi publicado por meio do edital “Diversidade em Diálogo”
pela Lei Paulo Gustavo da Secretaria de Estado de Cultura e Economia
Criativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro.*

DIREITOS RESERVADOS A
GRUPO MULTIFOCO
Av. Mem de Sá, 126 - Centro
20230-152 / Rio de Janeiro, RJ / Tel.: (21) 2222-3034
contato@editoramultifoco.com.br / www.editoramultifoco.com.br

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

D532	Deziderio, Diego. Almanaque do Movimento Negro brasileiro / Diego Deziderio, Jorge Santana e Stephanie Santana. - Rio de Janeiro : Multifoco, 2024. 194p. ; 23 cm.
	Inclui bibliografia ISBN: 978-65-5611-362-3 1. Ciências Sociais 2. Movimentos sociais 3. Escravidão 4. Movimento negro, 1889-2002 5. População negra – Brasil 6. Racismo I. Santana, Jorge II. Santana, Stephanie III. Título
24-0124	CDD 303.484 CDU 326.4

Fernanda Silvino de Melo Silva CRB-7 RJ-007230/O

SUMÁRIO

Apresentação	7
Linha do Tempo	13

PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO (1889-1937)

JORGE AMILCAR DE CASTRO SANTANA

Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio	32
Centro Literário dos Homens de Cor/ Federação Paulista dos Homens de Cor	36
Club Beneficente Recreativo 28 de Setembro	40
A Alvorada	44
Federação dos Homens de Cor	48
Clube 24 de Agosto	53
Centro Cívico e Recreativo José Boiteux/ Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa	57
O Clarim da Alvorada	61
Centro Cívico Palmares	67
Companhia Negra de Revistas	71
Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio	75
Frente Negra Brasileira	79

SEGUNDA FASE DO MOVIMENTO NEGRO (1945-1964)

DIEGO DEZIDERIO

União dos Homens de Cor (UCH)	99
Teatro Experimental do Negro (TEN)	103
Renascença Clube	110
Associação José do Patrocínio	121
Associação Cultural do Negro (ACN)	125
União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC)	129

TERCEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO (1970-ANOS 2002)

STEPHANIE SANTANA

Grupo Palmares	144
Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN)	148
Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN)	153
Centro de Estudos Brasil-África (CEBA)	157
Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo (G.R.A.N.E.S Quilombo)	160
Movimento Negro Unificado	163
Centro de Cultura Negra do Maranhão (CNN MA)	170
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)	173
Grupo Trabalho e Estudo Zumbi (TEZ)	176
União dos Negros do Amapá (UNA)	180
União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO)	185
Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso (IMUNE)	188

APRESENTAÇÃO

O *Almanaque do Movimento Negro Brasileiro* nasce da ideia de produzir um material de consulta, pesquisa e paradigmático que apresente os movimentos negros de norte a sul do Brasil ao longo dos últimos 137 anos. Dessa maneira, aponta como negras e negros sempre se mobilizaram para mudar a situação política, econômica e social à qual foram submetidos pela escravidão e pelo racismo. Esta obra apresenta a pluralidade, diversidade, força e engajamento dos movimentos negros no período republicano brasileiro, rompendo com a ideia errônea de que os negros eram passivos e conformados com a situação social e econômica desfavorável em que se encontravam.

A presente obra tem, em suas páginas, mais de três dezenas de movimentos negros desde 1889 até o ano 2000. Uma diversidade de movimentos negros como: clubes, grupos teatrais, associações, jornais, centros literários, entre outros. O que desconstrói tanto uma ideia racista do negro como “único” como também dos movimentos sociais negros apenas em um formato. As organizações negras que lutaram e ainda lutam contra o racismo são plurais, diversas e adotam diferentes métodos, ações, práticas, ideologias e estratégias de luta.

O processo de pesquisa desta obra teve como metodologia a revisão bibliográfica. Foram analisados os movimentos negros em cada uma das três fases, seguido de uma pesquisa das fontes bibliográficas relacionadas a cada um dos movimentos negros selecionados, contendo o nome, a fundação, as principais áreas de atuação, a localização e um breve histórico sobre as ações e práticas desenvolvidas por cada entidade negra.

Um dos importantes ativos deste livro está na sua autoria, pois é uma obra produzida por três historiadores negros e pós-graduados, formados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo. A UERJ foi a primeira universidade brasileira a implementar o sistema de reserva de vagas para negros, sendo esta uma pauta histórica do movimento negro. Todos os três autores foram e ainda são militantes da “causa negra”, portanto, trata-se de uma obra escrita por aqueles que nunca se furtaram do seu devir histórico da luta contra o racismo e da busca por igualdade racial plena em nosso país. À vista disso, sabemos o quão importante é não apenas a representatividade negra na academia, mas os negros como protagonistas na pesquisa e na produção científica.

As trajetórias desses pesquisadores e autores evidenciam uma sólida formação acadêmica voltada para a pesquisa dos movimentos negros, da negritude e da questão racial no Brasil. O historiador e mestre Diego Deziderio, em sua monografia, pesquisou a implementação da Lei nº 10.639/2003 nos livros didáticos e, em seu mestrado, abordou a implementação da lei no Programa Nacional do Livro Didático. A historiadora e mestre Stephanie Santana, em sua monografia, estudou a repressão aos movimentos negros durante a Ditadura Civil-Militar e, no mestrado, focou no movimento Black Rio e o Movimento Negro Unificado na década de 1970. Já o historiador e doutor Jorge Santana pesquisou, no

mestrado, os imigrantes angolanos no Rio de Janeiro e, no doutorado, as mulheres negras em uma ocupação de sem-tetos.

O livro está dividido em três períodos: primeira fase – Movimentos Negros na Primeira República e Era Vargas; segunda fase – Movimentos Negros na Segunda República; e terceira fase – Movimentos Negros na Ditadura Civil-Militar e na Nova República. Adotamos essa periodização com base nas pesquisas desenvolvidas pelo exímio pesquisador e historiador dos movimentos negros, Professor Doutor Petrônio Domingues, da Universidade Federal de Sergipe. Essa periodização fornece uma análise concisa, objetiva e arrojada dos movimentos negros ao longo do Brasil República.

A primeira fase dos movimentos negros brasileiros compreende a Primeira República (1889–1930) e a Era Vargas (1930–1937). Esse período segue à abolição da escravidão e ao primeiro regime republicano brasileiro. Parte da população negra, recém-saída do cativeiro, não possuía cidadania plena e enfrentava o racismo, a política do branqueamento, a criminalização de suas práticas culturais e religiosas, além de dificuldades como a falta de acesso à educação e o desemprego. Nesse contexto desabonador, surgiram associações de auxílio mútuo, grêmios, jornais e clubes negros. Essas entidades buscavam melhores condições de vida, práticas assistenciais, valorização da imagem do negro, espaços de sociabilidade e recreação, reivindicação de direitos, denúncia do racismo e provisão de educação para a população negra.

A segunda fase do movimento negro organizado corresponde ao período da Segunda República (1945–1964). Com a redemocratização política a partir de 1945, após o fim da ditadura do Estado Novo, o movimento negro organizado retornou ao cenário político brasileiro, problematizando os discursos que negavam a desigualdade racial, lutando contra o racismo e à inserção

marginal negro no período. O movimento buscou trazer para o espaço público demandas e propostas, como a criação de uma legislação que combatesse o racismo. Além disso, desenvolveram estratégias para o combate ao racismo pela via educacional e cultural, focando na elevação da estima do negro e na eliminação do complexo de inferioridade.

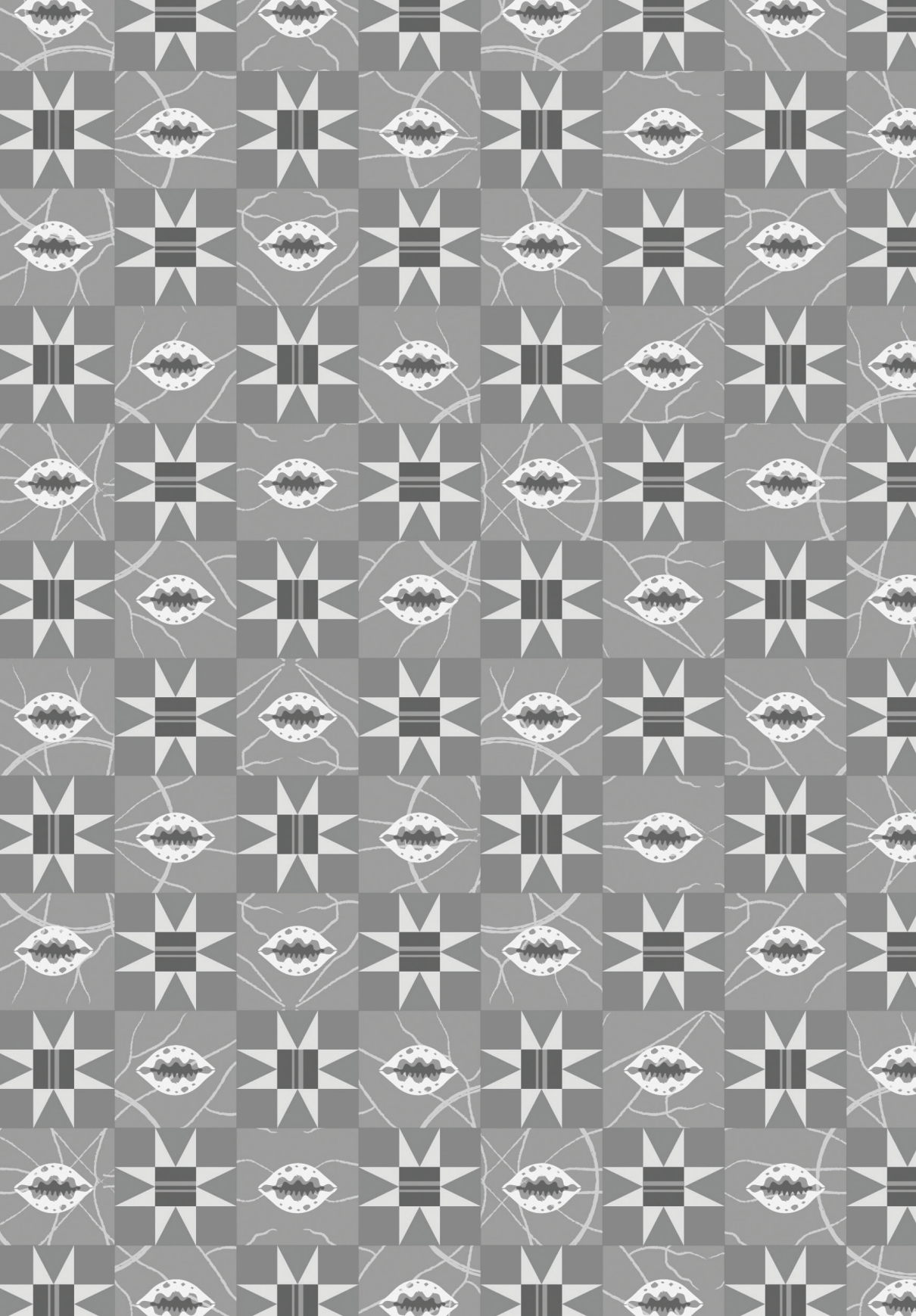
Por fim, a terceira fase do movimento negro organizado refere-se ao movimento negro contemporâneo, que se consolida a partir da década de 1970, após a reorganização do movimento em resposta à desarticulação provocada pelo Golpe Civil-Militar de 1964 e vai até o período pós-2000.

Ainda sob os olhos da ditadura, negros e negras voltam a se unir contra o racismo em organizações espalhadas de norte a sul do país. Nessa fase, o movimento negro se concentra na denúncia do mito da democracia racial e na crescente violência policial, bem como no reconhecimento da dívida histórica e a necessidade de reparação por parte do Estado brasileiro para com a população negra. A partir desse momento, consolidam-se as pautas e agendas que perduram no movimento negro, como, por exemplo, a exaltação da figura de Zumbi, a criação do Dia da Consciência Negra, a aprovação da lei que garante o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, e a implementação da lei de cotas em universidades federais. Esses temas foram iniciados pela geração de 1970 e continuam sendo defendidos pelos militantes até os dias de hoje.

Este livro foi produzido a partir do edital da Lei Paulo Gustavo RJ, da Secretaria do Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, no ano de 2023. O *Almanaque do Movimento Negro Brasileiro* tem como propósito cobrir uma lacuna histórica, cultural, educacional e acadêmica acerca da invisibilidade dos movimentos negros brasileiros, tanto em livros materiais e didáticos como em obras audiovisuais, na TV e em outros meios de

comunicação. Nesse sentido, buscamos, nessas páginas, pautar, apresentar e divulgar as entidades negras como forças políticas, históricas, agentes históricos ativos da História do Brasil. Portanto, não se pode escrever, falar ou abordar a História do Brasil República sem destacar o papel ativo, importante e combativo dos movimentos negros.

Os autores



LINHA DO TEMPO

1888 Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio

1903 Centro Literário dos Homens de Cor

1904 Club Beneficente Recreativo 28 de Setembro

1907 A Alvorada

1909 Federação Homens de Cor

1913 Clube 24 de Agosto

1920 Centro Cívico e Recreativo José Boiteux

1924 O Clarim da Alvorada

1926 Centro Cívico Palmares

1926 Companhia Negra de Revistas

- 1928** Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio
- 1931** Frente Negra Brasileira
- 1943** União dos Homens de Cor
- 1944** Teatro Experimental do Negro
- 1951** Renascença Clube
- 1952** Associação José do Patrocínio
- 1954** Associação Cultural do Negro
- 1962** União Catarinense dos Homens de Cor
- 1971** Grupo Palmares
- 1971** Centro de Cultura e Arte Negra
- 1975** Instituto das Pesquisas Negras
- 1975** Centro de Estudos Brasil-África
- 1975** Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo
- 1978** Movimento Negro Unificado
- 1979** Centro de Cultura Negra do Maranhão

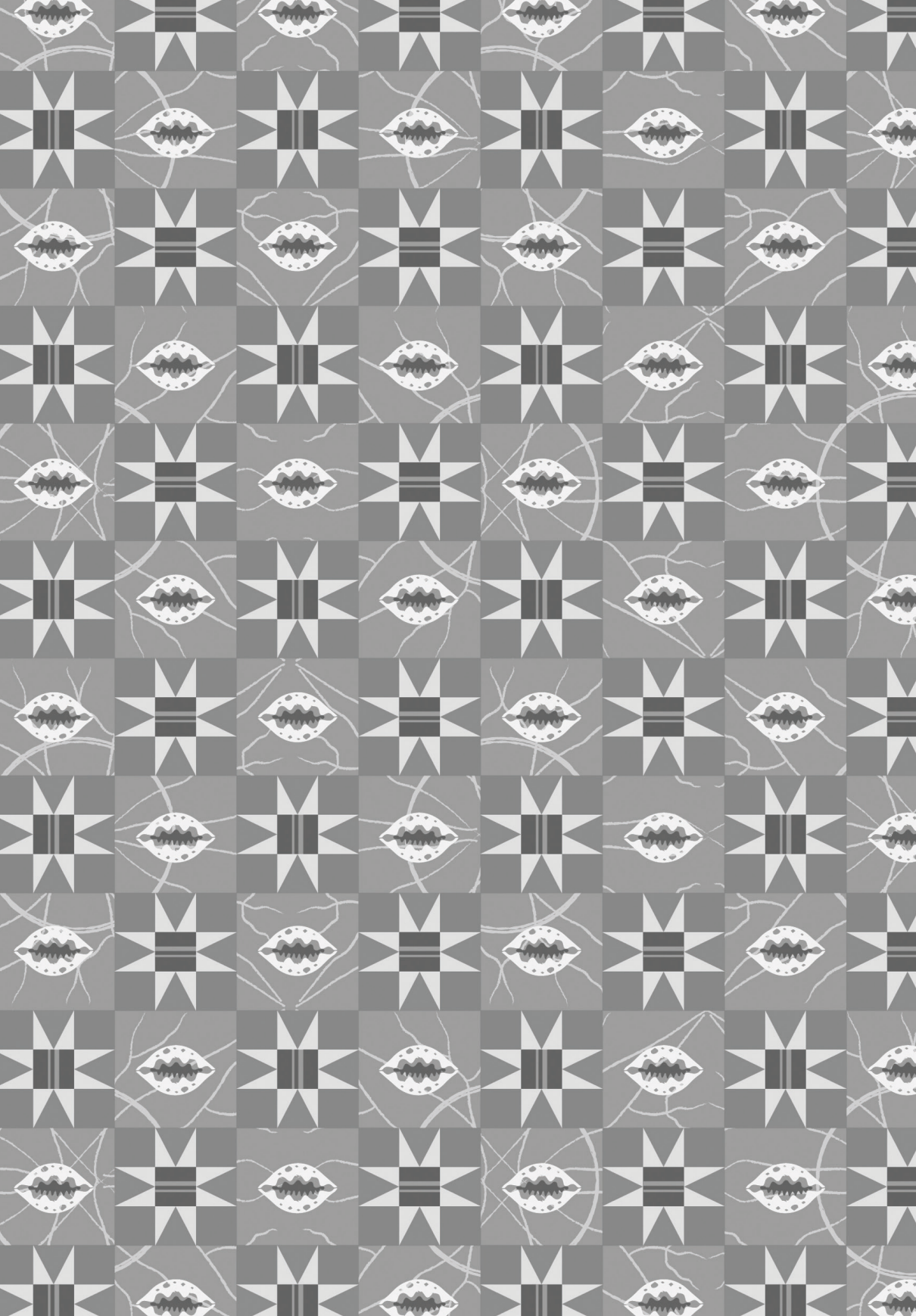
1980 Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

1985 Grupo Trabalho e Estudos Zumbi

1986 União dos Negros do Amapá

1988 União de Negros e Negras pela Igualdade

2002 Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso



PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO (1889-1937)

JORGE AMILCAR DE CASTRO SANTANA

A primeira fase dos movimentos negros no Brasil corresponde ao período da Primeira República (1889-1930) e da Era Vargas (1930-1937)¹. Adotamos essa periodização com base na proposta do historiador Petrônio Domingues (2007), uma grande referência na história dos movimentos negros no Brasil. O pesquisador propôs essa divisão considerando as características, métodos de luta, pautas, ideologias e outros aspectos dos movimentos negros durante o período republicano.

No final da década de 1880, o Brasil passou por grandes mudanças políticas, econômicas e sociais. Em 13 de maio de 1888, após décadas de luta dos movimentos abolicionistas, foi aprovada a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Mais de

1. A periodização estabelecida por Petrônio Domingues (2007) aponta o ano de 1937 como o fim da primeira fase do movimento negro brasileiro. Essa data não é o fim da Era Vargas, que termina em 1945, mas corresponde a uma mudança de regime, com o início da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), a última fase da Era Vargas.

aproximadamente 700 mil escravizados foram libertos. No ano seguinte, o país passou por uma segunda grande transformação: a Proclamação da República. Em 15 de novembro de 1889, um golpe de Estado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca sepultou a monarquia brasileira e instaurou o regime republicano.

O fim da escravidão e a Proclamação da República foram grandes eventos históricos de suma importância, contudo, para a população negra, a plena cidadania e igualdade não foram conquistadas integralmente. Parte da população negra, recém-libertada das senzalas, passou a enfrentar o racismo, a marginalização social, o desemprego, a segregação racial, a criminalização de suas práticas culturais e religiosas, a violência policial e as políticas de recrutamento forçado.

Apesar das adversidades enfrentadas pela população negra no período pós-abolição, ela não se furtou a criar entidades, clubes sociais, grêmios, jornais, sociedades de auxílio mútuo, associações beneficentes, federações e demais organizações a partir do marcador étnico-racial. Tais organizações negras foram criadas em busca de melhores condições de vida para o povo preto. Nesse sentido, o período da Primeira República e da Era Vargas é marcado por diversas iniciativas negras em luta por cidadania plena, direitos, igualdade racial, acesso à educação, emprego, assistência social e integração social.

Nesse sentido, o “13 de Maio”, data da abolição da escravatura e também do advento da República, não garantiu uma cidadania plena para os ex-escravizados. A fundação da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio², na capital paranaense, pouco menos de um mês após a Lei Áurea, evidencia as urgências que os recém-libertos tinham em buscar melhores condições de vida e superar

2. A Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio foi fundada por um grupo de militantes e ativistas negros na cidade de Curitiba em 6 de junho de 1888, menos de um mês após a Lei Áurea.

o racismo³. A formação de organizações negras no período pós-abolição foi essencial para que a população negra pudesse conquistar melhores condições de vida, diante dos desafios impostos por uma abolição inconclusa e por uma sociedade racista.

A Primeira República notabilizou-se por um regime democrático com sérios problemas de participação política, autoritarismo e mandonismo político. O Brasil era um país agroexportador, onde as oligarquias, em diversos estados, detinham o poder econômico e político. O que resultava em um domínio político a partir de práticas como: coronelismo, voto de cabresto, curral eleitoral e clientelismo. Os coronéis, grandes proprietários de terras, usavam do seu poder econômico e da violência para eleger seus candidatos. É também um período histórico marcado pelo processo de urbanização, pela chegada de imigrantes, pelo surgimento do movimento operário e pelo início da industrialização de bens de consumo.

No primeiro regime republicano brasileiro, as ideias racistas estavam presentes nos círculos intelectuais, políticos, médicos e em determinados estratos da sociedade brasileira. O racismo científico, em especial, a eugenia, uma ciência de claro viés racista que buscava o melhoramento da raça, criada na Europa pelo cientista britânico Francis Galton. Para os eugenistas brasileiros, o país estava fadado ao fracasso, devido às populações negras, indígenas e mestiças (Schwarcz, 1993). Esses grupos raciais eram concebidos como raças inferiores e degeneradas, portanto, um empecilho para o desenvolvimento do país.

3. É importante assinalar que a luta da população negra contra o racismo, bem como por direitos, cidadania e integração social não ocorreu apenas no Brasil. Como apontam alguns autores em países da América Latina, onde a escravidão vigorou, a população negra após a abolição se engajou em movimentos em busca de melhores condições. Esse fenômeno dos movimentos negros após a liberdade, portanto, insere-se no conceito de História Transnacional.

A partir da concepção eugenista e do racismo científico, foi implementada a política do branqueamento em busca de eliminar os contingentes populacionais brasileiros concebidos como inferiores. A política do branqueamento tinha como objetivo embranquecer a população por meio da vinda de imigrantes brancos e europeus e a redução dos contingentes populacionais negros, indígenas e mestiços (Schwarcz, 1993).

O médico e eugenista João Batista de Lacerda, no Congresso Universal das Raças, em 1911, fez uma previsão de que em 100 anos o Brasil seria um país 100% formado por brancos (Schwarcz, 1993). O pintor espanhol Modesto Brocos⁴ pintou o quadro intitulado *A redenção de Cam*, que representa o processo de branqueamento almejado pelos eugenistas brasileiros (Schwarcz, 1993). Um efeito concreto da política do branqueamento foi o Decreto nº 528 de 1890⁵, que proibia a entrada de imigrantes africanos e asiáticos no país⁶ (Brasil, 1890a).

Foi também no período da Primeira República o início de um processo de criminalização da cultura negra, concebida pela elite como atrasada, bárbara e rudimentar. Eram concebidas como práticas de raças inferiores, primitivas e que, portanto, deveriam ser extintas. O primeiro Código Penal republicano, de 1890, foi categórico ao imprimir o racismo em seus artigos, criminalizando a cultura, religiosidade e práticas afro-brasileiras. Esse código criminalizou as religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e Candomblé, nos arts. 156, 157 e 158 (Brasil, 1890b), a capoeira no

4. O quadro *A redenção de Cam* é uma pintura a óleo, de autoria do pintor espanhol Modesto Brocos, produzido em 1895. O quadro apresenta uma família de negra e mestiça, que em três gerações conseguiu uma prole branca, apresentando categoricamente o processo de branqueamento.

5. Decreto-Lei nº 528 de 1890, que versava sobre a política de imigração para o Brasil.

6. As populações da Ásia e principalmente da África eram consideradas inferiores e degeneradas.

Art. 402 (Brasil, 1890b) e o samba no artigo que versava sobre o crime de vadiagem (Brasil, 1890b).

O historiador Sidney Chalhoub, em sua obra *Trabalho, lar e botequim* (2001), investigou as atividades de lazer da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. O autor aponta que a repressão, violência, controle social e a vigilância contra os trabalhadores no período da Primeira República estão vinculados a uma busca pela imposição da ética do trabalho. Portanto, a repressão à população negra e suas práticas inserem-se em um amplo arco do Estado brasileiro para moldar a classe trabalhadora, disciplinar os operários e impor uma ética, ordem e disciplina do trabalho. O trabalhador negro nas cidades muitas vezes era preterido, pois o imigrante era concebido como mais eficiente e disciplinado.

Em 1930, as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, bem como os demais grupos insatisfeitos com os rumos da Primeira República, realizaram a Revolução de 1930, dando início a Era Vargas. Esse período em que o político Getúlio Vargas governou o país por 15 anos é de importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Transformações tais como: industrialização de base, voto secreto, conquista do voto para mulheres, legislação trabalhista e modernização do Estado brasileiro.

Durante a Era Vargas, no que tange à questão racial, as ideias também mudaram: a eugenia perdeu força e a ideia do Brasil mestiço ganhou espaço. O país passou a ser concebido como um “paraíso das raças”, desprovido de racismo, e a mestiçagem passou a ser tida como benéfica e positiva, em sintonia com as ideias defendidas pelo sociólogo Gilberto Freyre expressas em seu livro *Casa-grande & senzala* (2002). Nesse sentido, especialmente na Ditadura do Estado Novo, a defesa da construção da identidade nacional brasileira estava atrelada a ideia de um “país mestiço”,

sem racismo e formado por três raças: europeia, africana e indígena. Dessa maneira, configurando a ideia de “democracia racial brasileira” (Gonçalves, 2000).

Na primeira fase dos movimentos negros no pós-abolição, algumas formas, métodos e práticas dos negros foram comuns. Entre elas, destacam-se a Imprensa Negra, com órgãos de imprensa dirigidos por negros e negras; os Clubes Sociais Negros, fundados por e para a comunidade negra; e as Federações ou Associações negras de auxílio mútuo. Em seguida, discorreremos sobre cada uma dessas principais atividades desenvolvidas pelo movimento negro nesse período.

Os movimentos negros da primeira fase tinham algumas características em comum. A autoidentificação dos movimentos negros era “homens de cor”, mas também era usado “preto” ou “negro” (Domingues, 2007). A principal data de celebração era o dia da abolição da escravidão, o “13 de Maio”, porém datas como “28 de Setembro” também eram celebradas. Os métodos de luta foram através da fundação de jornais, clubes, grêmios, federações e associações negras. No contexto internacional, os movimentos da primeira fase foram influenciados tanto pelo movimento pan-africanista quanto pela ideologia fascista. Muitas organizações tinham um forte caráter nacionalista, contudo algumas entidades negras mantiveram uma forte vinculação com sindicatos e demais entidades de classe⁷.

No Período Colonial (1500–1822) e no Período Imperial (1822–1889), nasceram importantes associações, irmandades e sociedades de auxílio mútuo, reunindo escravizados e libertos. Essas entidades foram importantes tanto para prover amparo para os libertos quanto também para financiar a compra de alforria daqueles que ainda estavam no cativeiro e mais tarde na luta

7. Alguns líderes negros eram filiados e atuantes no movimento operário e até em partidos ligados à pauta trabalhista, socialista e operária.

abolicionista. Dezenas dessas organizações existiram em diversas cidades e regiões do país.

Uma das mais importantes e espalhadas por muitas cidades brasileiras foram as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos ou Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A partir da religião e da identidade racial, escravizados e libertos comungavam dos mesmos objetivos. Essas irmandades tinham como principal elemento unificador a questão étnica/racial e a superação das dificuldades a partir do associativismo negro. A força dessas irmandades negras permaneceu no período pós-abolição, servindo como berços para muitas organizações negras que nasceram no período da Primeira República. Muitos líderes, fundadores e membros dos movimentos negros no final do século XIX e início do século XX foram membros de irmandades.

A Imprensa Negra foi uma das principais ações do movimento negro em sua primeira fase. Nessa fase, surgiram dezenas de jornais negros em todo o país em busca de uma imprensa que abordasse as questões vivenciadas pela população negra. O nascimento da imprensa negra tem como mote a invisibilidade ou ausência de notícias sobre os negros na grande imprensa. Sendo necessário o surgimento de órgãos de imprensas dirigidos por homens e mulheres negras para noticiar acontecimentos, personalidades negras e eventos da comunidade negra.

O sociólogo francês Roger Bastide, em suas pesquisas sobre as questões raciais no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, abordou o fenômeno da imprensa negra paulista na primeira metade do século XX. O autor publicou o livro *A imprensa negra no Estado de São Paulo* (1951), em que defende dois períodos: a primeira fase (1915–1930) de jornais negros pequenos voltados para noticiar atividades e eventos da comunidade negra; e a segunda fase (1930–1937), caracterizada por órgãos de imprensa dedicados a uma reivindicação política.

Alguns jornais negros estabeleceram conexões com órgãos da imprensa negra no exterior, como o *O Clarim da Alvorada*⁸, de São Paulo. Em parceria com o periódico negro *Negro World*⁹, criou-se uma coluna internacional chamada “O Mundo Negro”, na qual artigos publicados no jornal ianque eram traduzidos para português e publicados (Francisco, 2008). Dessa forma, criando uma conexão internacional, como também trazendo para o Brasil pautas e questões do movimento negro na América do Norte e na África, o jornal negro *A Alvorada* se engajou em uma campanha crítica à invasão italiana da Abissínia (atualmente Etiópia), contra o imperialismo italiano na África e em defesa da Abissínia independente (Marques, 2017).

As conexões entre as organizações negras do continente americano não foram poucas. Em 1923, o jornalista, editor e fundador do jornal negro *Chicago Defender*¹⁰, o jornalista afro-americano Robert Abbott, visitou o Brasil. Durante sua passagem, fez uma conferência sobre a questão racial no Teatro Trianon, encontrou-se com militantes negros brasileiros (Juliano Moreira, José do Patrocínio Jr., entre outros) e foi homenageado com o título sócio honorário pela Federação dos Homens de Cor no Rio de Janeiro (Domingues, 2018).

Os órgãos da imprensa negra atuaram não apenas divulgando eventos, bailes e demais atividades da comunidade negra, mas também denunciando casos de racismo em suas páginas. O jornal

8. O *Clarim da Alvorada* foi um dos principais órgãos da imprensa negra brasileira. O jornal foi fundado em São Paulo, em 1924, e teve como principais lideranças e fundadores Jayme de Aguiar e José Correia Leite.
9. O *Negro World* foi um jornal da comunidade negra, órgão da Associação Universal do Melhoramento Negro e de grande importância para militância negra nos Estados Unidos. O periódico foi fundado em 1918 e teve como um dos seus fundadores e editores o grande ativista Marcus Garvey.
10. O jornal *Chicago Defender* foi um jornal da comunidade negra da cidade de Chicago, fundado por Robert Abbott, em 1905. O vespertino marcou a época em defesa dos direitos da população negra e pela denúncia do racismo.

negro norte-americano *Chicago Defender*, na década de 1930, publicou dezenas de reportagens exaltando as ações e articulações da Frente Negra Brasileira. O periódico negro norte-americano não poupou elogios para a luta antirracista desenvolvida pelo movimento negro no Brasil, defendendo ser um exemplo a ser seguido. A historiadora Juliana Nunes (2010), em suas pesquisas, aponta na fronteira Brasil-Uruguai intercâmbios e conexões entre movimentos negros uruguaios e brasileiros (gaúchos).

As entidades negras da primeira fase também empreenderam esforços em busca da construção de imagem e representatividade negra positiva. Os movimentos negros atuaram no sentido de valorizar personalidades negras protagonistas na luta pela abolição, como: José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças, entre outros. Os abolicionistas negros eram celebrados em festividades como “13 de Maio” ou “28 de Setembro” ou dando nome a organizações negras.

Na esteira da luta por uma representação e valorização dos negros, os movimentos negros lutaram pela construção de monumentos e bustos. Dessa forma, disputando o lugar do negro no espaço público, em Florianópolis, o Centro Cívico José Boiateux construiu uma herma em homenagem ao poeta negro Cruz e Sousa (Borges, 2019). O periódico negro *O Clarim da Alvorada* participou ativamente na campanha em defesa da construção da estátua da “Mãe Negra” (Santos, 2021), em São Paulo, e o jornal negro *Progresso* foi fundamental para o busto em homenagem a Luiz Gama, na capital paulista (Stumpf; Vellozo, 2018)¹¹. Em comum, todas essas ações no campo simbólico foram no sentido de uma valorização da imagem negra, buscando romper com a imagem negativa, marginalizada e essencialmente associada à escravidão.

11. No Rio de Janeiro, a Federação dos Homens de Cor defendeu a construção de um monumento em homenagem à “Raça Negra”. O monumento tinha esse objetivo, mas a iniciativa não logrou sucesso.

Os Clubes Sociais Negros foram um fenômeno de grande importância para a população negra na primeira metade do século XX. Foram criados dezenas de clubes negros que operavam como espaços de sociabilidade, recreação, lazer, assistência, cultura, auxílio mútuo, beneficência, organizações carnavalescas e educação. Como defende a historiadora Giane Escobar (2010), esses clubes surgiram da união de negros e negras em busca de espaços de sociabilidade e solidariedade. Grande parte desses clubes criados foi devido à segregação racial imposta pelos clubes sociais da elite branca, que proibiam a população negra de frequentar seus espaços.

O Movimento Clubista, nome dado ao fenômeno dos clubes sociais negros, foi tema do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, em 2006. O projeto “Clubes Sociais Negros do Brasil e Uruguai: mapeamento, memória e patrimonialização dos espaços de resistência afro-gaúchos e afro-uruguaios” realizou uma pesquisa que resultou no mapeamento de aproximadamente 100 clubes sociais negros em todo o Brasil¹².

Os Clubes Sociais Negros desenvolveram atividades festivas, recreativas, blocos de carnaval, times de futebol, bailes, grupos teatrais, festas, concursos de beleza e ações assistenciais. Muitos clubes sociais negros eram sociedades de auxílio mútuo, como as Irmandades Negras no período da escravidão. Como sociedades de auxílio mútuo, os clubes amparavam seus sócios ou suas famílias em caso de morte, doença, desemprego ou demais dificuldades. Essas características assistenciais dos clubes se deviam à insuficiência da Primeira República em garantir acesso a direitos básicos e políticas públicas, o que fazia com que agremiações, clubes e associações tivessem que cumprir essa função.

A instauração da República não garantiu direitos civis, políticos e sociais, especialmente o direito e o acesso à educação.

12. QUEM somos. **Clubessociaisnegros Brasil**, [s.d.]. Disponível em: <https://clubessociaisnegros.com/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

O voto universal masculino era restrito aos alfabetizados, o que limitava a participação política da população negra, em grande parte analfabeta. A população negra, recém-saída da senzala e sem ter acesso à educação, se mobilizou para promover a educação aos seus irmãos e aos seus filhos. Como defende Domingues (2007), uma das grandes questões na primeira fase do movimento negro no pós-abolição.

A educação e instrução foram bandeiras importantíssimas para o movimento negro na primeira fase. Os movimentos negros compreendiam que parte dos problemas que assolavam os negros era fruto da falta de acesso à educação. Em meio a um período em que a educação ainda não era um direito universal, muito menos garantida por lei, os movimentos negros moveram duros esforços para fundar escolas, cursos de alfabetização, oficinas de curso profissionalizantes, entre outras iniciativas.

Como aponta a historiadora Noemi Silva (2023), ainda no período do Segundo Reinado, o movimento abolicionista foi responsável por criar escolas para a população negra liberta. No período pós-abolição, não foi diferente, clubes, jornais, associações e agremiações negras fundaram escolas. Uma das escolas mais longevas foi o Colégio São Benedito em Campinas, fundado em 1906, liderado pelo professor negro Benedito Evangelista e mantido pela Federação Paulista dos Homens de Cor. O colégio teve sede própria e formou centenas de estudantes até a década de 1940 (Pereira, 2001).

A preocupação com a educação, como já apontado, foi de grande relevância para a militância negra. Na década de 1930, a Frente Negra Pelotense e o jornal negro *A Alvorada* realizaram uma importantíssima campanha intitulada “Campanha Pró-Educação” (Santos, 2011). Por aproximadamente três anos, o jornal negro e a Frente Negra Pelotense reivindicaram acesso à educação, defenderam que a população negra instrísse seus filhos, com um forte

viés de incentivo à educação e à instrução. As entidades negras concebiam a educação como um instrumento de ascensão social e um caminho para sair da marginalização do povo preto.

Até a segunda metade da década de 1930, os movimentos negros, em suas distintas formas de organização, empreenderam lutas e reivindicações. Foi nesse período que surgiu a Frente Negra Brasileira, o maior e o único movimento negro de massas dessa primeira fase, que chegou a fundar o primeiro partido político negro do Brasil. Entretanto, em 1937, o golpe de estado instaurou a Ditadura do Estado Novo, marcando o fim dessa primeira fase dos movimentos negros.

Selecionamos 12 movimentos negros: *A Alvorada* (Pelotas), Centro Cívico Palmares (São Paulo), Centro Cívico e Recreativo José Boiateux (Florianópolis), Centro Literário dos Homens de Cor (Campinas), Clube 24 de Agosto (Jaguarão), Club Beneficente e Recreativo 28 de Setembro (1904), Companhia Negra de Revistas (Rio de Janeiro), Federação dos Homens de Cor (São Paulo/Rio de Janeiro), Frente Negra Brasileira (São Paulo), Grêmio Recreativo Flor de Maio (São Carlos), *O Clarim da Alvorada* (São Paulo) e Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio (Curitiba).

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do estado de São Paulo. *In*: BASTIDE, Roger. **O negro na imprensa e na literatura**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP, 1951. p. 50-72.

BORGES, Elisa. O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e sua atuação em Florianópolis na década de 1920. 2019. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço de localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Legislação agrícola brasileira: nº 5.** Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1890a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jul. de 2024.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal.** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-norma-pe.html>. Acesso em: 16 jul. de 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores cariocas na Belle Époque.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s-6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Esta “magnânima volição”: a Federação dos Homens de Cor. Dossiê: Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica. **Revista História São Paulo**, São Paulo, v. 37, p. 1-29, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fSmj5JR-ryyxdXHQwhHQgX4n/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2024

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial.** 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências

Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. Um olhar sobre a “América”: experiências afro-americanas nas páginas de O Clarim da Alvorada. **Sankofa**, São Paulo, v. 1, p. 97-116, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88733/91629>. Acesso em: 21 abr. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Edição crítica de Guillermo Gucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca. Paris: Allca XX, 2002.

GONÇALVES, Maria. Alice Rezende. Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional. *In*: GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.). **Educação e Cultura**: pensando em cidadania. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. p 39-70.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. A invasão da Abissínia e o jornal A Alvorada. **História em Revista**, Pelotas, v. 16, n. 16, p. 69-90, 29 set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/12242/7703>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NUNES, Juliana dos Santos. “Somos o Suco do Carnaval”: a marchinha carnavalesca e o cordão do Clube Social 24 de Agosto. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

PEREIRA, José Galdino. Os negros e a construção de sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos

Homens de Cor de Campinas – 1896 a 1914. 2001. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, Renan Rosa dos. Ideias e ações pela integração negra: a trajetória do jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). 2021. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

SANTOS, José Antônio dos. Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **Espetáculos das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Noemi Santos da. Direito de aprender: a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910). 2023. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2023.

STUMPF, Lúcia Klück; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. “Um re-tumbante Orfeu de Carapinha” no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 167-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/cCz6CHygPBjLkPsmScWWtPh/?lang=pt&-format=html>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE 13 DE MAIO

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Curitiba/Paraná

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1888 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: João Batista Gomes de Sá, Hilário Munhoz, Manoel dos Santos, Miguel de Paula, Izidoro Mendes, Vicente Moreira de Freitas, Candido Ozório, Leocádio Julio de Assumpção, Norberto Garcia, Francisco Vidal e Álvaro Silva

ATIVIDADES PROMOVIDAS: bailes, curso de alfabetização, celebrações, festividades e auxílio mútuo

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: recreativa

BREVE HISTÓRICO

A Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio foi fundada em 6 de junho em 1888 por militantes negros na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, pouco menos de um mês após a promulgação da Lei Áurea. Inicialmente, foi nomeada “13 de maio de 1888” e, atualmente, chama-se Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. Na sua fundação, configurava como uma sociedade de auxílio mútuo.

Alguns dos fundadores da agremiação fizeram parte da sociedade secreta e abolicionista *Ultimatum*, que promoveu fugas

e ações em prol da libertação de escravizados. Os sócios da Sociedade 13 de Maio pagavam uma matrícula ao se tornar sócio e mensalidades. Desde o início, o clube aceitava sócios brancos, mas a imensa maioria dos sócios era composta por homens e mulheres negras. No entanto, as mulheres não podiam assumir cargos de diretoria. Para ingressar na associação, era preciso ter a ficha de inscrição aprovada pelos membros da diretoria.

No estatuto do clube de 1896, estavam previstas finalidades como: apoiar sócios e suas famílias em caso de doença, morte ou desemprego; defender direitos e proporcionar um espaço de segurança; promover a educação e a instrução dos sócios e seus filhos; manter uma caixa de socorro; acolher a população negra e zelar pelos direitos dos descendentes da raça africana. Alguns dos fundadores da associação foram: João Batista Gomes de Sá “João da Fausta”, Hilário Munhoz, Manoel dos Santos, Miguel de Paula, Izidoro Mendes, Vicente Moreira de Freitas, Candido Ozório, Leocádio Julio de Assumpção, Norberto Garcia e Francisco Vidal.

A primeira sede do clube foi a casa do sócio fundador João da Fausta, onde ocorriam reuniões e eleições para a diretoria. Em 1896, o clube recebeu a doação de um terreno da prefeitura de Curitiba para construção de uma sede para a entidade. A sede foi construída na década de 1910 na região central da capital paranaense. Para financiar o funcionamento do clube e custear os gastos, o clube abriu um botequim e passou a realizar bailes mensais, cobrando ingressos. Outras iniciativas nesse sentido foram doações, venda de bilhetes de empresas privadas, subvenção de autoridades públicas, venda de bilhetes de festas, entre outros.

As principais festividades da associação eram realizadas em 13 de maio (Data da Abolição) e 28 de setembro (Data da Lei do Ventre Livre). Nessas datas, ocorriam festas e celebrações de grande expressão. A festa em celebração a data 28 de setembro

foi comemorada pela entidade até o ano de 1896, quando surgiu, na capital paranaense, a Sociedade 28 de Setembro. Entretanto, a festa do 13 de Maio era a grande festividade do clube, celebrada com reuniões, passeatas, presença de bandas musicais, sessões solenes, discursos, homenagens, baile e festa. Nessa data, eram convidadas autoridades públicas, redações de jornais, outros clubes, irmandades e entidades curitibanas.

Apenas um ano após a fundação, a Sociedade Operária e Beneficente 13 de Maio criou uma escola noturna. O objetivo da escola era alfabetizar sócios adultos, mas também atendia estudantes fora do quadro associativo. O curso de alfabetização funcionou na sede, que na época era na casa de sócios, e o curso era destinado aos trabalhadores. A escola passou por grandes dificuldades financeiras. Para superar essas dificuldades, a diretoria do clube fez diversos requerimentos e petições ao presidente (governador) da província do Paraná e à prefeitura de Curitiba, demandando recursos financeiros e materiais para a escola, tendo alguns pedidos atendidos pelo Poder Público.

Na última década do século XIX, a Sociedade Beneficente Operária 13 de Maio denunciou a prática de recrutamento forçado do Exército brasileiro. Em 1889, o diretor da agremiação, João da Fausta, denunciou por meio de um jornal que não haveria a grande festa do 13 de Maio, pois os membros da associação negra estavam sofrendo devido ao recrutamento forçado. Em 1897, membros da diretoria reivindicaram medidas do presidente (governador) da província do Paraná, pois os estudantes da escola noturna da entidade não conseguiam operar regularmente, pois seus alunos estavam amedrontados devido ao recrutamento forçado.

A Sociedade Beneficente Operária 13 de Maio ou a “Treze”, como é carinhosamente chamada, é um clube centenário e continua funcionando até hoje, sendo um dos clubes negros mais

longevos do país. Em sua sede própria, na região central da capital paranaense, são realizadas rodas de samba, shows, bailes de música black, oficinas e demais atividades culturais e recreativas, configurando não apenas como uma referência, mas como um dos principais espaços de resistência, sociabilidade e confraternização da população negra no estado do Paraná.

PARA SABER MAIS

HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro; FIGUEIRA, Miriane. **Negros, libertos e associados:** identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2012.

HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro; FABRIS, Pamela Beltramin. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-Abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton. (orgs.). **Paraná Insurgente:** história e lutas sociais - secs. XVIII a XXI. 1ª ed. Curitiba: Casa Leiria, 2018. p. 51-64.

SANTIAGO, Fernanda L. Sociedade 13 de Maio: Uma estratégia de sobrevivência no pós-abolição (1888-1896). 2015. 94 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CENTRO LITERÁRIO DOS HOMENS DE COR/ FEDERAÇÃO PAULISTA DOS HOMENS DE COR

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Campinas/São Paulo

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1903–1937

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Francisco José de Oliveira, Raimundo Salatiel Pereira, Albino Souza Augusto, José Benedito de Paula e Manuel Francisco dos Santos.

ATIVIDADES PROMOVIDAS: saraus, escola primária, jornalismo, desfiles cívicos, jornais, auxílio mútuo, sessões literárias e festividades

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: educação

BREVE HISTÓRICO

O Centro Literário Homens de Cor foi fundado em 15 de novembro de 1903, na cidade de Campinas. Mais tarde, em 1905, o movimento alterou o nome para Federação Paulista dos Homens de Cor. A entidade tem origem na Irmandade de São Benedito de Campinas, vinculada à Igreja de São Benedito de Campinas e composta por ex-escravizados e pela população negra da cidade. Reunia negros e negras em prol de melhores condições de vida da população

negra por meio do associativismo negro e ajuda mútua. Os sócios fundadores da entidade foram: Francisco José de Oliveira, Raimundo Salatiel Pereira, Albino Souza Augusto, José Benedito de Paula e Manuel Francisco dos Santos.

O Centro Literário Homens de Cor, assim como outros movimentos negros do período, apostou na imprensa, tendo também fundado o jornal *O Baluarte*, que se tornou porta-voz do movimento. O jornal negro existiu por cerca de um ano, em 1904, e veiculava as ideias e posicionamentos da organização. Era organizado pelo jornalista negro Benedito Florêncio (Machadinho).

As principais finalidades da organização eram: desenvolver a consciência em prol do desenvolvimento moral e intelectual dos negros no Brasil; promover a aptidão literária; desenvolver a educação cívica dos associados, acompanhando de perto a evolução política interna e externa do país; velar pela educação dos sócios adultos analfabetos, proporcionando aulas de alfabetização no período noturno e diurno. É importante sinalizar a preocupação da entidade, já em sua gênese, com a formação educacional e intelectual da população negra campineira.

Configurava também entre as finalidades o desenvolvimento de conferências, sessões literárias, sessões comemorativas e a celebração datas nacionais, como a Abolição da Escravidão, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários e a Proclamação da República, entre outras, especialmente as datas referentes à negritude. O auxílio aos sócios da Federação estava previsto em diversos casos de socorro, tais como em caso de doença, invalidez, morte ou ação judicial. Dessa forma, o Centro Literário e, posteriormente, a Federação Paulista de Homens de Cor se classificavam como uma sociedade de ajuda mútua.

A festa do “13 de Maio”, data da Abolição da Escravatura no Brasil, era o principal festejo das organizações negras em Campinas. A partir de 1908, a Federação Paulista de Homens de Cor

passou a fazer parte da organização conjuntamente com outras organizações negras e operárias da cidade. Nesse ano em específico, o festejo exaltou a abolição como uma conquista do povo negro e de ilustres abolicionistas: Joaquim Nabuco, Luiz Gama e José do Patrocínio. A partir de 1914, a Federação passou a ter um protagonismo na organização do evento, tornando-se a principal organizadora do festejo.

Uma das grandes ações políticas de grande relevância da entidade foi a criação do Colégio São Benedito, no centro da capital paulista. O colégio oferecia curso primário e gratuito para a população negra, evidenciando, assim, a educação como um instrumento de mobilidade social para a população negra.

O Colégio São Benedito foi fundado em 1902, a partir da Sociedade de Instrução São Benedito, estabelecida em 1896. A instituição educacional funcionava em um prédio anexo à Igreja de São Benedito e é considerada por alguns historiadores como primeira escola destinada à educação da população negra no Brasil. A partir da criação do Centro Literário, a administração da escola passou para as mãos da Federação dos Homens de Cor.

A escola ocupava um prédio anexo à Paróquia de São Benedito, no centro de Campinas. A instituição educacional dedicava-se a oferecer o curso primário para crianças sem recursos para estudar em escolas privadas. Os estudantes pagavam mensalidades que contribuíam para a manutenção e demais gastos. Embora, na fundação, a escola tivesse como objetivo atender a estudantes negros, em pouco tempo passou atender estudantes brancos, tanto pobres quanto abastados. A principal figura da instituição foi o professor e diretor Francisco José de Oliveira, formado em magistério e oriundo de Ribeirão Preto.

Em 1912, a Federação Paulista dos Homens de Cor conseguiu levantar recursos para comprar uma sede no Centro de Campinas, onde passou a oferecer os cursos primário, ginásial e

colegial. Também era ofertado um curso de comércio e um de costura. A sede do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor eram no mesmo espaço físico, o que revela a relação intrínseca entre o movimento e a entidade educacional. Os estudantes desfilavam e participavam das festividades do “13 de Maio”.

O professor Francisco José de Oliveira foi uma figura central tanto para Escola São Benedito como para a Federação Paulista dos Homens de Cor. Sua chegada a Campinas e seu engajamento na militância negra campineira são apontados como um marco no crescimento da agência negra na cidade. A morte do ilustre professor e diretor em 1936 também coincidiu com o término das atividades do Colégio São Benedito.

O Colégio São Benedito era o instrumento de transformação e emancipação do negro pela via educacional. A Federação Paulista dos Homens de Cor é concebida como braço político, entidade com o objetivo de lutar como sociedade civil organizada pela cidadania negra. Dessa maneira, os dois braços, o educacional e o político, foram fundamentais para a existência e agência da organização durante mais de três décadas. A Federação Paulista dos Homens de Cor foi extinta em 1937.

PARA SABER MAIS

PEREIRA, José Galdino. Os negros e a construção de sua cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor de Campinas – 1896 a 1914. 2001. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CLUB BENEFICENTE RECREATIVO 28 DE SETEMBRO

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Pouso Alegre/Minas Gerais

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1904–1985

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Isidoro da Silva Cobra, Mirabeau Joaquim Ludovico, Cassimiro Luiz de Abreu Geraldo Elias dos Santos, José Capelache, Castorino Ferreira, Rosalina Carvalho e Mirabeau Ludovico.

ATIVIDADES PROMOVIDAS: bailes, festividades, conferências, blocos de carnaval e concurso de beleza

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: recreativa

BREVE HISTÓRICO

Em 28 de setembro de 1904, foi fundado o Club Beneficente Recreativo 28 de Setembro, na cidade de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais. Os fundadores da associação negra foram: Isidoro da Silva Cobra, Mirabeau Joaquim Ludovico, Cassimiro Luiz de Abreu, Geraldo Elias dos Santos, José Capelache e Castorino Ferreira.

Entre as finalidades definidas no estatuto do clube estavam: proporcionar aos sócios atividades desportivas, recreativas,

literárias, musicais; manter uma biblioteca e um gabinete de leitura; permitir jogos lícitos; praticar a beneficência sempre que possível; promover o progresso social da cidade; manter e desenvolver a sede, proporcionando aos associados diversões próprias de um clube. A entidade também previa ações de socorro e assistência para seus sócios em caso de desemprego, morte ou doença. Em 1929, a associação negra construiu um edifício onde se tornou a sede social e, nesse mesmo ano, o estatuto do clube foi registrado no cartório de Pouso Alegre.

O Clube Beneficente Recreativo 28 de Setembro aceitava apenas como sócios homens negros. Eles tinham que pagar mensalidades, e existiam três categorias de sócios: efetivos (contribuintes, remidos e beneméritos), honorários e especiais (sócios transitórios). As mulheres negras só podiam se associar caso fossem filhas de um sócio efetivo e, ainda assim, na condição de sócias temporárias. Entretanto, elas participaram ativamente das atividades, festividades e demais ações empreendidas pela associação.

Durante seus anos de existência, o clube negro promoveu uma série de atividades como: bailes, saraus literários, bailes carnavalescos, palestras, conferências, bandas musicais, encenações teatrais, concursos de beleza (Rainha das Margaridas) e até blocos de carnaval. A associação teve o seu próprio bloco carnavalesco, o Bloco 28 de Setembro, e também um time de futebol chamado 28 de Setembro Futebol Clube, marcando a época e a história da cidade de Pouso Alegre. A importância do clube era tamanha que chegou a dispor de duas bandas musicais: Banda Euterpe São Benedito e a Banda Lira Rio Branco.

Assim como os demais movimentos negros desse período, o Clube Beneficente Recreativo 28 de Setembro fundou um jornal, que se configurou como porta-voz da associação. O jornal *28 de Setembro* foi fundado em 1922. O seu subtítulo trazia os seguintes

dizeres: “Órgão literário e noticioso dos homens de cor de Pousou Alegre”. O impresso negro era publicado trimestralmente, seu redator chefe era José Capeleche, o diretor era Mirabeau Ludovico e o secretário era Pedro Angelo de Oliveira. O jornal *28 de Setembro* tratava de assuntos como conscientização da população negra, denúncia do racismo, valorização da educação e da instrução e a divulgação de eventos recreativos, sociais e culturais das entidades da região. O jornal circulou por pouco tempo, encerrando suas atividades em 1924.

A associação negra de Pousou Alegre inaugurou, em 1924, uma escola para atender a população negra, em especial os sócios do clube. A escola, mantida pela agremiação, funcionava na sede social do Clube Recreativo 28 de Setembro e oferecia um curso de alfabetização para os sócios analfabetos no período noturno, com aulas ministradas pela professora Rosalina Carvalho, que também era sócia do clube. Outros documentos e fontes apontam a existência de uma escola do Clube de 28 de Setembro na década de 1930, que também oferecia um curso de alfabetização para adultos.

A associação negra pousou-alegrense tinha duas grandes datas de celebração: 13 de maio (data da Abolição da Escravatura no Brasil) e 28 de Setembro (data da promulgação da Lei do Ventre Livre, que estabeleceu liberdade para os filhos de escravizados nascidos, e da Lei dos Sexagenários, que libertou os escravizados com mais de 60 anos). No dia 28 de setembro, além das comemorações e do baile, era realizado um concurso de beleza para eleger a “Rainha 28 de Setembro”, a mais bela negra da comunidade. Em meio a dificuldades financeiras e falta de administração, o Club 28 de Setembro chegou ao fim em 1985.

PARA SABER MAIS

RIBEIRO, Jonatas Roque. O Clube 28 de Setembro: sociabilidade e resistência da cultura afrodescendente em Pouso Alegre – MG. 2013. 96 f. Monografia (Graduação em História - Licenciatura) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2013.

A ALVORADA

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Pelotas/Rio Grande do Sul

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1907–1965

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Rodolfo Xavier, Juvenal Moreira Penny, Durval Moreira Penny e Antônio Baobad

ATIVIDADES PROMOVIDAS: jornalismo e apoio educacional

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: jornalismo

BREVE HISTÓRICO

Em 5 de maio de 1907, foi fundado o jornal negro *A Alvorada*, um veículo de comunicação produzido por intelectuais e operários negros, destinado à população negra da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. O impresso teve como fundadores: Antônio Baobad, Rodolfo Xavier, Juvenal Moreira Penny e Durval Moreira Penny. O jornal tinha uma circulação semanal, era publicado aos domingos e ficou conhecido como “a voz da população negra em Pelotas”. Além da cidade-sede, o impresso era vendido em cidades do interior gaúcho, como Pedras Altas, Bagé, Jaguarão, Rio Grande, Alegrete, entre outras cidades.

O subtítulo do veículo de imprensa era “Periódico Literário, Noticioso e Crítico”. O jornal negro noticiava eventos, anúncios, colunas, artigos, crônicas, propagandas, notas sociais, atividades e demais ações da comunidade negra pelotense e região. Além disso, era defensor da educação e da instrução para população negra, denunciava casos de racismo e lutava contra as desigualdades entre a população negra e branca. O impresso *A Alvorada* também se dedicava às questões de classe, portanto, segundo alguns pesquisadores, também atuava como um jornal operário.

O jornal *A Alvorada* também foi reconhecido por sua atuação na construção de uma identidade negra positiva e na valorização dos negros. O impresso negro realizou concursos de beleza, publicou fotos, fez homenagens a personalidades negras e prestou tributos. Nesse sentido, o veículo de imprensa negra contribuiu para o fortalecimento da autoestima da população negra gaúcha, além de exaltar abolicionistas negros importantes na luta pelo fim da escravidão, afirmando o protagonismo negro na conquista da abolição.

Articulistas, jornalistas e colaboradores do impresso negro pelotense eram também atuantes no movimento sindical, como Rodolpho Xavier e Antônio Baobad. Outras organizações negras pelotenses, como clubes negros, associações, cordões de carnaval, associações recreativas e times de futebol, tinham membros que eram do jornal *A Alvorada* e mantinham relações de solidariedade e proximidade, o que aponta uma forte organização ampla da população negra e uma diversidade de entidades e associações.

Em 1933, foi fundada a Frente Negra Pelotense, e o jornal *A Alvorada* tornou-se o veículo de imprensa da entidade. Entre os anos de 1933 e 1935, *A Alvorada* foi um dos principais órgãos engajados na Campanha Pró-Educação; durante esse período, foram publicados dezenas de artigos em defesa da educação. Tais artigos versavam sobre temas como instrução, alfabetização,

moralização e escolarização. A campanha tinha como objetivo a inserção da população negra em espaços escolares, a alfabetização e a valorização da intelectualidade negra. Além disso, concebia a ideia de que a educação era um instrumento para a ascensão social, a conscientização de direitos e deveres, e a melhoria de condições de vida da população negra.

No âmbito da Campanha Pró-Educação, a Frente Negra Pelotense defendeu a criação de uma escola, bem como de uma caixa de ajuda, onde seriam depositadas doações para ajudar os estudantes negros. A escola a ser criada deveria ser gratuita, com o mesmo uniforme para todos os estudantes, sem distinções de classe ou origem social. A preocupação era garantir acesso à educação para crianças negras e pobres. A escola não chegou a ser fundada, mas a Frente Negra Pelotense conseguiu angariar recursos para financiar matrículas de estudantes negros.

O impresso negro de Pelotas também estava atento às questões internacionais. Portanto, quando a Abissínia (atualmente Etiópia) foi invadida pela Itália, em 1935, o jornal manifestou seu apoio ao país africano. Os colunistas e articulistas do jornal *A Alvorada* publicaram uma série de colunas e textos críticos à invasão imperialista italiana. Os textos acusavam o ditador fascista Benito Mussolini de querer ser um novo “César romano”, denunciava a intenção de saquear as riquezas africanas, o preconceito racial e a barbárie da ação militar. Em contrapartida, exaltava a liderança do Imperador etíope Hailé Selassié de ser um grande líder negro e motivo de orgulho por sua bravura em defender a Etiópia.

O jornal circulou até o ano de 1935, o que é considerado a primeira fase do impresso, que era propriedade do fundador Juvenal Penny. Essa fase é caracterizada pela luta antirracista e classista. O veículo de imprensa voltou a ser publicado após a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1946, na chamada segunda fase. Nessa etapa, o jornal foi comprado por Rubens Lima e adquiriu um

perfil mais amplo, comercial e menos engajado nas questões raciais e classistas, tendo como objetivo vender exemplares e obter lucro. O impresso circulou até o ano de 1965, quando definitivamente fechou as portas.

PARA SABER MAIS

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. Um olhar sobre a “América”: experiências afro-americanas nas páginas de O Clarim da Alvorada. **Sankofa**, São Paulo, v. 1, p. 97-116, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88733/91629>. Acesso em: 25 maio 2024.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. A invasão da Abissínia e o jornal A Alvorada. **História em Revista**, Pelotas, v. 16, n. 16, p. 69-90, 29 set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/12242/7703>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. Rodolpho Xavier: trajetória intelectual na imprensa negra no pós-Abolição. In: 9 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2020, Florianópolis – SC. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 01-15.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Ed. Universitária, 2003, v. 7.

SCHVAMBACH, Janaina. Memória Visual da Cidade de Pelotas nas fotografias impressas no Jornal A Alvorada e Almanaque de Pelotas (1931 – 1935). 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

FEDERAÇÃO DOS HOMENS DE COR

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Paulo/São Paulo;
Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1909–1937

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Osório Romano, Bernabé Francisco Pereira, Olavo Jonas dos Santos, Irineu Silva, Bento José Monteiro, Joaquim Candido de Paula, Wenceslau Ferraz de Camargo, Theodoro Galdino, Pedro Marcondes Salgado, Conrado dos Santos e J. B. de Camargo

ATIVIDADES PROMOVIDAS: conferências, palestras, educação e ações políticas

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: ação política

BREVE HISTÓRICO

Em 28 de novembro de 1909, foi fundada a Federação dos Homens de Cor por militantes negros, na cidade de São Paulo. A entidade teve como fundadores: Osório Romano, Bernabé Francisco Pereira, Olavo Jonas dos Santos, Irineu Silva, Bento José Monteiro, Joaquim Candido de Paula, Wenceslau Ferraz de Camargo, Theodoro Galdino, Pedro Marcondes Salgado, Conrado dos Santos e J. B. de Camargo. A Federação dos Homens de Cor foi criada na

qualidade de uma sociedade beneficente com os seguintes objetivos: prestar assistência social aos sócios; realizar atividades políticas-culturais; e buscar por melhores condições para população negra. Os sócios pagavam mensalidades que contribuíam para o funcionamento da entidade.

A entidade tinha uma sede no bairro da Bexiga, onde desenvolvia atividades políticos-culturais, beneficentes, festas, reuniões, além de contar com uma biblioteca. A Federação Homens de Cor também possuía um jornal, *A Federação*. Por meio desse veículo de comunicação, as atividades, ações e demais questões da associação eram divulgadas. No primeiro período, a entidade ainda funcionava na informalidade; foi apenas em 1914 que foi produzido um estatuto social e registado em cartório, configurando a formalização da Federação.

Como demais associações e movimentos negros do período, a Federação dos Homens de Cor fundou sua própria escola. Em 1913, foi inaugurada a Escola Mista do Centro da Federação dos Homens de Cor, que funcionava nos turnos diurno e noturno. A escola ainda contou no mesmo ano com uma emenda parlamentar da Câmara de Vereadores de São Paulo para funcionar em dois turnos.

Algumas datas eram celebradas pela associação, como o dia 28 de setembro, data da Lei do Ventre Livre (1871); o dia 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil (1822); o dia 15 de novembro, Dia da Proclamação da República (1889); e o dia 13 de maio, data da abolição da escravidão (1888). A Federação realizava cerimônias cívicas e reuniões com a participação de membros, convidados, autoridades públicas, grupos da sociedade civil, movimentos e associações negras, além do público em geral. Uma das atividades de celebração era a visita ao túmulo de grandes líderes abolicionistas, e à noite ocorria uma solenidade na sede, com discursos de oradores, música, comidas e bebidas.

A Federação dos Homens de Cor teve destaque na atuação combativa contra práticas racistas. Em 1915, Eloy Chaves, o secretário de Justiça e Segurança Pública do estado de São Paulo, anunciou na imprensa que iria excluir os homens negros da Força Pública. A Federação e outras organizações negras paulistas se mobilizaram e protestaram, o que resultou em recuo do secretário paulista. Em 1917, a Federação atuou protestando contra a expulsão do filho do professor Hemérito dos Santos, aluno do Colégio Petrópolis, que foi expulso pelo diretor da instituição por ser negro.

No final da década de 1910, a associação passou por dificuldades financeiras e não conseguia mais ser uma importante entidade negra. Em 1920, a Federação dos Homens de Cor decidiu mudar sua sede de São Paulo para o Rio de Janeiro, sob a liderança de Jayme Baptista de Camargo. A primeira sede era localizada no Centro do Rio de Janeiro, depois transferida para o bairro da Praça da Bandeira. Sob o comando de Jayme Baptista e na capital federal, a associação ganhou um novo fôlego e passou a realizar importantes ações e atividades.

Em 1923, foi publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, um manifesto intitulado *Monumento da raça negra*. O manifesto convocava para uma ação coletiva e defendia a construção de um monumento em praça pública em homenagem à raça negra. Uma iniciativa importante da Federação foi a defesa da criação de um “monumento da raça negra”. A empreitada tinha como objetivo o reconhecimento e a contribuição dos negros para a construção do Brasil, reivindicando a centralidade negra e exaltando a raça negra. O projeto do monumento não obteve sucesso.

Na década de 1920, um caso de racismo no Senado colocou novamente a Federação dos Homens de Cor na linha de frente de combate. O senador Irineu Machado teria dito na tribuna que o

Senado não era senzala nem lugar de negro. Eliseu César, membro e grande orador da entidade, fez uma discussão dura contra o racismo, além disso, teceu críticas ao senador, autor da fala racista.

Em 1923, Robert Abbott, fundador e editor do jornal negro norte-americano *Chicago Defender*, viajou para a América do Sul. Em visita ao Brasil, o militante negro norte-americano fez questão de conhecer o trabalho da Federação dos Homens de Cor. Em 24 de fevereiro, Robert Abbott foi recebido por uma comissão na sede da associação, onde foi saudado e participou de um almoço. Ele teve uma boa impressão dos progressos da luta negra e aceitou o título de sócio honorário da Federação dos Homens de Cor.

A Federação também atuou na política institucional, apoiando e lançando candidaturas. Em 1928, a entidade convidou o professor negro José de Souza Marques para ser candidato a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Souza Marques reunia valores e princípios importantes para a entidade, além de compromisso com a “raça” e a “nação”. O professor concorreu ao cargo, mas não conseguiu ser eleito. Essa tentativa evidencia a agência na política da associação.

Na década de 1930, a associação passou por uma crise, perdendo sócios e também espaço. A sede foi novamente transferida, dessa vez para o bairro de Madureira, no subúrbio carioca. Em 1937, o presidente Getúlio Vargas empreendeu um golpe de Estado, que instalou a Ditadura do Estado Novo (1937–1945). Com isso, os partidos políticos, sindicatos, associações e demais organizações foram extintas, atingindo também a Federação dos Homens de Cor.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio. Federação dos Homens de Cor: notas de pesquisa. *In*: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. **Anais [...]**. Natal, 2013. Disponível em: https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371180661_ARQUIVO_AnaisAnpuhFederacaoCor.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Esta “magnânima volição”: a Federação dos Homens de Cor. Dossiê: Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica. **Revista História São Paulo**, São Paulo, v. 37, p. 1-29, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fSmj5JR-ryyxdXHQwhHQgX4n/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CLUBE 24 DE AGOSTO

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Jaguarão/Paraná

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1918 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Malaquias Oliveira e Theodoro Rodrigues

ATIVIDADES PROMOVIDAS: bailes, blocos carnavalescos, escola de samba, concurso de beleza e auxílio mútuo

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: recreativa

BREVE HISTÓRICO

O Clube 24 de Agosto foi fundado em 24 de agosto de 1918, na cidade de Jaguarão, no estado do Rio Grande do Sul. O nome do clube faz referência à data de sua fundação. O clube negro foi fundado pelos trabalhadores negros: Malaquias Oliveira, Theodoro Rodrigues, Doralino Correia, Humberto Ferreira, Domingo Ribeiro, Merci de Vargas, Otacílio Farias, Rosalino dos Santos, Natalio Neison da Silva, Magno Dias, José Nunes de Oliveira e Ernesto Faria e João Pedro Faria. Dois dos principais sócios fundadores, Malaquias Oliveira e Theodoro Rodrigues, eram membros do Círculo Operário Jaguareense, o que revela ser um clube fundado por trabalhadores e operários atuantes em organizações de recorte classista. Essa proximidade é ainda mais evidenciada pelo fato

de que a primeira sede da associação era o mesmo prédio que abrigava a sede do Círculo Operário Jaguarense.

A motivação para fundação do clube social tem origem na segregação racial existente à época na cidade gaúcha e do racismo enfrentado pela população negra, impedida de frequentar espaços de lazer e cordões carnavalescos. O Clube foi criado porque outros clubes sociais da cidade não aceitavam a participação e a presença de pessoas negras, sendo, portanto, necessária a criação de um clube para população negra.

Apenas em 1964 o Clube 24 de Agosto obteve o status de uma organização regida por um estatuto. O estatuto registrado estabelecia como finalidades: a criação de uma biblioteca, uma escola de alfabetização, a realização de palestras, concursos de beleza, a eleição da Rainha do Clube 24 de Agosto, atividades recreativas e de lazer, conferências, cursos e oficinas para o trabalho, teatro, bailes e atividades carnavalescas, entre outras. A associação negra também realizou festivais de cultura no Teatro Esperança, onde arrecadavam recursos para a entidade.

Nas primeiras décadas de existência, a entidade não tinha uma sede própria, por isso o clube realizava reuniões e bailes em espaços emprestados. Apenas no final da década de 1960, os sócios conseguiram adquirir um terreno para ser a sede social, sendo os próprios sócios que atuaram na construção da sede. Apenas em meados da década seguinte, foi concluída a obra da sede social do Clube 24 de Agosto, que permanece até hoje como sede social da entidade.

O Clube 24 de Agosto desenvolveu diversas atividades e ações, mas as que ganharam mais destaque e reconhecimento foram os bailes de carnavais, a escola de samba e o bloco carnavalesco. Em 1924, foi criado o Cordão Carnavalesco Clube 24 de Agosto, que desfilava no carnaval jaguarense, assim como o Cordão Carnavalesco União da Classe, que também contava com a participação de

membros do Clube 24 de Agosto. Mais tarde, em 1940, foi fundada a escola de samba Bataclan, que desfilava no carnaval da cidade, tornando-se famosa por grandes desfiles e recebendo prêmios e homenagens de escolas de samba de Porto Alegre e Rio Grande.

A cidade de Jaguarão é localizada na fronteira com o Uruguai, faz divisa com a cidade uruguaia de Rio Branco. A fama e ações da associação negra jaguarense foram noticiadas no jornal uruguaio *Orientacion*, que elogiava as festas, desfiles e bailes promovidos em Jaguarão. A escola de samba Bataclan também realizou apresentações e desfiles na cidade uruguaia de Rio Branco e chegou a ser premiada em 1956. Esses eventos revelam a influência e importância da entidade negra, que extrapolou as fronteiras, fenômeno semelhante ao que ocorreu com outros clubes negros em outras cidades gaúchas localizadas na fronteira entre Brasil e Uruguai.

A sede social da associação negra de Jaguarão foi tombada, em 2012, como Patrimônio Histórico do Estado do Rio Grande do Sul por ser um espaço de memória da cultura afro-brasileira. No ano seguinte foi certificada pelo Ministério da Cultura como um Ponto de Cultura. Na primeira década do século XXI, o clube foi ameaçado de perder sua sede devido a dívidas com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). A sede seria leiloadada, mas o clube superou essa ameaça. O Clube 24 de Agosto ainda permanece em pleno funcionamento, promovendo bailes, atividades e demais ações do movimento negro, sendo um espaço histórico e ativo de sociabilidade e resistência negra no extremo sul do Brasil.

PARA SABER MAIS

CARDOSO AL-ALAM, Caiuá; OLIVEIRA, Fernanda. A comunidade negra na fronteira entre Brasil e Uruguai: uma análise sobre o Pós-Abolição por meio dos Clubes Negros de Jaguarão e Melo em meados do século XX. **Revista de História da Unisinos**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 503-517, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/download/76912307/19861-Texto_do_Artigo_60790544-1-10-20211214.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

NUNES, Juliana dos Santos. “Somos o Suco do Carnaval”: a marchinha carnavalesca e o cordão do Clube Social 24 de Agosto. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

CENTRO CÍVICO E RECREATIVO JOSÉ BOITEUX/ CENTRO CÍVICO E RECREATIVO CRUZ E SOUSA

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Florianópolis/Santa Catarina

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1920–1927

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Idefonso Juvenal, Trajano Margarida, André Pinheiro, Agrícola Guimarães, Manoel Côrrea, José Gregório Rosa e João Ubaldo Falcão

ATIVIDADES PROMOVIDAS: festividades, curso de alfabetização, bailes e reuniões cívicas

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: reuniões cívicas

BREVE HISTÓRICO

O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux foi fundado em 20 de janeiro de 1920, na cidade de Florianópolis, pelas lideranças negras catarinenses: Ildelfonso Juvenal, Trajano Margarida, André Pinheiro, Agrícola Guimarães, Manoel Côrrea, José Gregório Rosa e João Ubaldo Falcão. O Centro Cívico foi fundado por negros para promover instrução cívica, literária e atividades recreativas para seus membros e suas famílias. O estatuto da organização definia

como principais finalidades: a realização de reuniões cívicas em datas nacionais, o oferecimento de ensino primário para membros da associação e para todos que necessitassem, a leitura de jornais e revistas e a promoção de bailes dançantes.

A entidade era uma associação exclusiva para homens negros e maiores de 18 anos, os membros pagavam mensalidades que financiavam as atividades e o funcionamento. A associação era composta em sua maioria por homens instruídos e empregados do setor público ou privado. Anualmente, os membros se reuniam na sede para realização da Assembleia Geral da entidade para eleger a diretoria, que era composta por cargos como: Presidente, Vice-presidente, 1º secretário, etc. Durante sua existência, a entidade realizou uma série de atividades como: festas literárias, quermesses, bailes, reuniões, apresentações teatrais celebrações cívicas e festas musicais.

Uma das principais inciativas da associação foi homenagear uma das maiores personalidades negras de Santa Catarina, o escritor, poeta e literato Cruz e Sousa. O Centro Cívico se engajou em uma campanha para construir uma herma em sua homenagem, destacando sua atuação como abolicionista e escritor catarinense. Essa ação constava no estatuto da entidade e faz parte da luta dos movimentos negros do período em homenagear grandes personalidades negras. A campanha foi comandada pela Comissão Protetora da Herma, que mobilizou diversos setores e atividades na capital catarinense para arrecadar recursos. Em 7 de abril de 1923, a entidade conseguiu inaugurar na Praça Benjamin Constant, no centro da cidade, uma herma em homenagem ao poeta negro. A inauguração foi um evento importante com a presença de autoridades, políticos, delegações do interior catarinense e corporações escolares.

Uma segunda ação de grande importância do Centro Cívico foi a busca pela promoção da educação e instrução para pessoas

negras na capital catarinense. Em junho de 1920, a associação conseguiu fundar e inaugurar uma escola chamada Escola Noturna para Adultos Cruz e Sousa. A instituição educacional funcionava na sede da entidade, dedicava-se à alfabetização e foi criada com uma turma de 25 alunos. Em 1927, o Centro Cívico fundou o Curso Primário Noturno Dr. Hercílio Luz, presumivelmente voltado para atender ao público adulto de trabalhadores.

A data da Abolição da Escravidão (Lei Áurea), o dia 13 de maio, era uma data cívica celebrada pela entidade. O Centro Cívico e Recreativo José Boiateaux realizava anualmente uma sessão cívico-literária, com apresentação de bandas, inauguração de retratos e discursos na sede. A celebração era aberta ao público e contava com participação de convidados, políticos, autoridades públicas, além dos membros da associação. Na celebração de 1920, Idelfonso Juvenal fez um discurso denunciando o racismo existente na sociedade da época, exaltando a raça negra, defendendo o destaque de negros em diversas camadas sociais e celebrando grandes personalidades negras como Henrique Dias, José do Patrocínio, Luiz Gama. Marcílio Dias, entre outros.

A entidade mantinha relações próximas com políticos catarinenses, muitos participaram dos quais participaram de atividades, reuniões e festividades. Figuras políticas como José Boiateux, Hercílio Luz, Adolpho Konder e Coronel Raulino Horn eram frequentadores do Centro Cívico. Dessa forma, apesar de a associação ser exclusiva para homens negros, mantinha profícuas relações com autoridades e homens brancos proeminentes do estado de Santa Catarina, além de cultivar relação com o Partido Republicano Catarinense. Muitas notícias sobre atividades da entidade negra foram publicadas pelo jornal *República*, vinculado ao partido.

A partir de 1922, iniciaram disputas políticas e divergências que contribuíram para tensões internas e dissidências no Centro

Cívico, o que resultou na saída de alguns membros importantes como Ildelfonso Juvenal, entre outros. Também resultou em uma alteração do nome, deixando de se chamar Centro Cívico José Boiteux e passando a se chamar Centro Cívico e Recreativo Cruz e Sousa. A entidade negra continuou promovendo ações e intervenções em Florianópolis até 1927, quando chegou ao fim.

PARA SABER MAIS

BORGES, Elisa. O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e sua atuação em Florianópolis na década de 1920. 2019. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

TEIXEIRA, Luana. Associativismo negro em Florianópolis na década de 1920. **Métis: História & Cultura**, [S. l.], v. 19, n. 37, p. 164-190, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9314>. Acesso em: 10 jul. 2024.

O CLARIM DA ALVORADA

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Paulo/São Paulo

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1924–1932

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Jayme de Aguiar, José Correia, Benedicto Ribeiro, Moyses Cintra, Cyro Costa, Gervásio de Moraes, Luís Barbosa, Deocleciano Nascimento e Horácio da Cunha

ATIVIDADES PROMOVIDAS: jornalismo

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: jornalismo

BREVE HISTÓRICO

O jornal *O Clarim* foi um dos principais órgãos da imprensa negra na primeira metade do século XX. Ainda no mesmo ano, o nome do periódico foi alterado para *O Clarim da Alvorada*. Fundado em 1924, na cidade de São Paulo, seus fundadores foram os militantes e jornalistas negros: Jayme de Aguiar e José Correia Leite. Foram também colaboradores importantes na criação do jornal: Benedicto Ribeiro, Myses Cintra, Cyro Costa, Gervásio de Moraes, Luis Barbosa, Deocleciano Nascimento e Horácio da Cunha. A primeira edição foi publicada no dia 6 de janeiro de 1924.

Em sua fundação, o jornal declarava que pretendia ser um “Órgão Literário, Científico e Humorístico”, conforme constava

no subtítulo do periódico. Depois foi alterado para “Órgão Literário, Noticioso e Humorístico”. No início, o objetivo era ser um jornal literário. Uma das características era o uso de pseudônimos por jornalistas e colaboradores, prática que visava proporcionar liberdade aos autores, permitindo-lhes fazer críticas e expressar indignações sem o risco de sofrer retaliação ou perseguição. Em pouco tempo, o jornal negro conquistou o gosto do público, passando por semanal a mensal e, posteriormente, trimestral, alcançando, em seu auge, uma tiragem de 5 mil exemplares.

Nos primeiros anos do *O Clarim da Alvorada*, a principal figura e redator-chefe foi Jaime de Aguiar, que assinava muitos dos textos com pseudônimo “Maoyes Cintra”. Esses textos abordavam os problemas do negro. Sob a direção de Jayme de Aguiar, a principal linha editorial do jornal era a publicação de poemas, contos e textos literários. Essa linha editorial seguiu nos dois primeiros anos de existência do periódico.

O Clarim da Alvorada foi responsável por noticiar diversas atividades e acontecimentos da comunidade negra paulista e paulistana. Eram divulgados eventos como bailes, saraus, apresentações teatrais, recitais de poesias, homenagens a figuras e personalidades negras, festividades, desfiles carnavalescos, comemorações de datas como o 13 de Maio, entre outros. Essa ação contribuiu para formação de uma significativa rede relações, agregação e unidade da comunidade negra.

A campanha em defesa da construção da estátua da “Mãe Preta” foi uma importante iniciativa de *O Clarim da Alvorada*, especialmente liderada por José Correia Leite. A campanha buscava instituir o dia 28 de setembro (data da Lei do Ventre Livre) como o “Dia da Mãe Preta”. Concomitantemente, mobilizou esforços para arrecadar dinheiro para construir uma estátua em homenagem à Mãe Preta. Embora a iniciativa não tenha se concretizado na-

quele momento, em 1955 a estátua da Mãe Preta foi inaugurada no Centro de São Paulo.

Demais iniciativas, como a construção da herma em homenagem ao abolicionista negro Luiz Gama, liderada pelo jornal negro *O Progresso* foram apoiadas pelo *O Clarim da Alvorada*, que também se engajou na campanha em defesa de uma pensão vitalícia para a viúva do abolicionista negro José Patrocínio, que, na época, encontrava-se em um asilo. As campanhas em defesa de hermas e monumentos revelam os esforços da militância negra paulistana para colocar o negro no espaço público por meio de imagens positivas, rompendo com a invisibilidade dos grandes homens negros, em vez das representações negativas e estereotipadas que eram comum na época

Outro tema presente nas edições de *O Clarim da Alvorada* foi a defesa de equipamentos, organizações, associações e entidades para assistência da população negra. Em muitos textos, havia defesa da criação de asilos, escolas, centros de assistência social, hospitais, hospícios, entre outros. A defesa desses equipamentos voltados para população negra denunciava a desassistência e vulnerabilidade em que a população de cor se encontrava, mas também fazia parte de um projeto político em prol da integração dos negros.

Em 1928, Jaime de Aguiar anunciou seu desligamento do jornal por questões de foro privado, e José Correia assumiu a direção e o cargo de redator-chefe. Essa mudança na direção resultou em uma alteração na linha editorial. Com José Correia no comando, *O Clarim da Alvorada* deixou de noticiar assuntos relativos à cultura e à literatura para assumir uma linha editorial mais combativa, focada na denúncia do preconceito racial e na divulgação das mazelas da população negra, além de promover a integração do negro na sociedade brasileira. Dessa forma, o jornal pode ser dividido em dois períodos: o primeiro (1924–1928), sob a

direção de Jaime de Aguiar, e o segundo (1928–1932), sob a direção de José Correia.

Essa segunda fase do periódico está expressa na mudança do subtítulo, que a partir de 1928 passou a ser “Pelo Interesse dos Homens Pretos - Noticioso, Literário e de Combate”, evidenciando a nova abordagem na luta contra o racismo e na politização da causa racial. Novos colaboradores e militantes negros foram importantes nessa segunda fase do jornal, como Gervásio de Moraes, Luís de Souza, Horácio da Cunha, Lino Guedes, Deocleciano Nascimento, Arlindo Veiga dos Santos, Ursino dos Santos e João Soter da Silva.

A partir de 1925, surgiu a ideia concebida por José Correia da realização do Primeiro Congresso da Mocidade Negra Brasileira, os textos defendiam que o congresso seria “Congregação da raça para a raça”. O *Clarim da Alvorada* publicou uma série de artigos e um manifesto buscando angariar adeptos, militantes e ativistas. O objetivo da criação da entidade era formar um partido político dos homens de cor. Apesar dos esforços e da mobilização, a Mocidade Negra não chegou a ser fundada.

No segundo período, o *Clarim da Alvorada* buscou alianças, relações e trocas com demais periódicos negros do continente americano. Nesse período, foi criada uma seção chamada Mundo Negro. Nela, eram publicados textos traduzidos do jornal negro norte-americano *The Negro World*, fundado pelo militante, intelectual e escritor Marcus Garvey. O periódico também manteve um intercâmbio com o *Chicago Defender*, considerado o mais importante jornal da imprensa negra nos Estados Unidos. O redator-chefe José Correia, em seu livro e em entrevistas, revela as relações e trocas com o líder Marcus Garvey, destacando as relações e trocas entre diversos movimentos e entidade negras no continente americano.

A relação e a comunicação com jornais negros estrangeiros contribuíram para que *O Clarim da Alvorada* pudesse se engajar em demais lutas negras em âmbito internacional – na América e especialmente na África. Dessa forma, o jornal passou por um processo de internacionalização e de conscientização e apoio às lutas negras e à luta anticolonial na África. Dessa maneira, o jornal não se limitava apenas às questões negras locais ou nacionais, mas chamava a atenção para e se preocupava com lutas internacionais, estabelecendo uma conexão global para o movimento negro.

O jornal negro encerrou suas atividades em 1932, tendo como uma das motivações as divergências políticas com a Frente Negra Brasileira (FNB). Os líderes de *O Clarim da Alvorada* faziam críticas às posições políticas da FNB, que tinha um posicionamento político ultra-nacionalista, com proximidades à extrema-direita e à ideologia nazifascista. Na década de 1940, José Correia refundou o jornal, mas sua duração foi curta, sem conseguir alcançar o sucesso e vendas do período anterior.

PARA SABER MAIS

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. Representações sociais e práticas políticas do Movimento Negro paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga Santos (1928-1937). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. Um olhar sobre a “América”: experiências afro-americanas nas páginas de *O Clarim da Alvorada*.

Sankofa, São Paulo, v. 1, p. 97-116, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88733/91629>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Renan Rosa dos. Ideias e ações pela integração negra: a trajetória do jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). 2021. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

CENTRO CÍVICO PALMARES

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Paulo/São Paulo

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1926–1929

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Antônio Carlos, Gervásio de Moraes, os irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, Roque dos Santos

ATIVIDADES PROMOVIDAS: conferências, curso de alfabetização, palestras e teatro

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: conferências

BREVE HISTÓRICO

O Centro Cívico Palmares foi fundado em 29 de outubro de 1926 por militantes e ativistas negros na cidade de São Paulo. Inicialmente, a entidade foi criada para a montagem de uma biblioteca cooperativa a fim de contribuir e auxiliar na formação educacional da população negra e também para ser um ponto de encontro para a militância negra paulistana. As lideranças e fundadores do Centro Cívico Palmares foram: Antônio Carlos, Gervásio de Moraes, os irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, Roque dos Santos, entre outros. O sargento da Força Pública Antônio Carlos é considerado o idealizador e principal entusiasta da criação da organização. Durante boa parte do tempo de existência da

entidade, ele ocupou o cargo de presidente e exerceu um importante papel de liderança e sendo o rosto do movimento.

Nas primeiras décadas do século XX, grande parte do movimento negro dedicava-se a atividades de lazer, dança, cultura e recreativas, entre outras. O Centro Cívico Palmares negava-se a promover bailes e atividades similares, tendo como principal objetivo a promoção de ações políticas e educacionais. O Centro oferecia cursos de alfabetização, uma biblioteca, um departamento feminino, um grupo teatral, dispunha de um corpo docente negro e realizava palestras, cursos, conferências e atividades de conscientização racial.

O Centro Cívico Palmares tinha como símbolo uma pilha de livros ao lado de um compasso iluminado pelo sol, o que evidenciava o compromisso com a educação e com um caminho para a inclusão da população negra. O nome dado para a organização evidencia uma busca pela exaltação e defesa de heróis negros, homenageando o Quilombo de Palmares, um evento histórico do século XVII que ficou marcado como uma das maiores resistências a ultrajante escravidão negra no Brasil. O estatuto do Centro Cívico Palmares estabelecia como suas diretrizes: “zelar pelos interesses dos pretos, facilitando a instrução intelectual, moral e física e também estimular o gosto pelo aperfeiçoamento”.

Uma das grandes ações políticas do Centro Cívico Palmares foi a luta pelo fim da proibição racista que impedia os negros de ingressarem na Guarda Civil de São Paulo. A proibição era fruto de um decreto do governador de São Paulo. Em 1928, o Centro Cívico Palmares, a partir de uma campanha, conseguiu pressionar o então governador paulista Júlio Prestes de Albuquerque (PRP) a suspender o decreto que proibia os negros de ingressar na corporação. A campanha em prol da entrada de negros na corporação também incluiu o diálogo com um público amplo. Nesse sentido, a encenação da peça teatral *Pretos na Guarda Civil*, que

denunciava o racismo dessa proibição, sensibilizava o público a apoiar a causa.

Uma segunda ação política relevante foi derrubar a proibição das crianças negras de participar da competição para escolha do bebê “mais robusto”, que era uma iniciativa da Diretoria Geral de Serviço Sanitário e organizada pelo Serviço Sanitário de São Paulo, sob o comando do Dr. Waldomiro de Oliveira. A competição era calcada em critérios eugênicos, portanto apenas bebês brancos eram aceitos para participar da disputa. Essas ações políticas não apenas conquistaram direitos para a população negra, mas também denunciavam o racismo latente na sociedade brasileira.

O Centro Cívico Palmares inaugurou e apresentou aos movimentos negros do período a estratégia política de promover pressão em políticos e demais autoridades para a conquista de reivindicações. Por meio de campanhas, a organização passou a exercer pressão. Como outros movimentos e associações negras na primeira metade do século XX, o Centro Cívico Palmares apostou na educação como um instrumento de emancipação dos negros. Foi fundada uma escola que ofertava cursos de alfabetização, bem como disciplinas como gramática, geografia, história, aritmética, etc. A escola chegou a ter um curso secundário que conseguiu aprovar estudantes negros em faculdades.

O presidente Antônio Carlos deixou a presidência, que em seguida foi assumida por Arlindo Veiga dos Santos; posteriormente, a presidência da entidade passou para as mãos do inglês Joe Foyes Gittens. O último presidente foi acusado de ser autoritário, com episódios de conflito com alguns militantes, além de fazer mau uso dos recursos da entidade. Durante sua presidência, alguns militantes importantes e históricos foram afastados, tais como os irmãos Veiga dos Santos, Gervásio de Moraes, Argentino Celso Wanderley, entre outros. Esse cenário resultou na dissolução do Centro Cívico Palmares em 1929.

Historiadores apontam o Centro Cívico Palmares como uma entidade que amadureceu o incipiente movimento negro brasileiro não apenas reivindicando melhorias para população negra, mas a transformando em uma potente força política de combate ao racismo e promovendo ações políticas e campanhas de pressão como a que resultou na vitória na luta pelo ingresso de negros na Guarda Civil de São Paulo. O legado e a importância do Centro Cívico Palmares deixou marcas, parte significativa dos seus membros contribuíram para a fundação do mais importante movimento negro da primeira metade do século XX, a Frente Negra Brasileira.

PARA SABER MAIS

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. **Revista Ande**, v. 14, p. 51-60, 1989.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

COMPANHIA NEGRA DE REVISTAS

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1926–1927

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: João Cândido e Jaime Silva

ATIVIDADES PROMOVIDAS: espetáculos teatrais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: teatro

BREVE HISTÓRICO

A Companhia Negra de Revistas foi fundada em 1926, na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia Negra foi fundada pelo ator, cantor, dramaturgo e compositor negro João Cândido Ferreira, mais conhecido como De Chocolate, e pelo coreógrafo português Jaime Silva. A ideia de fundação da companhia foi de João Cândido, que, ao retornar de Paris para o Brasil, defendeu a criação de um teatro feito por negros. Tornando-se, com isso, a primeira companhia de teatro formada por negros no Brasil. Grandes músicos, dançarinos e atores negros integraram a companhia como: Pixinguinha, Bonfiglio de Oliveira, Sebastião Cirino, De Chocolate, Dalva Spindola, Rosa Negra, Grande Otelo, entre outros.

O gênero teatro de revista era bastante popular no início do século XX, um gênero de entretenimento em massa que era caracterizado pela sátira política e social, bem como por esquetes cômicas e musicais de teor crítico. O fundador De Chocolat iniciou o teatro negro no Brasil, mantendo o teatro de revista, uma variante do teatro ligeiro, mas estilizando-o ao incorporar elementos como danças e músicas de origem afro-brasileira e afro-americana. A companhia também abordava em suas peças teatrais a questão racial, ou questão de cor, como expressam de maneira fidedigna os títulos dos espetáculos: *Tudo preto* (1926), *Carvão nacional* (1926), *Pés pelas mãos* (1926), *Preto no branco* (1926) e *Café torrado* (1927).

A Companhia Negra de Revistas estreou o seu primeiro espetáculo *Tudo preto* em 31 de julho de 1926, no Cine-Teatro Rialto, na capital federal. Nos dias em que antecederam a estreia, a companhia foi vítima de comentários, críticas e apontamentos racistas na imprensa carioca. Entretanto, após a estreia do espetáculo, houve um sucesso de público e crítica, com apresentações lotadas e aplaudidas. Durante a excursão em São Paulo, o jornal negro *O Clarim da Alvorada* fez um chá da tarde e depois um baile em homenagem a companhia teatral negra. Em suas páginas, defendeu que a companhia era uma prova da evolução e progresso dos homens de cor.

A peça de maior sucesso da Companhia Negra de Revistas foi *Tudo preto*, que ficou mais de seis meses em cartaz, sendo de autoria de De Chocolat. Em pouco tempo, a Companhia alcançou sucesso de público e crítica e passou a excursionar pelo país, fazendo espetáculos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

As peças apresentadas pela Companhia Negra e de autoria de De Chocolat abordavam temas étnico-raciais e nacionais. Nas peças, eram abordados temas como: influências negras na cultura

brasileira, racismo, valorização do negro, mestiçagem, influências regionais, cultura brasileira, entre outros. A relevância da Companhia Negra de Revistas não está apenas em ter um elenco negro ou a direção negra, mas no discurso produzido. Nesse sentido, os discursos operam uma memória cultural, uma identidade racial, uma ancestralidade e um imaginário e identidade positiva do negro.

Em 1927, quando a Companhia Negra de Revista realizava apresentações na Bahia e depois no Rio Grande do Sul, foram publicadas notícias de que uma empresa argentina convidara a companhia para se apresentar no país vizinho. A notícia gerou polêmica e uma reação racista em alguns setores. Uma revista especializada em teatro no Rio de Janeiro defendeu que o Ministério das Relações Exteriores deveria agir para impedir tal excursão, pois seria uma propaganda negativa para o país. A Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) reuniu seu Conselho Deliberativo, que deliberou contra a excursão, alegando ser um descrédito para o Brasil. As reações à excursão da Companhia Negra de Revista para a Argentina revelam o racismo e o incômodo causado por uma companhia formada por negros e que trazia a negritude em seus espetáculos.

A Companhia Negra de Revista chegou ao fim em 1927. Alguns motivos que levaram a esse término foram: a ameaça da SBAT caso a companhia insistisse em fazer a turnê internacional, a saturação de atores e músicos negros, o envolvimento de Jaime em outros trabalhos, o rompimento entre Jaime de Oliveira e De Chocolat e a falta de dinheiro para continuidade da companhia. Apesar da curta duração, o período de existência da Companhia Negra é considerado longo para grupos teatrais do gênero naquele período.

A Companhia Negra de Revista significou um grande e importante marco da arte negra brasileira e do teatro negro brasileiro,

pois, ao produzir espetáculos com atores negros e abordando temáticas negras, provocou um debate sobre o tema, tornando-se inspiração para o surgimento, nos anos posteriores, de companhias negras, tais como Companhia Negra de Burletas, Companhia Mestiça de Sketches, Companhia Juvenal Fontes, Companhia Mestiça de Burletas, Sketches, Comédias e Revuetes, Companhia Mil e uma Noites, Companhia Negra do Rio Grande do Sul, Trupe Negra de Revista e o Teatro Experimental do Negro.

PARA SABER MAIS

BACELAR, Jeferson. Corações de Chocolate: a história da Companhia Negra de Revistas (1926-27). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/BWMCHHBWbTtTTPLHrMGtj4F/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

COMPANHIA Negra de Revistas. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**, São Paulo, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo517117/companhia-negra-de-revistas>. Acesso em: 08 jul. 2024.

JEREMIN, Danusa de Oliveira. Companhia Negra de Revista (1926-1927): resistência muito além dos palcos. 2019 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.

GRÊMIO RECREATIVO E FAMILIAR FLOR DE MAIO

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Carlos/São Paulo

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1928 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: trabalhadores negros ferroviários da Companhia Paulista (Fepasa)

ATIVIDADES PROMOVIDAS: bailes, blocos de carnaval, auxílio mútuo, shows e escola de samba

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: recreativas

BREVE HISTÓRICO

O Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio foi fundado em 4 de maio de 1928, na cidade de São Carlos, no estado de São Paulo. A entidade negra são-carlense foi fundada por trabalhadores negros ferroviários da Companhia Paulista (Fepasa). Os sócios da entidade pagavam mensalidades que eram usadas para financiar as atividades do clube. Os sócios eram divididos em quatro categorias: fundadores, contribuintes, beneméritos e honorários. O Flor de Maio desenvolveu ações de beneficência e auxílio mútuo aos sócios e familiares tais como: apoio funerário, apoio de saúde para enfermos e auxílio monetário para sócios desempregados.

Em 1932, foi aprovado o primeiro estatuto do clube, que era categórico em afirmar que a associação era composta por pessoas de cor, ou seja, destinado para pessoas negras. A população branca até participava de algumas atividades, entretanto o clube tinha como principal público a população negra. O estatuto do clube são-carlense definiu como objetivos: enaltecer a raça negra, promover educação moral, social e intelectual, ter uma sede, uma biblioteca e uma sala de leitura, realizar reuniões de sócios e convidados, organizar divertimentos lícitos, comemorar datas nacionais como 13 de Maio (data da Abolição da Escravidão), 28 de Setembro (data da Lei do Ventre Livre) e 15 de novembro (data da Proclamação da República), desenvolver um curso escolar noturno e criar um fundo de beneficência e auxílio para assistir sócios em casos de doença, morte, entre outros.

A entidade negra de São Carlos promoveu atividades como: bailes de carnaval, reuniões, bailes dançantes, jantares, assembleias, casamentos, aniversários, desfiles de miss, bailes, bloco de carnaval, conferências, bailes de debutantes e shows musicais. A entidade chegou a realizar shows de grandes artistas nacionais como: Leci Brandão, Zeca Pagodinho e Jair Rodrigues. Na linha de buscar a valorização e a identidade negra, o Grêmio realizava concursos de beleza negra. Nesses concursos, era eleita a Rainha Negra de São Carlos. O Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio teve uma escola de samba, o Flor de Maio, sob a liderança da sócia Odette dos Santos conhecida como “Dama do Samba”.

Na esteira das associações e clubes negros do início do século XX, a associação negra são-carlense também se dedicou na promoção da instrução e educação para população negra. Na década de 1930, teve início o funcionamento de uma escola primária do Grêmio Flor de Maio autogerida pelo clube. Posteriormente, a prefeitura de São Carlos nomeou professores para lecionar em um curso noturno, e a associação ficava responsável pela

sala de aula e pela manutenção. A escola não era apenas voltada para estudantes negros, mas também para estudantes pobres e humildes.

A popularidade e relevância do Grêmio Flor de Maio resultou na doação por lei de um terreno pela Câmara Municipal de São Carlos para construção da sede própria em 1948. Os sócios se mobilizaram para arrecadar recursos em prol da construção, que ocorreu em regime mutirão aos finais de semana, quando os sócios participavam da construção da sede, que foi finalizada em 1953. Até hoje a sede do Grêmio Flor de Maio continua no mesmo endereço.

Em 1973, o Grêmio realizou um ciclo de conferência sobre a situação do negro na sociedade brasileira. Esse ciclo de conferência teve três grandes temáticas: a) a transição de escravizado a cidadão; b) a marginalização do negro no mercado de trabalho; e c) a situação da mulher negra. Após a apresentação, era realizado um debate entre os participantes. Essa conferência apontou o engajamento e a preocupação do clube na conscientização racial dos seus sócios e no debate sobre o lugar do negro na sociedade brasileira. Em 1995, o Grêmio Recreativo Familiar Flor de Maio foi ativo na luta contra o racismo, quando uma menina negra foi proibida de estudar em uma escola. A entidade participou e organizou uma passeata contra o racismo sofrido pela estudante.

O Flor de Maio, como é carinhosamente chamado pela população de São Carlos, ainda continua ativo, e, em 2011, a sua sede foi tombada pela prefeitura como patrimônio histórico e cultural da cidade. A associação continua realizando em sua sede próprias atividades como: bailes, reuniões, aulas de samba-rock, bailes de forró, rodas de samba, grupo de maracatu e demais atividades. Trata-se de um dos clubes negros de grande importância e que aglutina a população negra de São Carlos.

PARA SABER MAIS

AGUIAR, Márcio Mucedula. As organizações negras em São Carlos: política e identidade cultural. 1998. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

AGUIAR, Márcio Mucedula. Os clubes negros e seu papel na constituição da identidade e movimento negro: a história do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos-SP. **Interações**, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2007. Acesso em: 10 de julho de 2024.

SOUSA, Karina Almeida de. Unir para festejar, unir para lutar: os clubes sociais negros e o patrimônio material do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio. 2018. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico) – Universidade de Brasília, São Carlos, 2018.

FRENTE NEGRA BRASILEIRA

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Paulo/São Paulo

PERÍODO DE EXISTÊNCIA: 1931–1937

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite, Isaltino Veiga, Gervásio de Moraes, Jaime de Aguiar, Raul Joviano do Amaral e Justiniano Costa

ATIVIDADES PROMOVIDAS: jornalismo, educação, teatro, ações políticas e recreativas e serviços assistenciais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: ações políticas

BREVE HISTÓRICO

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo por militantes negros. Os líderes negros responsáveis pela fundação do movimento foram: Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite, Isaltino Veiga, Gervásio de Moraes, Jaime de Aguiar, Raul Joviano do Amaral e Justiniano Costa. Apesar de a entidade ter sido fundada na capital paulista, desde o início seus fundadores a defendiam como uma organização de amplitude nacional, como consta na ata de sua fundação.

O movimento foi fundado com objetivo de lutar por melhorias e por políticas públicas para população negra, que na época era

chamada de “população de cor” e o termo “homem de cor” era a principal autoidentificação utilizada. A prática do racismo no período era nominada de “preconceito de cor”. A data 13 de maio, dia da Abolição da Escravidão, era a principal data de comemoração da organização, assim como dos demais movimentos negros do período. O movimento também objetivava denunciar o racismo existente no Brasil e reivindicava a ideia de “uma segunda abolição”, compreendendo que abolição de 1888 não tinha sido integral.

No campo ideológico, a FNB tinha um posicionamento ultranacionalista, autoritário, refratário à democracia liberal e próximo de ideologias de extrema-direita (nazifascismo), tendo alguns dos seus principais líderes participando do movimento integralista brasileiro e mantendo uma proximidade com Plínio Salgado, líder do integralismo. Entretanto, os historiadores advogam que a organização tinha em seus quadros membros que partilhavam de distintas ideologias políticas. Dessa forma, não é possível denotar apenas uma ideologia política, apesar da evidente aproximação com setores nacionalistas e da extrema-direita.

A FNB, nos anos após sua fundação, deu início a uma rápida expansão pelo país, com abertura de novas sedes em estados como: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia e também em cidades do interior. Ao todo, a organização chegou a ter 70 delegações (sedes) espalhadas pelo país. Dessa forma, o movimento notabilizou por ser o primeiro movimento negro de abrangência nacional com sedes em diversos estados e cidades, tendo a sede paulistana como centro irradiador e de coordenação.

A expansão da FNB concomitantemente resultou em um crescimento significativo do número de associados. Na cidade de São Paulo, algumas estimativas apontam para cerca de 6 mil sócios, enquanto na cidade de Santos, esse número era de aproximadamente 2 mil. No Brasil, alguns historiadores defendem que o movimento chegou a ter entre 20 mil e 50 mil associados, sendo um

dos maiores movimentos sociais do país. Segundo o historiador Petrônio Domingues, a FNB se tornou a maior organização negra no período pós-abolição. Para se associar a ela, era preciso pagar uma taxa de inscrição, semelhante a uma mensalidade. Era através dessas contribuições que o movimento conseguia o seu autofinanciamento.

A Frente Negra desenvolveu ações em diversos campos, buscando melhorar a vida da população negra, por exemplo, com a criação de escolas primárias, cursos de alfabetização (para crianças e adultos no período noturno), grupos musicais, grupos teatrais, times de futebol, atendimento jurídico, serviço médico e odontológico, oficinas artísticas, dentre outras. Nesse sentido, o movimento buscava suprir serviços básicos e assistenciais, os quais o Estado não garantia para população negra.

Os historiadores afirmam que, dentre os departamentos da organização, o maior era o educacional, que promovia diversas atividades voltadas para formação acadêmica e escolar da população negra tanto de sócios quanto de não sócios. Tal fato se deve a ideia de que a partir de uma formação educacional a população negra conseguiria conquistar respeito, reconhecimento e valorização da sociedade brasileira, isto é, havia a crença de que a educação poderia anular o preconceito racial e promover uma integração dos negros.

O sucesso da FNB deve-se a sua organização bem dividida em setores como atribuições, funções e objetivos definidos. O movimento tinha como veículo de imprensa o jornal *A Voz da Raça*, criado em 1933. O periódico era escrito por jornalistas negros e associados da FNB e demais colaboradores negros que reivindicavam melhorias de condições de vida para população negra, denunciavam o racismo brasileiro e os problemas sociais e também divulgavam eventos, festas, atividades culturais, esportivas e demais aspectos relacionados à comunidade negra.

A FNB contava com uma participação significativa de mulheres entre seus sócios, apesar de elas não ocuparem os postos mais altos da organização. As mulheres negras também tinham funções e cargos definidos dentro da organização. A Cruzada Feminina, criada em 1935, era uma dessas funções, onde as mulheres negras promoviam trabalhos de assistência social, arrecadavam material escolar e uniformes para os estudantes e organizavam atividades similares para população negra. Outra comissão feminina, intitulada “Rosas Negras”, tinha a incumbência de organizar atividades de lazer, como bailes, festas, festivais, atividades recreativas e apresentações artísticas.

Em 1932, teve início, em São Paulo, uma revolta contra o governo federal, na época o Governo Provisório de Getúlio Vargas. A revolta, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista, reivindicava a convocação de eleições e de uma nova Constituição. A FNB de São Paulo aderiu ao movimento, convocando voluntários negros para compor a força de defesa da revolta. Foi então fundada a “Legião Negra”, que arregimentou cerca de 2000 mil combatentes negros para lutar na Revolução Constitucionalista, que acabou derrotada pelas tropas federais.

Uma das grandes conquistas do movimento foi o fim da proibição de membros negros na Guarda Civil em São Paulo. A instituição paulista proibia o ingresso de negros, e a FNB, a partir de uma audiência com presidente Getúlio Vargas, conseguiu conquistar algumas pautas políticas. Dentre elas, a de que a Guarda Civil paulista aceitasse os ingressos de homens negros e o alistamento de 200 recrutas na instituição, o que aponta para as diversas ações e estratégias da organização para conquistar seus objetivos políticos.

A Frente Negra Brasileira configurou, na primeira metade do século XX, uma das principais e mais influentes entidades negras das Américas. Sua importância e seu protagonismo não

passaram despercebido para o movimento e imprensa negra nos Estado Unidos da América, especialmente, para o *Chicago Defender*, que era um jornal da comunidade negra da cidade norte-americana.

Na década de 1930, os jornais negros nos Estados Unidos noticiavam e publicavam artigos enaltecendo o pioneirismo, a luta e a importância da Frente Negra Brasileira contra o racismo. Para os negros norte-americanos, a organização brasileira era um exemplo a ser seguidos por eles, portanto o caminho para combater o racismo e a busca por melhores condições para população negra passava por seguir os passos do Brasil. Jornalistas e militantes negros estadunidenses vieram ao Brasil para observar de perto as ações e a organização da FNB.

Em 1936, a organização deu um passo à frente no que tange a sua atuação política. As lideranças frentenegrinas decidiram fundar o Partido da Frente Negra Brasileira, que foi registrado no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. O partido tinha como propósito arregimentar o voto da população negra a fim de defender os interesses desse grupo social, o que configurou como um dos primeiros partidos com o critério racial do planeta. Entretanto, o partido da FNB não conseguiu participar de nenhum pleito eleitoral, pois, no ano de 1937, Getúlio Vargas promoveu um golpe de estado e instalou a Ditadura do Estado Novo, extinguindo todos os partidos políticos do país.

A FNB também foi duramente atingida pelo regime autoritário, já que os movimentos sociais foram postos na ilegalidade. Alguns meses após a instalação da ditadura, a FNB encerrou suas atividades. O regime ditatorial foi a pedra final naquele que foi o principal e maior movimento negro da primeira metade do século XX. Apesar do precoce fim, seu legado foi fundamental para formação de lideranças, da denúncia do racismo brasileiro, da formação acadêmica e especialmente pelo poder de inspiração

para o nascimento de novas organizações, movimentos e entidades negras em nosso país.

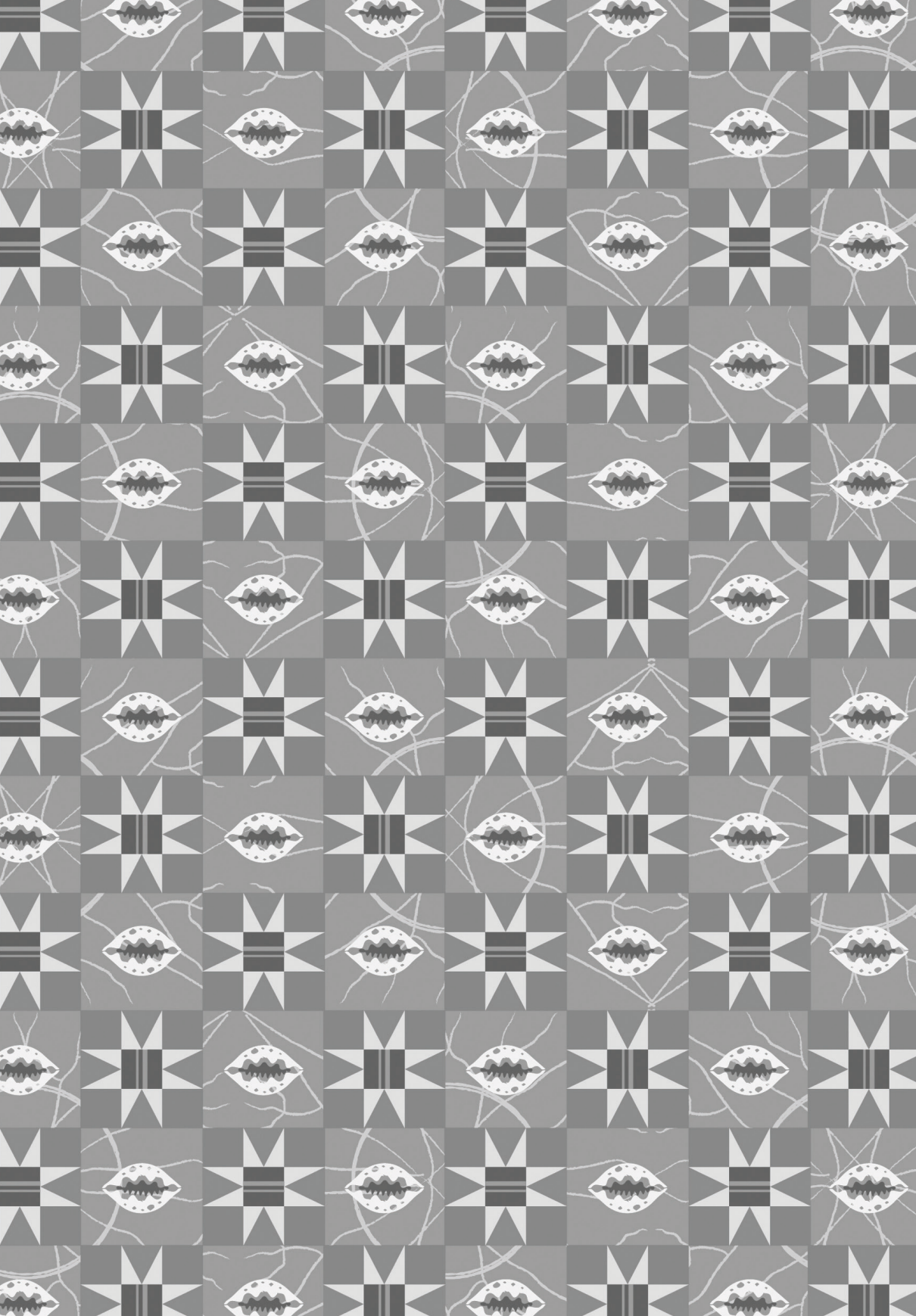
REFERÊNCIAS

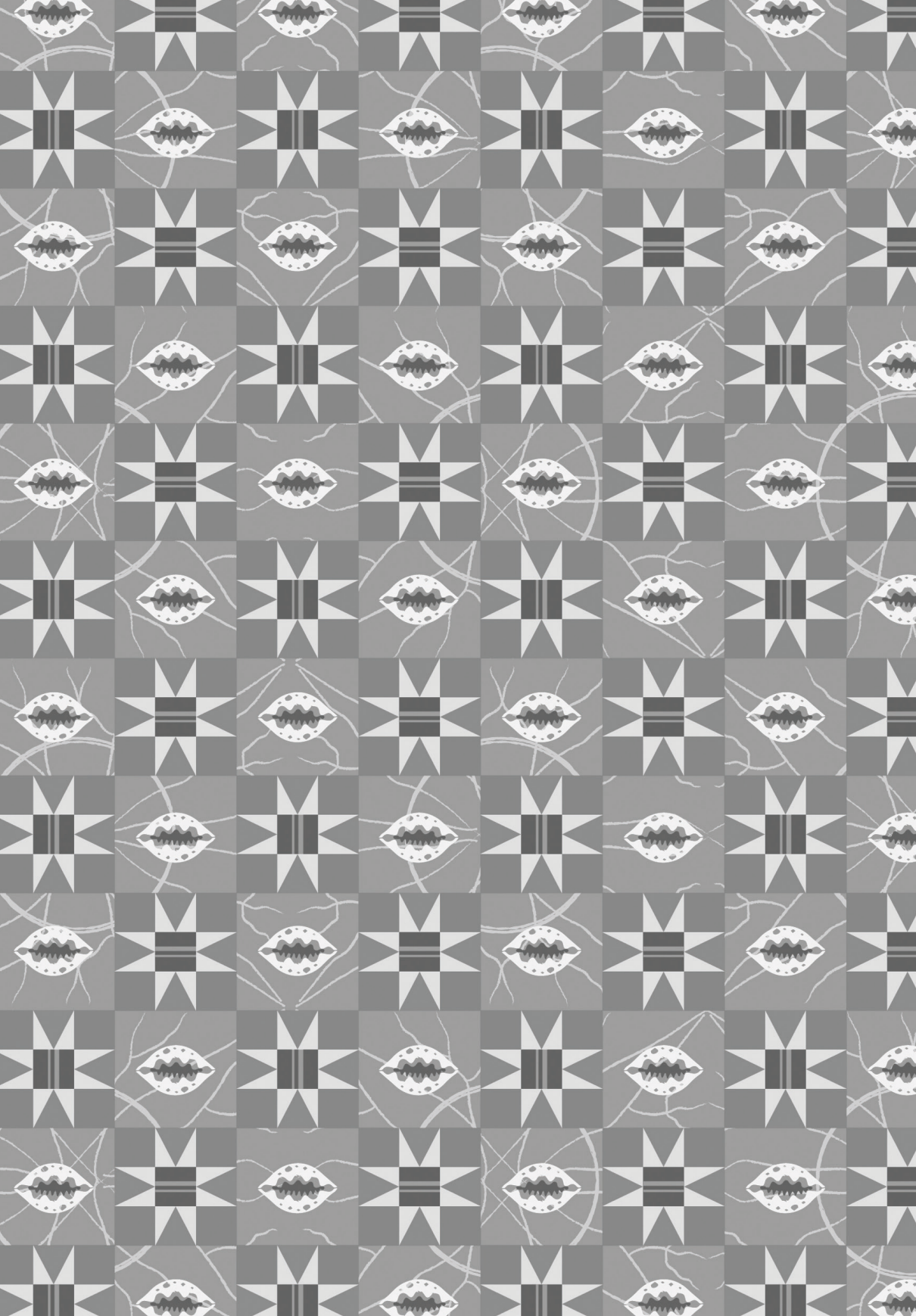
ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCL-BRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 517-534, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hqBHpKJHNtbrVMgJb3Fpv9M/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya A. P. (orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2016. p. 329-362. Acesso em: 10 jul. 2024.





SEGUNDA FASE DO MOVIMENTO NEGRO (1945-1964)

DIEGO DEZIDERIO

Seguindo a periodização proposta pelo historiador Petrônio Domingues no artigo intitulado *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*¹³, abordaremos aqui o que o historiador denominou de “Segunda Fase do Movimento Negro organizado na República (1945-1964): da Segunda República à ditadura militar”.

Essa segunda fase está situada no período da curta abertura democrática, que vai do fim da ditadura do Estado Novo até o golpe, que implementa a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Domingues, uma grande referência nos estudos sobre a história do Movimento Negro Brasileiro, além de periodizar a história do movimento negro organizado em seu artigo, buscou demonstrar que, em todo o período republicano, esse movimento procurou desenvolver diversas estratégias de luta pela inclusão social dos negros e pela superação do racismo na sociedade brasileira.

13. DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007.

O regime autoritário do Estado Novo (1937–1945) foi marcado por uma intensa e violenta repressão política, impossibilitando assim qualquer movimento de oposição e contestação ao regime; contudo, o processo de redemocratização política que se deu a partir de 1945, com o fim da ditadura varguista, possibilitou o retorno legal do movimento negro organizado no cenário político brasileiro.

Durante as décadas de 1940 e 1950, o movimento social negro retomou as atividades e a discussão política por todo país. Essa nova fase do movimento negro foi caracterizada pela criação de novas organizações, como a União dos Homens de Cor (1943), o Teatro Experimental do Negro (1944), Associação José do Patrocínio, Associação Cultural do Negro (1954), entre muitas outras.

O movimento foi marcado também pela presença de intelectuais negros, como Abdias Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos e Ironides Rodrigues. Essas figuras se tornaram fundamentais para ampliar as reflexões sobre as dimensões materiais e subjetivas do racismo no país, além de contribuírem na organização de importantes eventos nacionais que deram maior projeção à luta política do movimento negro – com destaque para a Convenção Nacional do Negro (1945), a Conferência Nacional do Negro (1949) e o I Congresso Brasileiro do Negro (1950).

Outra forma de luta também importante foi a imprensa negra, que ganhou um novo ímpeto, nesse momento, com a criação de jornais e revistas em diferentes regiões do território nacional, como em São Paulo, os jornais *Alvorada* (1945), *O Novo Horizonte* (1946), *Notícias de Ébano* (1957), *O Mutirão* (1958), *Níger* (1960); em Curitiba, o jornal *União* (1947); no Rio de Janeiro, os jornais *Quilombo* (1948), *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952); e em Santa Catarina, os jornais *Colored* (1962) e o *Kings* (1962).

A conjuntura nacional dessa época é marcada também pela consolidação do debate político e teórico de um projeto de nação

construída a partir da política de branqueamento e mestiçagem que se ancorava na imagem do “mestiço” como ideário de nacionalidade brasileira; entretanto, a atuação política do movimento negro foi central – não apenas denunciando o racismo presente nas instituições sociais e políticas brasileiras e criticando, assim, o mito de democracia racial, mas, principalmente, produzindo outros discursos sobre o sujeito negro.

Entre as estratégias e demandas do Movimento Negro, destacaram-se maior proximidade e diálogo com o Estado e o início das disputas no campo jurídico-político brasileiro para a construção de uma legislação antirracista – ou seja, de um conjunto de normas que ainda visaram à desconstrução do racismo e o combate ao preconceito e discriminação raciais.

No campo jurídico, durante a década de 1950, é possível detectar algumas ações do Estado em prol dos negros (a Lei Afonso Arinos em 1951¹⁴ é um caso exemplar). É importante ressaltar que tais medidas assumidas pelo Estado Brasileiro foram vistas como desdobramento da luta política dos movimentos sociais no Brasil.

A Lei Afonso Arinos tornou-se mais um gesto simbólico, visto que não houve qualquer iniciativa oficial para investigar e punir casos de discriminação racial em hotéis e estabelecimentos comerciais. Nesse sentido, a lei penal que ainda hoje é suporte e aparato de institucionalização de subjugação e desumanização dos negros no Brasil se tornou, a partir da década de 1950, um espaço de disputa no processo de luta contra o racismo.

Cabe observar que tal lei provocou, entre lideranças do Movimento Negro, reações distintas: enquanto alguns comemoravam a aprovação, outros se mostraram céticos por considerá-la insuficiente como resposta às demandas sociais e políticas do movimento.

14. A lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390/51) tornou o preconceito racial contravenção penal.

No campo político, uma das estratégias utilizadas pelo Movimento foi tornar os dirigentes das organizações candidatos a cargos políticos: Abdias do Nascimento, do Teatro Experimental do Negro, articulou, em 1950, a sua candidatura para as eleições municipais no Rio de Janeiro – este fato acabou provocando reação do jornal *O Globo*, que condenava a iniciativa do Movimento Negro.

De algum tempo para cá, vem-se constituindo correntes preocupadas em dar aos negros uma situação à parte. Com isso procura-se dividir, sem resultados louváveis. Teatro negro, jornal dos negros, clubes dos negros... Mas isso é imitação pura e simples, de efeitos perniciosos. Agora já se fala mesmo em candidatos ao pleito de outubro. Pode-se imaginar um movimento pior e mais danoso ao espírito indiscutível da nossa formação democrática? Vale a pena combatê-lo, desde logo, sem prejuízo dos direitos que os homens de cor reclamam e nunca lhe foram recusados. Do contrário, em vez de preconceitos de brancos termos, paradoxalmente, preconceitos de pretos¹⁵ (*O Globo*, 1950).

Outro caso foi o de José Bernardo, representante da União dos Homens de Cor, eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos a partir de 1954.

Os anos de 1950 e 1960 são marcados por uma série de acontecimentos externos ao Brasil, mas que refletem com muita força em todo país: o mundo vive o pós-Segunda Guerra Mundial e, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 (com o cenário mundial ainda abalado com as atrocidades provocadas pela Guerra), é trazido à tona as discussões acerca dos direitos humanos. O racismo e o antissemitismo evidenciado após

15. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13-04-1950, p. 1 *apud* Domingues, 2006, p. 141.

a Segunda Guerra precisam ser vistos pelo mundo como um tema a ser combatido.

Nesse contexto, o racismo passa a ser um tema importante à nível mundial, mantido como tema atual em decorrência da persistência da segregação racial nos EUA e na África do Sul, pautados por legislações segregacionistas que definiam o compartilhamento de espaços públicos e a divisão geográfica de bairros residenciais pela cor da pele.

Naquele momento em que racismo se tornou sinônimo de segregação, o modelo brasileiro de relações raciais (visto como mestiço e democrático) contrariava a ordem segregacionista estabelecida no mundo moderno – ordem esta que deu forma ao racismo e suas práticas. Deste modo, a formação social brasileira destacava-se como uma sociedade que se misturava racial e culturalmente; portanto, como um país onde não existia racismo, tornando-se um exemplo e um ideal para os outros países¹⁶.

Ainda durante esse período, ocorreu, em junho de 1950, em Florença, a 5ª sessão da Conferência Geral da UNESCO¹⁷, que aprovou a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. No decorrer da década de 1950, vários documentos da UNESCO foram elaborados em torno da luta contra a discriminação racial e princípios de tolerância, visando assim a instituição de políticas compensatórias que se dedicavam ao combate contra a discriminação racial.

A participação das organizações mundiais¹⁸ foi importante no que diz respeito ao estabelecimento de metas de combate à pobreza e ações para grupos historicamente discriminados e

16. MOYA, Thais Santos. **Ação Afirmativa e Raça no Brasil**: uma análise de Enquadramento Midiático do Debate Político Contemporâneo sobre a redefinição Simbólica da Nação. São Carlos: UFSCar, 2009. p. 46.

17. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

18. Além da UNESCO, a ONU e o Banco Mundial foram outros importantes organismos de incentivo às políticas afirmativas.

silenciados. As ações realizadas pelas organizações mundiais nesse período pós-Segunda Guerra Mundial levou a uma mobilização por parte das Ciências Humanas e Sociais voltada para os estudos de relações raciais por conta da forma intensa das práticas do racismo na Europa nazifascista.

O projeto UNESCO, de acordo com o sociólogo Marcos Chor Maio, pode ser definido da seguinte forma:

Um agente catalizador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular¹⁹.

Dessa forma, o projeto UNESCO foi realizado efetivamente entre 1951 e 1952 e patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (tal escolha se devia principalmente pela imagem de democracia racial existente no país). Para além da existência ou não de minorias desprivilegiadas no país, o projeto pode ser considerado como um marco no que se refere às novas leituras sociológicas acerca da sociedade brasileira e suas especificidades.

O programa de estudos, que se convencionou denominar Projeto UNESCO, não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade

19. MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, 1999. p. 142.

brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista²⁰.

A UNESCO realizou ações em várias áreas sociais em diversos países. No Brasil, o organismo teve uma atuação significativa tanto no campo da educação quanto no campo das relações raciais. No campo das relações raciais, influenciou as pesquisas e debates sobre a temática no país através do seu setor de Combate ao Racismo e a Discriminação. Ao longo da década de 1950, financiou no país diversas pesquisas de intelectuais brasileiros e estrangeiros, tais como Florestan Fernandes²¹, Luiz A. da Costa Pinto, Roger Bastide, Oracy Nogueira, entre outros.

As pesquisas realizadas por essa gama de intelectuais não geraram apenas um amplo e diversificado estudo do quadro das relações raciais no país, mas contribuíram para o surgimento de novas leituras sobre a questão, transformando-se em clássicos que até hoje são considerados fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira.

De acordo com Marcos Maio²², naquele período, a posição do Teatro Experimental do Negro era favorável à resolução da UNESCO para que o Brasil servisse de “laboratório sócio e antropológico”. Entretanto, Maio ressalta que Abdias Nascimento alertava que a sociabilidade positiva brasileira no terreno das relações raciais não impedia as disparidades econômicas sociais existentes entre brancos e negros – na verdade, o “problema do negro” não teria sido resolvido após a abolição da escravidão e a fundação da República.

20. *Ibid.*, p. 141.

21. Florestan Fernandes desenvolveu na escola sociológica de São Paulo uma significativa linha de trabalho sobre as relações raciais, promovendo assim uma guinada no pensamento social brasileiro dos anos 1960 no que diz respeito à discussão sobre a inserção do negro na sociedade.

22. Maio, *op. cit.*, p. 150.

Alberto Guerreira Ramos, sociólogo e militante do Teatro Experimental do Negro, apresentou uma tese na qual sugeria que o 1º Congresso do Negro Brasileiro deveria procurar sensibilizar o governo do Brasil no sentido de convencer a instituição intergovernamental a patrocinar um Congresso Internacional de Relações de Raça²³.

O Congresso do Teatro Experimental do Negro tentou oferecer uma alternativa à UNESCO quanto ao perfil do trabalho a ser desenvolvido no Brasil, porém a proposta de Guerreiro Ramos só contemplava em parte os interesses do organismo internacional – pois, se por um lado (no terreno da ação política contra o racismo), a ideia de um Congresso Internacional de Relações de Raça poderia estar mais próxima de uma proposta de impacto político, por outro, a sugestão do Teatro Experimental do Negro não incluía a proposta de uma investigação-piloto, de natureza acadêmica, adotada pela Conferência da Unesco em Florença.

Na esperança de encontrar a chave para a superação das mazelas raciais vividas em diversos contextos internacionais, a agência intergovernamental teria acabado por se ver diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil; contudo, o que se concluiu é que a sociedade brasileira limita ou impede a mobilidade de ascensão do negro sem haver uma segregação institucional. Embora não exista uma segregação institucionalizada, o Brasil convive com inúmeras práticas discriminatórias e racistas.

Ainda no plano internacional dentro do contexto da Guerra Fria e do processo de descolonização africana, o Movimento Ne-

23. GUERREIRO RAMOS, Alberto. “A Unesco e as relações de raça”. In: NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 237-238.

gro Brasileiro apoiava o processo de luta de independência das nações africanas colonizadas por potências europeias desde o século XV. Os partidos e movimentos africanos organizados com a intenção de descolonização lutavam pela independência de suas nações e expulsão dos colonizadores na intenção de criar Estados nacionais distantes dos domínios dos europeus.

A serviço da luta do movimento, o jornal *Quilombo* mantinha um diálogo com algumas personalidades africanas e afro-americanas de prestígio no Movimento Negro internacional, buscando um canal de diálogo na luta contra o racismo e análise das realidades historicamente produzidas pela população negra, dos seus patrimônios culturais, de suas memórias e também de suas problemáticas sociais.

Em meio à efervescência dos debates dos Movimentos Negros internacionais e nacionais presentes na década de 1950, o Brasil (governado por Juscelino Kubitschek) passava por um período de estabilidade política e desenvolvimentismo econômico. Por conta dessa estabilidade, conseguiu implementar um ambicioso programa que tinha um discurso ideológico baseado no desenvolvimentismo econômico nacionalista, mas a maciça entrada de capitais estrangeiros (visando o desenvolvimento industrial do país) era um dos pontos fundamentais de seu projeto econômico.

É importante ressaltar, em primeiro lugar, a estabilidade política do governo JK: garantiria as bases institucionais para a implementação de seu Programa de Metas (o qual tinha por objetivos principais a transferência da capital federal para o Planalto Central) e o cumprimento de “cinquenta anos de desenvolvimento econômico em cinco anos de governo” através do investimento em diversos setores da economia, tais como industrialização, energia, construção e transporte.

De acordo com Maria Gonçalves²⁴, pode se dizer que a organização do movimento foi impulsionada pela sensação de melhoria social, em decorrência de uma onda de desenvolvimento que incorporava um grande número de pessoas negras no mercado de trabalho pela primeira vez. Porém, o mesmo motivo que os levou a se agregarem socialmente os enfraquece em termos de organização política. Já no início da década de 1960, o Teatro Experimental do Negro deu os primeiros sinais de crise.

Chegando à década de 1960, as tensões políticas, que levam ao golpe que instaura o Regime Militar, giraram em torno da chegada de João Goulart à presidência da República. Considerado um herdeiro político do próprio Vargas, João Goulart chegou ao governo pressionado por forças conservadoras que refutavam a sua atuação política. Tal situação de tensão chegou ao seu auge no ano de 1963, quando o presidente começou a articular e discursar um amplo projeto de mudanças que ficariam conhecidas como as chamadas reformas de base.

Já quando as reformas foram anunciadas, setores da direita brasileira, do empresariado e das classes médias começaram a atacar o projeto presidencial. Por um lado, acusavam que as reformas de base seriam um princípio de mudanças que articulariam a construção de um governo socialista no Brasil; por outro, Jango era acusado de constituir uma base política que o permitiria alargar o seu mandato através de um possível golpe que se assemelharia ao anterior – no regime varguista.

Em 31 de março de 1964, o golpe militar colocou fim ao governo do presidente João Goulart – este momento foi complementado por um golpe parlamentar realizado pelo Congresso Nacional

24. GONÇALVES, Maria. Alice Rezende. Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.). **Educação e Cultura: pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

no dia 2 de abril desse ano. Por meio desse evento, iniciou-se a Ditadura Civil-Militar, período que se estendeu por 21 anos.

A instauração da Ditadura Militar, em 1964, representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros, que foram acusados de pregar o conflito racial no país. O governo militar negava veementemente o problema racial no país, divulgando ao exterior a ideia de um país sem conflitos dessa ordem, onde a “paz das cores” imperou em todo o Brasil, fortalecendo a política do branqueamento e encobrendo as desigualdades socioeconômicas presentes entre negros e brancos. Houve um grande refluxo dos movimentos sociais no Brasil, onde as organizações negras desapareceram quase por completo.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Petrônio. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasílica. Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68). **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 131-158, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2288>. Acesso em: 28 jun. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCL-BRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2024.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. “A Unesco e as relações de raça”. In: NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 237-238.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional. *In*: GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.). **Educação e Cultura: pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. p. 39-70.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141 – 158, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QZnghFsZnmKFLtHyMWpn-wHk/>. Acesso em: 15 jul. 2014.

MOYA, Thais Santos. Ação Afirmativa e Raça no Brasil: uma análise de Enquadramento Midiático do Debate Político Contemporâneo sobre a redefinição Simbólica da Nação. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

UNIÃO DOS HOMENS DE COR (UCH)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Porto Alegre/Rio Grande do Sul

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1943–1964

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: João Cabral Alves

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos, cursos de alfabetização, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica e atividades políticas e culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: política e social

BREVE HISTÓRICO

O período de redemocratização, que aconteceu após o fim da Ditadura do Estado Novo (1937–1945), foi marcado pelo ressurgimento do movimento negro no cenário político do país – movimento que, a propósito, aumentou bastante sua área de atuação com a queda da ditadura varguista. Nesse contexto, uma das primeiras organizações negras a se formar, ainda em pleno Estado Novo, foi a União dos Homens de Cor, também intitulada Uagacê ou simplesmente UHC.

A entidade foi fundada em janeiro de 1943 na cidade de Porto Alegre, por João Cabral Alves, que, de acordo com o estatuto

da organização, era farmacêutico. Além dele, assinavam o documento de inauguração mais seis pessoas, sendo cinco homens e uma mulher, com profissões que variavam entre médico, advogados, funcionários públicos e uma doméstica.

A UCH tinha como um dos seus objetivos centrais, apresentado no artigo 1º do seu estatuto, no capítulo das finalidades: “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”²⁵, principalmente por meio da assistência social.

Em 1948, cinco anos após sua fundação, a organização já contava com filiais em ao menos 10 estados (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), além de estar presente também em vários municípios do interior.

A União dos Homens de Cor contava com uma complexa estrutura organizacional desde o início de suas atividades. A diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores).

A entidade teve forte atuação em debates e nas imprensas locais, publicações de jornais próprios, além de oferecer à população negra assistência médica, jurídica, ações de voluntariado, participação em campanhas eleitorais e mantinha também aulas de alfabetização.

Em outro ponto do seu estatuto, a entidade estabelecia que todos os seus membros alfabetizados deveriam pegar para si a responsabilidade de alfabetizar pelo menos uma pessoa ligada ao seu quadro de membros, garantindo, dessa maneira, que

25. ESTATUTO da União dos Homens de Cor do Brasil – (Uagacê). **Jornal A Alvorada**, Pelotas, a. 53, n. 22, 1951. p. 01.

no futuro todos os que a ela fossem filiados deixassem de ser analfabetos.

As campanhas educacionais promovidas pela organização tinham como meta principal a integração do negro na sociedade através da ascensão social e intelectual. Além da educação, a UHC dedicou-se a atender os problemas mais imediatos e visíveis ligados às mudanças sociais e educacionais para os negros de maneira geral.

Dentre as estratégias de atuação utilizadas pelo UCH, estava o estabelecimento de parcerias e alianças com personalidades e autoridades locais, não negras, que se mostravam sensíveis a uma luta antirracista no país.

Durante os primeiros anos da década de 1950, representantes da União dos Homens de Cor foram recebidos em audiência pelo então presidente Getúlio Vargas e, na ocasião, foi apresentada ao presidente uma série de reivindicações a favor da “população de cor”. No Rio de Janeiro, então capital federal, os dirigentes da organização tornaram-se “figuras proeminentes, seja no ativismo seja na vida pública. Este é o caso, por exemplo, de José Bernardo da Silva, eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos a partir de 1954”²⁶.

A partir da UHC, surgiram outras agremiações, como a União Cultural dos Homens de Cor (UCHC), no Rio de Janeiro, e a União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC) no ano de 1962, em Blumenau.

Ao longo de sua trajetória, que se iniciou no Estado Novo, consolidou-se na década de 1950 e expandiu-se até o início dos anos de 1960. A UHC e muitas das organizações contemporâneas

26. Joselina da Silva, União dos homens de cor (UHC): uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UERJ, 2005, p. 216. Da mesma autora, ver “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, n. 2, Rio de Janeiro, 2003, p. 215-236.

trataram mais do que de inclusão e ascensão social, buscavam também a participação dos negros no projeto-nação brasileiro. Com a chegada da Ditadura Militar em 1964, a UHC foi silenciada – assim como muitos outros grupos de movimentos sociais em todo país.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCL-BRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2024.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 215-235, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/QSsCvKP5t6Q7gtTqrczkbjr/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 27 maio 2024.

SILVA, Joselina da. União dos homens de cor (UHC): uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO (TEN)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1944–1968

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Abdias Nascimento

ATIVIDADES PROMOVIDAS: escola de teatro, curso de alfabetização, concursos de beleza, seminários, publicações de jornal próprio e demais ações culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e política

BREVE HISTÓRICO

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado oficialmente em 13 de outubro de 1944 por iniciativa do economista e ativista negro Abdias Nascimento²⁷, com o objetivo de buscar a valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e da arte, tendo o teatro como principal instrumento edu-

27. Abdias Nascimento (1914–2011) foi político e ativista social brasileiro, considerado um dos maiores defensores da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil, nome de grande importância para a reflexão e atividade sobre a questão do negro na sociedade brasileira.

cativo e de construção de uma identidade negra. A companhia lutou para humanização e inclusão dos negros nas artes cênicas, opondo-se à ausência e estereotipização dos negros nos palcos. O grupo buscou dar espaço para atores negros que geralmente estavam em papéis coadjuvantes e desumanizados.

No momento de fundação do TEN, fizeram parte desse momento, junto com Abdias Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo, o pintor e escultor Wilson Tibério, o contabilista José Herbel, a empregada doméstica Arinda Serafim (que teve importante papel em divulgar os cursos de alfabetização e encenação entre as empregadas domésticas), a roupeira Marina Gonçalves, Claudiano Filho, Oscar Araújo, José da Silva, Antonieta, Antonio Barbosa, Natalino Dionísio, entre outros. Na trajetória de 1944 a 1968, o grupo mudou várias vezes sua formação, tendo adesão e rompimento de participantes.

Muitos integrantes importantes não estiveram presentes no momento de sua fundação, mas tiveram um importante papel junto à organização como: as atrizes Léa Garcia e Ruth de Souza e o ator e dramaturgo Haroldo Costa (que iniciaram suas carreiras artísticas no grupo), o professor de francês Ironides Rodrigues (que deu aulas de alfabetização e de cultura geral nos cursos de preparação de elenco), Sebastião Rodrigues Alves (parceiro de Abdias Nascimento desde os anos 1930, juntamente com ele fundador do Comitê Democrático Afro-Brasileiro em 1945 e do Diretório Negro Petebista em 1946).

Na ocasião de sua criação, o conjunto de atores era formado por operários, empregadas domésticas, motoristas, moradores de favelas sem profissão definidas e modestos funcionários públicos. O TEN os ajudou a enxergar criticamente os espaços destinados aos negros no contexto nacional, disponibilizando cursos de alfabetização e de iniciação à cultura geral, noções de teatro e interpretação, alternando as aulas com exercícios práticos e debates.

Contudo, o projeto inicial de Abdias Nascimento foi muito mais ousado e abrangente que o nome do grupo propunha. Entre as décadas de 1940 e 1960, o grupo adquiriu uma dimensão mais ampla de atuação no campo político e social. Muito dos trabalhadores que participavam do TEN eram analfabetos, sendo assim, o processo de educação formal, como o de ler e escrever, de muitos de seus integrantes tornou-se primordial para essa organização. O TEN surgiu com novas ideias e propostas, e fez da educação uma das principais bandeiras de luta em defesa da população negro através do teatro. O Teatro Experimental do Negro tinha, inicialmente, o objetivo de resgatar a cultura negra e configurou-se como uma das organizações mais politizadas e ativas do movimento.

Entre os anos de 1948 e 1950, o Teatro Experimental do Negro publicou o jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Por meio dele, o TEN cobrava do Estado a criação de políticas públicas para inserção da população negra nos sistemas oficiais de ensino e reivindicava ainda a criminalização do preconceito racial na Legislação do país. A partir desse meio de comunicação, foi possível divulgar essas e outras questões discutidas no interior da organização.

Em 1950, o TEN organizou o I Congresso do Negro Brasileiro no Rio de Janeiro, onde foram debatidas questões acerca da História do Negro no Brasil, movimentos de resistências, religião, folclore, línguas africanas e personalidades marcantes. Essa foi a fase mais importante para o TEN, quando a organização adquiriu sede própria, fundou o Museu do Negro, encenou algumas montagens nos grandes teatros do Rio de Janeiro e realizou concursos de beleza²⁸.

28. Uma das iniciativas do TEN de maior repercussão foram os concursos para a eleição da “Rainha das Mulatas” e da “Boneca de Pixe”.

Durante a década de 1950, é possível detectar algumas ações do Estado em prol dos negros – a Lei Afonso Arinos em 1951²⁹ é um caso exemplar. É importante ressaltar que tais medidas assumidas pelo Estado Brasileiro foram vistas como desdobramentos da luta política dos movimentos sociais no Brasil.

A Lei Afonso Arinos tornou-se mais um gesto simbólico, visto que não houve qualquer iniciativa oficial para investigar e punir casos de discriminação racial em hotéis e estabelecimentos comerciais. Cabe observar que a referida Lei provocou, entre lideranças do movimento negro, reações distintas. Enquanto alguns comemoravam a aprovação da lei, outros se mostraram céticos por considerá-la insuficiente como resposta às demandas sociais e políticas do movimento. Na época, o TEN reconheceu a importância da iniciativa legislativa, embora não como uma inovação, mas como o resultado de um processo que já estava em pleno andamento na dinâmica do ativismo negro.

No ano de 1955, o TEN organizou um concurso de artes plásticas sobre o tema Cristo Negro, o que causou grande repercussão na imprensa. O *Jornal do Brasil*, em um artigo publicado no dia 26 de junho de 1955, demonstrava sua insatisfação diante da proposta do evento: “essa exposição que anuncia deveria ser proibida como altamente subversiva. As autoridades eclesiásticas devem, quanto antes, tomar providências para impedir a realização desse atentado feito à Religião e às Artes”³⁰.

Em 1961, o TEN publicou a antologia *Dramas para negros e prólogo para brancos*, com nove peças escritas, fundamentalmente, para desenvolver uma dramaturgia negra no país. A antologia incluía as seguintes peças: *O filho pródigo*, de Lúcio Cardoso; *O castigo de Oxalá*, de Romeu Crusoé; *Auto da noiva*, de Rosário Fusco;

29. A Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390/51) tornou o preconceito racial contravenção penal.

30. Domingues, 2006, p. 142 *apud* Nascimento, 1980, p. 107.

Sortilégio, de Abdias do Nascimento; *Além do rio*, de Agostinho Olavo; *Filhos de santo*, de José de Moraes Pinho; *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro; *Anjo negro*, de Nelson Rodrigues; e *O emparedado*, de Tasso de Silveira. O TEN foi o primeiro movimento cultural a centrar no desenvolvimento de uma estética dramática centrada na vida do negro brasileiro. Com a instauração da Ditadura Civil-Militar em 1964, o grupo ficou moribundo, sendo praticamente extinto em 1968.

O Golpe Civil-Militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política do movimento negro. A Ditadura Civil-Militar desarticulou uma coalizão de forças que lutavam contra o preconceito de racial no país, e, como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes foram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil.

De acordo com Lélia Gonzalez (1982, p. 24), a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade”. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida. Em 1968, o principal dirigente do TEN, Abdias do Nascimento, partiu para o autoexílio nos Estados Unidos da América, semanas antes da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Na avaliação de Gonzalez (1982, p. 30), o TEN “significou um grande avanço no processo de organização da comunidade negra”.

O Teatro Experimental do Negro foi muito mais que uma companhia Teatral, foi uma organização social, cultural e política do Movimento Negro no Brasil, desde o fim do Estado Novo até o início da Ditadura Civil-Militar brasileira. A história do TEN retrata uma importante parte da luta contra o racismo e pelo direito das pessoas negras no Brasil.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis. Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68). **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 131-158, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2288>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

GONÇALVES, Maria. Alice Rezende. Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende Gonçalves (Org.). **Educação e Cultura: pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. p. 3.9-70.

GONZALEZ, Lélia. “O movimento negro na última década”. In: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos (orgs.). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marcozero, 1982. p. 9-66.

OLIVEIRA, Maybel Sulamita de. O teatro experimental do negro em meio a militância e a intelectualidade: eventos programáticos realizados entre 1945 e 1950. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. “Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões”. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Teatro experimental do negro: rompendo a brancura da cena (1944-1968). **Moringa - artes do espetáculo**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2022. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/oed7260124993bb8f5od-4faoa7b6408e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031955>. Acesso em: 21 mar. 2024.

RENASCENÇA CLUBE

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1951 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Dr. Oscar de Paula Assis, Jandira de Paula Assis, Domingos Soares e Dr. Onofre Júlio dos Santos

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos, saraus, eventos religiosos e demais ações culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e política

BREVE HISTÓRICO

Foi durante os anos de 1950, momento em que os Estados Unidos vivenciavam intensos conflitos raciais e os países africanos ensaiavam seus primeiros passos rumo à independência, que no Rio de Janeiro, a então capital federal do Brasil, nascia o Renascença Clube³¹ como uma resposta à discriminação racial e ao mesmo tempo uma proposta de inclusão social do negro.

31. O nome Renascença foi em homenagem ao movimento Harlem Renaissance, que marcou o florescer de uma nova cultura negra americana no início do século XX.

O “Rena”, como é popularmente conhecido, foi fundado em 17 de fevereiro de 1951, em uma casa no bairro do Lins de Vasconcelos, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de negros de classe média, que, apesar de suas condições econômicas, eram impedidos de ingressar em clubes tradicionalmente frequentados por famílias brancas.

O Renascença foi fundado por quatro pessoas: o Dr. Oscar de Paula Assis, a mulher dele, Jandira de Paula Assis, o Domingos Soares e um médico. O Domingos Soares era ourives. Tinha uma loja na Rua do Rosário. Eu não sei você sabe, que ourives era uma profissão dos escravos. E o Domingos Soares foi provavelmente o último negro a ser ourives no Rio de Janeiro. E outro negro foi o Dr. Onofre Júlio dos Santos que depois ficou famoso porque no tempo da TV Rio havia um programa de telecatch, chamado box. O Onofre Júlio dos Santos aparecia lá como médico dos boxeadores. A história não foi pensada. Ninguém pensou em fundar o Renascença, nem esses quatro. A ideia começou quando num Reveillon, do ano que antecedeu a fundação do clube, eles foram barrados. Os três casais, foram a uma boate na Zona Sul. Eram poucas as boates naquele tempo. Foram barrados por serem negros. Como eles eram da classe média e provavelmente da classe média alta por serem negros, eles ficaram uma fera. E resolveram então, criar um clube para as suas famílias. Um clube em que suas famílias pudessem frequentar (Depoimento de Sebastião, 70 anos)³².

32. SILVA, Joselina da. Renascença, lugar de negros no plural: construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro. 2000. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2000. p. 64.

Passado um pouco mais de meio século desde a abolição da escravidão no Brasil, a população negra continuava vivenciando a segregação dos espaços dos brancos, e como resposta ao racismo construíram seu próprio espaço de sociabilidade, reconhecimento e construção de identidade. A intenção era ter um lugar onde as famílias negras pudessem se reunir e se divertir em harmonia, sem o preconceito e discriminação racial.

Em seu primeiro momento, o Renascença desenvolvia atividades recreativas semelhantes às dos demais clubes tradicionais de classe média da região, como o Tijuca Tênis Clube ou o América Futebol Clube, ambos na Tijuca. O Rena promovia saraus, bailes de gala, tardes de chá, audições de música clássica e outras formas de lazer associadas à cultura erudita, praticadas por seus membros fundadores pertencentes à classe média.

Contudo, a agremiação foi pensada para ser muito mais que um espaço de lazer. O Renascença Clube passou a ser também um lugar de estímulo à ascensão intelectual e social dos seus frequentadores, especialmente os jovens.

A gente se preocupava muito com a informação cultural, a formação do conhecimento, esta era a proposta do Renascença. Os nossos pais tinham essa preocupação, só pensavam no saber e que as pessoas estudassem muito, brilhassem fossem importantes nessa área intelectual porque achavam que a gente só ia ter chance ou oportunidade se competisse com as pessoas no mesmo nível (Depoimento de Lucia, associada)³³.

33. GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – O Renascença Clube**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. p. 32.

A educação, entendida como formação educacional e profissional, passou a ser o pilar mestre para a inclusão social. A obtenção de um diploma de nível universitário era entendido como uma das grandes soluções para a mudança da condição em que se encontravam os afro-brasileiros do período. O clube possuía uma pequena biblioteca e o fundador presidente do clube, Dr. Assis, ajudava para que os jovens que não conseguiam adquirir determinados livros escolares fossem auxiliados por alguns sócios mais velhos do clube³⁴.

No ato de sua fundação, o clube contava com a presença de 29 sócios fundadores, sendo estes 11 homens e 18 mulheres, e duas na primeira diretoria contra quatro homens. Ainda que a maioria feminina não representasse a formação da diretoria, é importante destacar que a presença feminina tem grande importância no momento da fundação, no quadro de sócios e na diretoria, ainda mais se comparado aos demais clubes da cidade do Rio de Janeiro na década de 1950³⁵.

A forte presença feminina, aliada a busca da afirmação da ascensão social, fez com que o clube lançasse suas misses negras para concorrerem nos concursos de desfile Miss Distrito Federal em 1959, até então só frequentado por moças brancas. O início dessa nova fase do Rena se dá quando Dinah Duarte, famosa cabeleireira, se associou ao clube e propôs a ideia de organizar desfiles de beleza com as filhas dos sócios. A partir da organização

34. SILVA, Joselina da; BERNARDINO, Maria Cleide R. A democracia racial em desfile: concursos de beleza na década de sessenta. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 12, 2013.

35. Dos 29 sócios fundadores, 9 destes possuíam o curso superior, 5 homens e 4 mulheres, o que não era muito comum entre as pessoas negras daquela época. O grupo de fundadores tinha como líderes o advogado Oscar de Paula Assis e Jandira de Paula Assis, o comerciante Domingos Soares, os irmãos médicos Humberto Gomes de Oliveira e Diva Santos de Oliveira, o médico Onofre Júlio dos Santos, além de Enedina Rodrigues da Silva e Idalina de Jesus Soares.

de desfiles de beleza realizados no clube, Dinah sugere também a inclusão de uma representante do Renascença no desfile oficial de Miss Distrito Federal.

Então em 1959, foi feita a primeira eleição prá rainha do clube. Eles tinham umas 4 ou 5 candidatas, eu fui eleita rainha. Naquela época todos os clubes tinham uma rainha, então havia intercâmbio entre os clubes, mas tudo isso era muito curioso para o jovem de hoje em dia. Até acha graça, porque era acompanhado do pai e da mãe. Então por exemplo, mandava um convite formal para a presidência do clube, convidando prá que essa rainha comparecesse à festa, à solenidade, que seria homenageada a diretoria. Então ia a diretoria, ia a rainha, ia o pai, a mãe (Depoimento de Geisha, 60 anos)³⁶.

Em 1959, o Renascença Clube teve sua primeira representante, Dirce Machado, apresentando-se no concurso de Miss Distrito Federal, realizado no Estádio Gilberto Cardoso, o Maracanãzinho. Quatro anos depois, em 1963, Aizita Nascimento ficou em sexto no concurso e saiu das passarelas para os palcos, como atriz. Em 1964, Vera Lúcia Couto foi eleita Miss Guanabara e a segunda colocada no concurso de Miss Brasil, além de conquistar o terceiro lugar no Miss Beleza Internacional, o terceiro maior concurso de beleza do mundo naquela época. Vera quebrou tabus no país, pois foi a primeira mulher negra, no Brasil, a se classificar em um concurso internacional de beleza.

“A inclusão das moças do Renascença nos grandes concursos de beleza era uma tentativa de visibilização da beleza da mulher negra carioca, até então considerada inexistente³⁷”. Atraídas pelo

36. *Ibid.*, p. 211.

37. *Ibid.*, p. 211.

sucesso alcançado por Vera Lúcia Couto, muitas jovens negras chegavam ao Renascença em busca de uma chance de brilhar nas carreiras de modelos, atrizes ou dançarinas. Aos poucos, os concursos de beleza do clube passaram a atrair a atenção da imprensa. Em 1964, a revista semanal *O Cruzeiro* dedicou várias páginas às candidatas a Miss do Renascença.

Em 1958, o Clube foi transferido para o Andaraí³⁸, bairro próximo à Tijuca. a mudança de sede dá início a uma nova fase na trajetória do clube, que deixa de lado, aos poucos, a proposta sociabilizadora entre os pequenos núcleos familiares voltados para uma cultura erudita. Em seu lugar, surge um projeto mais aberto e de incorporação dos valores culturais atribuídos ao negro, como os concursos de miss, as rodas de samba e as tradições afrodescendentes.

Os concursos de miss, que tiveram grande repercussão, tornaram o clube popular e deram início ao processo de abertura da agremiação, contudo, no mesmo período em que os concursos Miss Renascença começam a entrar em decadência, as rodas de samba passam a se apresentar como a principal atividade cultural e de lazer do clube.

O Rena no início tinha um pouquinho de cultura, aí depois ficou marcado como um clube de samba. Se você perguntar para a geração 60, 70, o Renascença é o clube do samba e das mulatas. Antes de 60, 70, não tinha samba não (Depoimento de José Roberto, 62 anos)³⁹.

As mudanças ocorridas no clube com a introdução da cultura do samba trouxeram também o conflito para o interior da

38. Nesse período, o clube muda para a sede própria na Rua Barão de São Francisco, no bairro do Andaraí, local em que permanece até hoje.

39. Giacomini, *op. cit.*, p. 136.

agremiação. À medida em que as transformações aconteciam no clube, os antigos sócios e muitos dos fundadores se afastavam, acreditando que ele houvesse se distanciado do seu projeto inicial, pois estes acreditavam que o clube estava se afastando de outras atividades culturais e dedicando-se só ao samba.

A nova diretoria, composta por jovens negros que assume a gestão do clube após 1964, traz os sambistas para dentro do clube e institui a roda de samba, aproximando um novo público, até então ausente no momento da fundação da agremiação. Os novos diretores se orgulhavam de introduzir as rodas de samba e de pagode, além de mudar a maneira como o clube passa a ser reconhecido: *clube social e da comunidade*.

No final da década de 1960 e inicial de 1970, o clube havia se aproximado das escolas de samba e afirmado como um ambiente onde eram criadas oportunidades para que cantores, compositores e público pudessem interagir de maneira harmônica. No final, as rodas de samba conquistaram espaço privilegiado, sempre sob o comando de artistas consagrados.

O Renascença Clube contava também com um grupo de teatro e no ano de 1973 ocorreu no clube a montagem do grande espetáculo teatral *Orfeu Negro*⁴⁰, com elenco composto por atores negros: Zózimo BulBul, Clea Simões, Zezé Motta, Geraldo Rosa, Jacyra Silva, José Araújo, Antônio Pompêo, além de jovens atores da companhia de Teatro do Renascença, criada pelo Departamento Cultural do Clube, sob comando dos atores Haroldo de Oliveira e Ubirajara Fidalgo. Esse foi um grande momento na história do

40. Nos anos de 1940, o músico e poeta Vinicius de Moraes escreveu a peça *Orfeu da Conceição* com base no drama Orfeu e Eurídice, da mitologia grega. A partir da sua visão de uma “autêntica da cultura carioca”, propôs ver a cultura a partir do morro. Filho de um músico e de uma lavadeira, Orfeu é um sambista que vive no morro e se apaixona por Eurídice. A peça surgiu em tributo ao homem negro brasileiro, isto é, como reconhecimento do seu valor na cultura brasileira e das suas precárias condições de vida.

Renascença, quando alguns jovens atores formados no grupo teatral do clube deram os primeiros passos na carreira artística. Ao mesmo tempo, fazendo do clube negro um espaço de referência das artes cênicas na capital fluminense

Nesse mesmo momento, na década de 1970, coincide com a chegada do movimento da Black Music e, juntamente com esse movimento, a reivindicação dos membros mais jovens do Renascença Clube para que o clube estivesse antenado à cultura de resistência dos “irmãos” norte-americanos, trazendo um inédito discurso de engajamento alinhados à história do negro brasileiro e mais próximo dos negros estadunidenses através dos bailes da soul music. “‘Soul Music’, ritmo em voga nos EUA, que exportava para o mundo a consciência racial negra através da música e da dança. Surgia no Rio de Janeiro o ‘Black Pride’ com o slogan [...] dos guetos americanos: ‘Black is Beautiful’⁴¹”

Os bailes da soul music eram eventos nos quais se podia ouvir e dançar o gênero soul. Tornaram-se um fenômeno de massa à medida que se espalhavam para diversas localidades, tendo começado nos bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro. Os bailes eram vistos como a melhor alternativa de manifestação política e cultural naquele momento, eram espaços de afirmação racial.

Sempre aos domingos, os jovens frequentadores do baile do Renascença se reuniam para a noite do Shaft. Os jovens, homens e mulheres, participantes da noite Shaft, se reuniam para promover a negritude através da música, do ritmo, da dança, da roupa e dos penteados associados a cultura negra estadunidense.

Optamos por um nome, a Noite do Shaft, baseado no filme do diretor Gordon Parks e na música de Isaac Hayes, que tinha acabado de ganhar um Oscar de melhor trilha sonora original. Como podia exibir trechos do filme em slides,

41. Silva, *op. cit.*, p. 93.

com o carismático detetive John Shaft (personagem central e símbolo de herói da negritude), foi aí que a ideia fechou. [...] Esse foi o pulo do gato do evento, porque misturávamos as imagens do filme com imagens em slides dos frequentadores do baile. Aquele efeito, quase pirotécnico, fazia a galera vibrar e se ver com orgulho próprio⁴².

Carlos Alberto Medeiros, membro do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), relembra de quando foi pela primeira vez a um baile black, na Noite do Shaft, no Clube Renascença:

Pra mim foi um impacto muito grande, porque me deparei com centenas de jovens negros, homens e mulheres, a maioria de cabelo afro. Daí eu percebi que aquelas pessoas estavam ali, não porque elas só poderiam frequentar aquele lugar, ou seja, não era por uma questão de segregação. Elas estavam ali porque elas queriam celebrar a sua negritude, a sua beleza, o seu cabelo e a sua estética. Foi uma experiência muito forte para mim, para perceber a minha própria personalidade⁴³.

Os bailes de soul ganharam popularidade dentro do contexto de rearticulação do protesto negro no auge da Ditadura Civil-Militar (1964–1985), quando uma nova geração de ativistas passam a produzir narrativas e estratégias inovadoras na luta contra o racismo.

Os jovens militantes rejeitaram a ideia de harmonia racial no Brasil e buscaram a melhor alternativa de manifestação política e cultural naquele momento. Domingues e Medeiros destacam que, embora não tivesse uma ligação formal entre as novas organiza-

42. *apud* Domingues e Medeiros; Peixoto, 2016, p. 62.

43. *apud* Domingues e Medeiros; Peixoto, 2016, p. 77.

ções antirracistas e os promotores dos bailes de soul, havia uma ligação entre ambas por dois motivos: o fato de haver ativistas que frequentavam os bailes e de estes serem grandes e concorridos espaços de construção e afirmação de uma identidade negra positivada, o que era um dos pontos principais na agenda do novo movimento negro.

A proposta de um clube fez do Renascença uma organização não tradicional do movimento negro; contudo, o clube foi uma importante organização na luta contra o racismo e na inclusão social dos negros, embora tenha atravessado por diversos momentos distintos ao longo de sua história. Em todos esses momentos, o Rena mantinha em comum a tentativa de grupos distintos de se legitimarem como negros dentro da estrutura societária brasileira. O Renascença Clube se consagrou como um espaço multifacetado de produção cultural negra de grande valia na história do Rio de Janeiro e do Brasil.

O clube, na atualidade, continua sendo gerido por pessoas negras, muitas das quais são descendentes dos fundadores. O Renascença Clube segue sendo um espaço de resistência, difusão e valorização da história, da cultural negra e da diversidade das manifestações culturais afro-brasileiras. O Rena, hoje, é palco da tradicional roda de samba do trabalhador, que ocorre no clube todas as segundas-feiras.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio; MEDEIROS, Carlos Alberto. Black Rio: música, política e identidade negra. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 44, p. e272464, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nXpdfHJmmdw64K5B4mH4Ypy/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa**: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – O Renascença Cube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

SILVA, Joselina da. Renascença, lugar de negros no plural: construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro. 2000. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Joselina da; BERNARDINO, Maria Cleide R. A democracia racial em desfile: concursos de beleza na década de sessenta. **Revista da ABPN**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 203–221, 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/183>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO JOSÉ DO PATROCÍNIO

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Belo Horizonte/Minas Gerais

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1952–1968

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Antônio Carlos, Assulino Balbino, Levi José de Souza e Mariza Santos

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos; saraus; bailes e demais ações culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e educação

BREVE HISTÓRICO

Os clubes negros (conhecidos também como associações negras) eram organizações culturais, políticas e recreativas compostas por pessoas negras e destinadas à defesa dos interesses destes. Essas entidades estavam espalhadas pelas mais diversas regiões brasileiras desde o final do século XIX. No estado de Minas Gerais, as associações negras se estendiam por toda a extensão do seu território e, entre o período que compreende os anos de 1870 a 1960, foram criados aproximadamente 60 clubes negros.

Em Minas Gerais, a maioria dos clubes negros formaram-se no século XX (no período do pós-abolição), como a Associação Cultural, Beneficente e Recreativa José do Patrocínio. Fundada em 31 de maio de 1952, na cidade de Belo Horizonte, a Associação José do Patrocínio contava com personalidade jurídica, foro e sede estabelecidos na capital mineira.

A organização estruturou-se enquanto uma entidade civil de âmbito municipal. Seguindo os preceitos que regiam esse tipo de associação na época, a José do Patrocínio, em seu estatuto, definia-se como apolítica – reiterando que seu quadro social seria formado por elementos de todas as classes sociais (sem distinção de sexo, raça, cor ou religião), desde que preenchesse as exigências do seu estatuto, que tinha por finalidade “ampliar e cultivar os conhecimentos da coletividade brasileira, proporcionando-lhe, gratuitamente, assistência social, cultural, beneficente e recreativa”.

A sede da Associação José do Patrocínio funcionava na rua Avenida Brasil, nº 236, no bairro Santa Efigênia, próximo ao quartel central da Polícia Militar de Minas Gerais, em uma casa antiga alugada com quintal. No local, reuniam-se pessoas negras que, na sua maioria, eram escolarizadas e algumas possuíam ensino superior. Embora algumas das famílias que frequentavam a organização fossem de classe média, estas não tinham acesso a diversos espaços socioculturais da cidade de Belo Horizonte, pois eram proibidas de ingressar nos clubes tradicionais frequentados por famílias brancas.

Considerado uma das principais lideranças da Associação José do Patrocínio, Antônio Carlos ingressou na Associação quando estava em pleno funcionamento. A organização foi fundada pelo filho de Antônio Carlos, Benedito Carlos, junto com Peri Brandão e Levi José de Souza, como um clube recreativo. Na época, ainda não se discutia a formação intelectual dos membros – essa meta

aparece posteriormente, a partir de reuniões de Antônio Carlos com Assulino Balbino, que trabalhava nos Correios com Levi José de Souza e outros membros da Associação. Foi na sequência desses encontros que Antônio Carlos começou a levar livros, a fazer palestras, a falar sobre o negro e a contar história da África e da importância dos africanos no Brasil. Surgem também nesse momento saraus com apresentação de poesias e de livros e dão início, assim, à formação da biblioteca da Associação.

Outro membro de destaque na organização foi Mariza Santos, funcionária da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, que se destacou como a principal figura feminina da Associação. Considerada uma das lideranças de destaque da José do Patrocínio, ela foi responsável pelo Departamento Cultural e pelo refinamento social, principalmente das associadas. Mariza Santos não só deu à Associação José do Patrocínio uma contribuição inestimável no Departamento Cultural, como também ajudou, em todos os sentidos, a construir uma imagem que dava, principalmente às mulheres negras, um novo ânimo à autoestima.

Buscando construir uma “nova imagem” do negro, Mariza Santos organizou desfiles de moda para José do Patrocínio, promovendo oportunidades para que mulheres negras aparecessem como modelos. Mariza era um exemplo típico de ascensão social dos negros defendido pela organização, já que a associada foi empregada doméstica na casa de famílias ricas e, posteriormente, estudou, se formou e mudou seu status social.

A Associação buscava a ascensão social das famílias negras e tinha a educação como a fundamental estratégia nesse processo. A maioria dos membros do clube teve pais e avós analfabetos ou muito pouco escolarizados, contudo consideravam que a educação era o instrumento mais eficaz para mudar a realidade da população negra no Brasil. O projeto educacional da Associação objetivava a inserção dos negros no mercado de trabalho,

acrescido de uma intenção de introduzi-los na educação superior (“O negro é capaz” foi o grande lema da José do Patrocínio).

Uma reivindicação importante dos dirigentes da José do Patrocínio era a doação de um terreno para a construção de sua sede própria, o que acabou sendo conquistado em maio de 1957 junto a prefeitura de Belo Horizonte; entretanto, fica evidente que a doação tinha exigências que, se não cumpridas, tirariam da Associação o direito de uso do terreno – por exemplo, não poderia mudar suas funções e teria que construir a sede no espaço de 2 a 4 anos. O prazo representou o maior desafio da José do Patrocínio.

A não concretização da construção da sede é considerada a principal causa do declínio da Associação, pois o terreno doado não teve nenhuma benfeitoria estabelecida no termo de doação, e por esse motivo foi devolvido ao Poder Público. Após a perda do terreno e a morte do presidente Levi de Souza, a Associação entrou em decadência, encerrando as atividades no fim da década de 1960.

A Associação José do Patrocínio é considerada uma das mais importantes organizações negras que atuou em Minas Gerais entre as décadas de 1950 a 1960. O clube contribuiu para construir uma imagem positiva do negro no Brasil – e com seu projeto educacional, a Associação buscou uma inserção do negro no mercado de trabalho, também um olhar voltado para educação em nível superior, além da luta contra o racismo.

PARA SABER MAIS

SILVA, Andréia Rosalina. Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do associativismo negro entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte – Minas Gerais. 2010. 128 f. (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO (ACN)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Paulo/São Paulo

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1954–1976

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: José de Assis Barbosa, Maria Helena Lucas Barbosa e José Correia Leite

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos, palestras, criação de coral, publicação de jornais e livros, saraus e demais ações culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e política

BREVE HISTÓRICO

No início dos anos 1950, período da história do Brasil conhecido por Segunda República (1945–1964), uma onda de entusiasmo dominou o país por conta do restabelecimento da democracia – nesse contexto, foi criada a Associação Cultural do Negro (ACN). A ACN foi fundada em 28 de dezembro de 1954 na cidade de São Paulo por 23 homens (Geraldo Campos de Oliveira, José Correia Leite, José Assis Barbosa, Américo dos Santos, entres outros) e duas mulheres (Maria Helena Lucas Barbosa e Mary de Oliveira). Todos eram “de cor”, como se denominava na época.

O início das atividades da Associação ocorreram a partir de 1955, logo após a aprovação do registro do seu estatuto em cartório. No primeiro artigo do seu estatuto, ficava estabelecido que a associação adotaria uma sigla com as letras iniciais do nome ACN, sendo uma sociedade civil, com a “finalidade de propagar pela recuperação social do elemento afro-brasileiro”. O segundo artigo estabelecia que todos os cidadãos brasileiros, “em pleno gozo dos seus direitos civis”, poderiam ingressar no “Quadro Social”, sem distinção de “raça, cor, credo político, religioso ou filosófico”⁴⁴.

A ACN possuía uma estrutura político-administrativa centralizada, formada por dois órgãos diretivos: um Conselho Superior, responsável pela “direção coordenadora, consultiva e deliberativa”, com 25 membros; e uma Diretoria Executiva, encarregada pela real administração da entidade e por sua representação legal, com sete membros escolhidos entre os componentes do Conselho.

Os membros do conselho poderiam ser homens e mulheres, levando em consideração que a ACN não colocava barreira de gênero à participação nos cargos de direção. Em seus 22 anos de existência, algumas mulheres atuaram como secretárias, tesoureiras e até mesmo conselheiras.

Entre as ações realizadas, as do campo educacional tinham destaque, pois existia a compreensão de que a educação era uma das mais importantes ferramentas pela qual a população negra iria conquistar reconhecimento, respeito e oportunidades na vida, além de conseguir qualificação para o mundo do trabalho.

No decorrer de sua atuação, a ACN também organizou, estimulou e participou de diversos eventos, sempre desejando

44. Acervo da Ueim-UFSCar. Coleção ACN. Pasta 07 (Conselho Superior – Assembleia – Estatuto). Estatuto Social da Associação Cultural do Negro, fl. 1. São Paulo, 01/02/1955.

alcançar seu objetivo principal de “recuperação social do elemento afro-brasileiro” a partir da cultura, das artes e da educação. A ACN criou um coral, promovia semanalmente palestras (denominadas de “Os Encontros de Cultura Negra”), elaborou um projeto para a implantação de um centro cultural em sua sede, formou uma biblioteca para uso de seus associados, publicou o editorial *Cadernos de Cultura* e um jornal intitulado *O Mutirão*. Em um período em que havia poucas obras disponíveis no mercado editorial sobre a história e cultura afro-brasileira, a publicação dos *Cadernos de Cultura* foi uma iniciativa importante.

Em seu ápice, a organização chegou a ter mais de 700 sócios – entre os membros afiliados, estavam intelectuais como o bibliófilo José Mindlin e os sociólogos Florestan Fernandes e Otávio Ianni (o penúltimo, inclusive, tornou-se o representante da entidade para fins culturais). Ainda que estivesse sediada em São Paulo, a ACN estabeleceu intercâmbio com muitas entidades negras localizadas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, especialmente, as do interior de São Paulo.

A ACN buscou também ficar atenta com tudo o que acontecia ao negro no Brasil e no mundo e, quando era preciso, posicionava-se em defesa destes. A organização se manifestou contra vários casos de discriminação racial no Brasil e em outros países. Poderíamos até mesmo apontar que sua atuação tinha uma perspectiva diaspórica, por ela ter se posicionado em defesa dos negros da África do Sul e dos Estados Unidos.

No início da década de 1960, a ACN ficou temporariamente inativa e, quando retomou as atividades, essas diminuíram muito seu número. No final do ano de 1962, a associação recebeu ordem de despejo da justiça por falta de pagamento dos aluguéis da sede social – embora tenha conseguido livrar-se da dívida, a crise financeira permaneceu e intensificou ainda mais o processo de desmobilização. Com a implementação da Ditadura Civil-Militar

no país em 1964, o processo de desmobilização se agravou e a crise financeira tornou-se irreversível. Sem recursos necessários para saldar as várias dívidas, a entidade foi obrigada a fechar suas portas em 1967.

Passados dois anos de seu fechamento, a ACN foi reaberta, mas sem o mesmo formato e poder de articulação. Nessa nova fase, a organização foi presidida por Gilcéria Oliveira, que buscou desenvolver ações de caráter recreativo, pedagógico e assistencialista. As atividades continuaram mesmo que esvaziadas; contudo, por falta de recursos humanos e financeiros, a entidade foi forçada a fechar definitivamente em julho de 1976. Ao longo de sua trajetória, a ACN realizou um trabalho de mobilização e valorização do negro, buscando conscientizá-lo de sua história, de sua identidade e de seus direitos de cidadão.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio. “Em defesa da humanidade”: a Associação Cultural do Negro. **Dados**, [S. l.], v. 61, p. 171-211, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/czdVhzYxKBS8RQnjKFwpL-jN/>. Acesso em: 04 jun. 2014.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, São. Paulo, n. 85, p. 227-273, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/NctYPPBBRNFTtwtqhM4zVHQ/>. Acesso em: 13 jun. 2014.

UNIÃO CATARINENSE DOS HOMENS DE COR (UCHC)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Blumenau/Santa Catarina

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1962 – atualmente (2024)

PRINCIPAL LIDERANÇA: Avandié de Oliveira

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos, saraus, eventos religiosos e demais ações culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e política

BREVE HISTÓRICO

A luta do Movimento Negro brasileiro contra o racismo e pela igualdade social é histórica nas mais diversas regiões do território brasileiro. Foi na região Sul do Brasil, especificamente no estado de Santa Catarina, que surgiu uma das organizações de grande destaque no país: a União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC).

A UCHC foi criada em Blumenau no ano de 1962 pelo cantor e radialista Avandié de Oliveira, conhecido popularmente como o Príncipe Negro. Mineiro de Uberaba, ele se mudou para a cidade

em 1961 e, assim que se estabeleceu, deu logo início à criação da UCHC.

A história da organização da comunidade negra em Blumenau surgiu em 20 de setembro de 1962, com a fundação da UCHC – União Catarinense dos Homens de Cor, criado por Avandié de Oliveira, conhecido na época por ‘Príncipe Negro’ (Jornal Diário Catarinense, 1977).

Inicialmente, os membros da instituição encontraram alguma dificuldade em atrair os negros da região para sua causa. Foi então que o Príncipe Negro resolveu fazer uso de duas estratégias principais: a primeira de cunho moral e a outra que se preocupava em atuar diretamente na elevação do orgulho racial dos negros da cidade e de seu entorno. Em um dos materiais de divulgação do grupo, além de enumerar os objetivos da organização e dispô-los como num fragmento do estatuto, o coordenador invocava os sentimentos de solidariedade dos afrodescendentes.

Havia grande empenho por parte dos líderes das organizações negras para convocar homens e mulheres negras a ingressarem nas fileiras de um grupo organizado, e esse esforço pode ser identificado em grande parte dos documentos produzidos pelas lideranças negras da época. Contudo, o diferencial da União Catarinense dos Homens de Cor, neste caso, é o tom quase pastoral assumido pelo Príncipe Negro em suas convocações: ele não só convida para a organização como também se coloca como um exemplo a ser seguido.

Com o decorrer do tempo, os integrantes do grupo começaram a denominar-se de *uchiquianos* e o nome foi grafado com a letra “i”, transformando-se em União Cultural dos Homens de Cor do Interior e Capital (UCHIC) – passando, então, a constituir-

-se numa entidade que, além de racial, era também de classe⁴⁵. Outro método empregado pelos membros da organização foi a realização de atividades para atração de grande público, onde a figura do coordenador atuava como um verdadeiro promotor ao divulgar a entidade para a população negra nos municípios por onde passava.

As atividades realizadas pela organização eram bem plurais, como congressos, palestras e conferências. Avandié de Oliveira tinha por iniciativa também convidar e inserir na programação discursos e apresentações de autoridades políticas, eclesiais e militares das cidades por onde realizava seus eventos.

O grupo procurava reunir as comunidades negras das diversas cidades do estado de Santa Catarina e adjacências, sempre com a presença de autoridades. Os concursos de beleza realizados pela organização funcionavam como uma permanente propaganda – assim, buscavam tirar o grupo do anonimato e dar notoriedade ao seu criador. Uma das estratégias mais utilizadas era a visita aos estúdios das emissoras de rádio por onde o concurso de beleza organizado pela organização passava.

Os concursos promovidos pela UHC tinham como objetivo não apenas ressaltar os atributos físicos das candidatas, mas também exaltar um grupo normalmente excluído de uma sociedade que se construía como formada somente por brancos de origem europeia, como o caso dos estados do sul do país naquele período.

Avandié de Oliveira não criou a mulata, mas lançou o concurso Miss Mulata [...]. Que recebeu todo o apoio das autoridades e comunidade de Blumenau [...]. O concurso estendeu-se por 22 cidades catarinenses, com retumbante êxito.

45. SILVA, Joselina da. O reino do Príncipe Negro de Blumenau: a união catari-nense dos homens de cor (UHC).

Assim, o Príncipe Negro fez surgir do anonimato 22 belíssimas mulatas para a admiração do povo catarinense⁴⁶.

Os concursos de beleza estavam em alta naquele momento no país. As revistas da época registravam concursos como Miss Universo, Miss Mundo, Miss Brasil, Miss Guanabara, etc. Nesse mesmo período no ano de 1963, Aizita Nascimento ficou em sexto no concurso Miss Guanabara e saiu das passarelas para os palcos, como atriz. Em 1964, Vera Lúcia Couto foi eleita Miss Guanabara e a segunda colocada no concurso de Miss Brasil, além de conquistar o terceiro lugar no Miss Beleza Internacional – o terceiro maior concurso de beleza do mundo naquela época. Vera quebrou tabus no país, pois foi a primeira mulher negra, no Brasil, a se classificar em um concurso internacional de beleza.

Os desfiles de beleza possibilitaram às jovens negras a ocupação das primeiras páginas dos jornais e revistas (a universalidade dos concursos de beleza), que já eram realizados em grande parte do mundo ocidental. Quando contrastados com as especificidades locais, esses concursos podem se transformar, no caso brasileiro, em um grande instrumento para entender as identidades raciais da nossa sociedade. Os concursos de beleza promovidos pela UHC contribuíram para a valorização da beleza negra.

Os jornais impressos também sempre foram uma ferramenta importante para a publicidade das ideias, análises e reivindicações do movimento negro. Os jornais *O Colored* e o *Kings*, organizados pela UHC, possuíam grande semelhança com os jornais negros publicados nas décadas de 1920 a 1940, em São Paulo. O *Colored* possuía uma tiragem de 2.000 exemplares e era mais voltado para o cotidiano dos negros. Em sua primeira edição, em

46. DA SILVA, Joselina. A União Catarinense os Homens de cor (UHC): performances de um príncipe negro. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 15, n. 1, p. 26-44, 2023. p. 34.

setembro de 1962, o jornal anunciava ter sido criado com o objetivo principal de divulgar o Concurso Estadual Cultural e Individual Miss Mulata de Santa Catarina.

Utilizando o jornal como rede de apoio, tornava-se mais rápido o alcance dos objetivos da organização, uma vez que alcançava um maior número de leitores e possíveis membros. O jornal operava também como carta aberta através da qual o presidente fazia chegar suas determinações nos mais distantes dos municípios. O *Kings* foi fundado depois do *Colored* e, em sua edição de novembro/dezembro, apresentava uma matéria e uma correspondência do Deputado Abel Ávila dos Santos, que apresentou na Assembleia Legislativa de Santa Catarina um projeto de lei que declarava a União Catarinense dos Homens de Cor (UCHIC) como de utilidade pública.

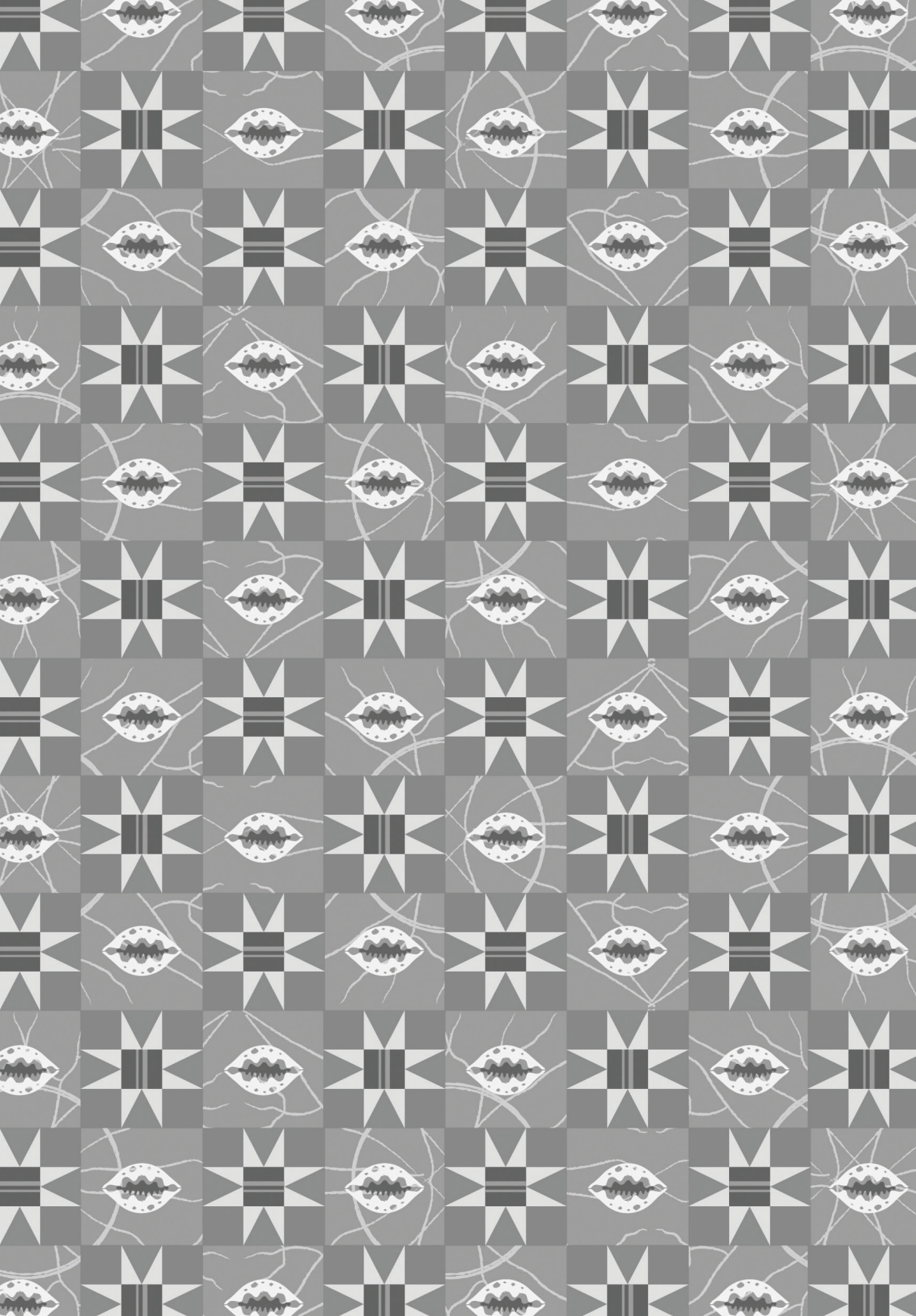
No ano de 1988 (centenário da Abolição), aconteceu a comemoração de 20 anos da UHC, que teve repercussão em toda imprensa local, pois as comemorações contaram com a presença do embaixador Dr. Adjaburbú Nana, da República do Togo. Durante sua estada, o diplomata foi sempre acompanhado por Avandié de Oliveira, que utilizou o evento e a presença do embaixador como propaganda da entidade. Os movimentos sociais negros realizaram, na década de 1980, diversas ações de denúncias contra a discriminação racial e o racismo, e a UHC se fez presente em diversas frentes na construção da luta antirracista durante toda década e até o momento no estado de Santa Catarina.

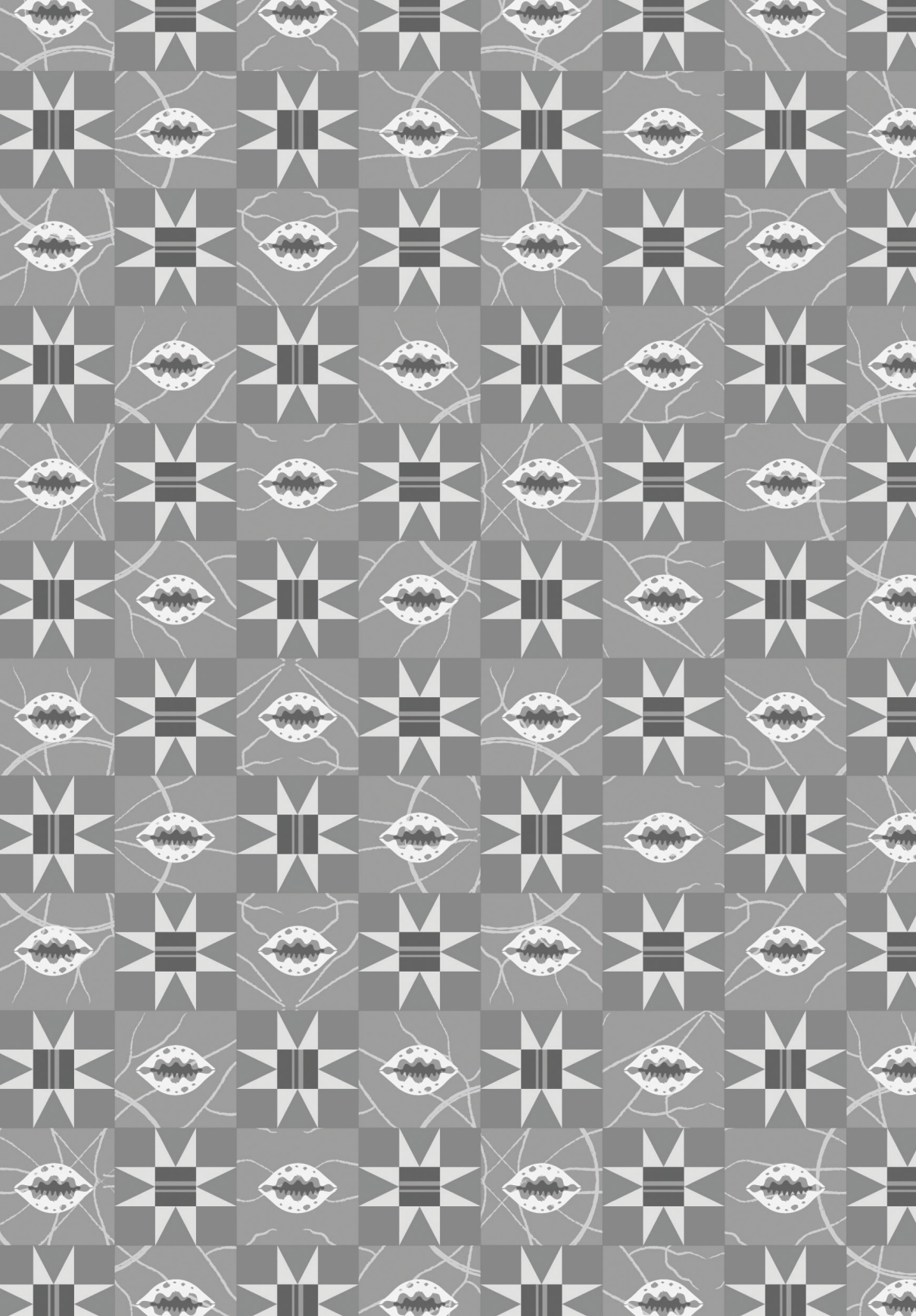
PARA SABER MAIS

SILVA, Joselina da. A União Catarinense os Homens de cor (UHC): performances de um príncipe negro. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 26-44, 2023. Disponível em: <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revista-vozes/article/view/450>. Acesso em: 18 mar. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCL-BRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SILVA, Joselina da. União dos homens de cor (UHC): uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.





TERCEIRA FASE DO MOVIMENTO NEGRO (1970-ANOS 2002)

STEPHANIE SANTANA

O Golpe Civil-Militar de 1964 marca a ascensão do autoritarismo ao poder. Inimigos das esquerdas e dos movimentos sociais, os grupos que se associaram para tomar o poder eram mais heterogêneos do que se pode imaginar. Em comum, tinham o medo do Comunismo e, quase como consequência desse medo, repulsa pelo reformismo do governo trabalhista de João Goulart. Como sabemos, esses grupos saíram vitoriosos e o golpe iniciou a Ditadura Civil-Militar que durou 21 anos, surpreendendo até mesmo parte de seus defensores.

O golpe civil-militar, o início da ditadura que se seguiu a ele, desmobilizou o movimento negro temporariamente, colocando-o em refluxo. O medo da perseguição política levou os militantes a desmontarem suas organizações. No caso do Rio de Janeiro, o desmonte do Teatro Experimental do Negro foi impactante e mais impactante ainda foi a partida de Abdias do Nascimento para exílio nos Estados Unidos. Assim permanece até a criação das

primeiras associações na década de 1970, período que marcou a reorganização do movimento negro e início do movimento negro contemporâneo.

A primeira das associações negras criadas na década de 1970 foi o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul, logo em 1971, o primeiro a adotar o dia 20 de novembro em substituição ao dia 13 de maio para a celebração da história e cultura negra. Em seguida, veio o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) em 1972 em São Paulo; em 1974, o bloco de Ilê Aiyê em Salvador e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e depois o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) no Rio de Janeiro (RJ), em 1975, e o Centro de Estudos Brasil África (CEBA), em São Gonçalo (RJ) também em 1975, entre outras.

Essas associações tinham em seu nome quase sempre as palavras pesquisa ou estudo e atuavam majoritariamente pelo viés cultural afirmando a importância das culturas negras e realizando eventos de maneira a valorizar a herança africana e afro-brasileira. Elas também realizaram palestras e funcionavam no formato de grandes assembleias, nas quais os militantes compartilhavam experiências e fortaleciam sua rede.

Segundo Carlos Alberto Medeiros, militante negro, o aspecto puramente cultural dessas associações era uma fachada diante do contexto de repressão política imposto pela ditadura, e que, mesmo não havendo necessariamente comunicação entre essas associações, outras foram surgindo pelo Brasil e funcionavam dessa mesma forma. É interessante também que ele aponta que essa fachada cultural se confunde e se atrela de maneira irremediável à atuação dessas associações.

Além dessas associações, formadas em sua maioria por centros de pesquisa e estudo, outra forma de atuação do movimento negro na década de 1970 foi a imprensa negra. A década marcou o retorno dos jornais e revistas que tinham como tema a questão

do negro no Brasil. Retorno é significativo porque a imprensa negra surge como um braço importante do movimento negro no fim do século XIX, com o jornal *A Pátria*, fundado pelo abolicionista negro Ignácio de Araújo Lima em São Paulo, cidade que vai concentrar o maior número de jornais da imprensa negra, a qual se fortaleceu durante os primeiros anos do século XX.

O retorno que estamos tratando aqui, na década de 1970, insere-se dentro da chamada imprensa alternativa. Essa imprensa alternativa era um importante canal de denúncia da violência cometida pela ditadura. Formada em sua maioria por jornalistas de esquerda e grupos políticos de oposição ao governo autoritário, ela também incluía jornais produzidos por grupos minoritários. Alguns desses periódicos da imprensa negra foram produzidos pelas associações que citamos acima, como o jornal *Sinba*, produzido pela Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Nesse período, foram criados também o *Árvore das Palavras*, o *Jornegro*, *Tição*, entre outras publicações importantes para o período.

Muito importante também foi a seção Afro-Latino-América do jornal *Versus*, um jornal de esquerda bastante atuante no enfrentamento à Ditadura Civil-Militar. A seção foi criada pela jornalista negra Neusa Maria Pereira com colaboração de Hamilton Bernardes Cardoso (Zulu Nguxi) e Jamu Minka. Essa seção foi muito importante para rearticulação do movimento negro em São Paulo na década de 1970. O *Versus* foi idealizado pelo jornalista Marcos Faerman e lançado por ele em 1975. O jornal tinha como abordagem a percepção da cultura como uma forma de ação política. Essa característica do jornal refletiu muito na atuação do MNU e na postura dos seus militantes no período sobre a relação entre cultura e política. Através da coluna Afro-Latina América, o jornal se torna um meio importante de articulação de intelectuais negros e, além disso, denunciava também o racismo e a repressão contra negros.

Tanto as associações como os jornais da imprensa negra foram importantes para marcar a volta da atuação do movimento negro no pós-golpe. Mais conectadas do que possa aparentar em um primeiro momento, essas iniciativas encontravam-se nos objetivos que eram a valorização da cultura negra e a denúncia acerca da situação do negro no Brasil.

É com a fundação do Movimento Negro Unificado em 1978 que essas pautas emergem de maneira mais forte do movimento negro para a sociedade em geral. No ato de fundação do movimento, divulgado pela imprensa, os ativistas carregavam faixas que denunciavam o mito da democracia racial, a falsa ideia de igualdade social entre brancos e negros no Brasil, supostamente decorrente da característica miscigenada na formação da sociedade brasileira.

A expressão democracia racial se popularizou no século XX como um definidor das relações raciais no Brasil. O pensamento, que tem sua origem identificada nas publicações de Gilberto Freyre, se refere ao fato de não termos tido no Brasil, entre os países escravocratas, leis segregacionistas no período pós-abolição, como é o caso dos Estados Unidos da América e da África do Sul, com o *apartheid*. Isso era usado como sinal da suposta igualdade racial que se estabeleceu com o fim da escravidão. Segundo o pensamento dominante, isso acontecia pela grande miscigenação racial que a população brasileira apresentava. O Brasil era um país formado por três raças, brancos, negros e indígenas, e todos contribuíram para a cultura nacional.

Esse pensamento romantizado ocultava o resultado do enraizamento dos estereótipos formados durante a escravidão que sobreviveram e sobrevivem até os dias atuais, gerando prejuízos para a vida de pessoas negras. Além disso, omite também a falta de ação do Estado na compensação de pessoas escravizadas que, mesmo quando se tornaram livres, não tinham meios igualitários

de recomeçar a vida e se inserir no mercado de trabalho, já que muitas vezes lhes foi negado estudo e o racismo fazia a manutenção dessas pessoas na base da sociedade.

Os militantes negros que fundam o movimento negro contemporâneo articulam a noção de que o modelo das relações raciais brasileiras gera um racismo que se propaga não por leis de segregacionismo, mas nas brechas das leis e do Estado omissas no pós-abolição, alimentando-se das desigualdades para manter a elite no poder.

Essa nova abordagem do movimento negro na década de 1970 é transformadora para a militância negra que se desenvolvia até então. Em vez de buscar a integração e a aceitação pela sociedade, agora o objetivo era, primeiramente, a derrubada do mito da democracia racial. Para encarar e combater o racismo no Brasil, era preciso reconhecer que o Brasil era, de fato, um país racista. Sendo assim, grande parte dessa militância que se iniciava na década de 1970 e perdura até hoje concentrou-se na denúncia do mito da democracia racial. Em vez de insistir na igualdade entre raças, a opção era afirmar como historicamente as pessoas foram tratadas diferentes nesse país por causa da cor da sua pele e, mais, tiveram pontos de partidas diferentes e desiguais mesmo no pós-abolição.

O que o movimento negro contemporâneo passa a defender é então uma diferença racial. Não uma diferença racista, pois não contém hierarquização entre as raças, mas a importância do desmembramento de uma antes chamada sociedade miscigenada e igualitária para valorização de uma cultura africana e afro-brasileira, que, depois de tanto tempo sendo perseguida, demonizada e sofrendo tentativas de apagamentos, precisava ser protegida e incentivada e, para isso, precisava também de condições específicas para garantir não igualdade, mas equidade racial.

E se no centro da sua motivação de atuação estava um rompimento com as formas anteriores de organização negra, isso não se estendeu a todas as áreas. O movimento negro continuou a considerar a educação como a mais importante ferramenta de transformação da vida da população negra. Desde as primeiras organizações do movimento negro, os ativistas se dedicaram a alfabetizar outros negros e prepará-los em cursos que lhes proporcionavam oportunidades de empregos melhores. Nessa fase, isso não foi diferente.

Além da manutenção das iniciativas de alfabetização, muitas organizações contavam com pré-vestibulares sociais e/ou cursos profissionalizantes. É também no movimento negro contemporâneo que nasce a reivindicação pelo ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas a fim de que dados que se referem à história e à cultura negra passem a ser incluídos no currículo escolar. Por mérito da articulação negra, em 2003, a Lei nº 10.639 foi aprovada e implementada, modificando o currículo das escolas públicas e particulares para que incluíssem esses conteúdos, permitindo que, desde a educação básica, crianças negras conhecessem a história do seu povo e a todas as crianças fossem inseridas um currículo de ensino com mais diversidade.

Outra vitória do movimento negro contemporâneo no campo da educação foi a lei que estabeleceu o sistema de cotas raciais nas universidades públicas, que depois se estendeu aos concursos públicos. Desta forma, deram início a partir dos anos 2000, políticas de reparação da dívida histórica que o Brasil tem com a população negra.

As questões levantadas na década de 1970, como o fim do mito da democracia racial, o combate à violência policial, e o acesso à saúde, educação, cultura, saneamento básico, entre outros, norteiam o movimento negro até os dias de hoje e constituem sua base. Apesar de termos ainda que estabelecer lutas pela

dignidade da pessoa negra, isso não significa que a movimento negro contemporâneo não conquistou avanços, como, por exemplo, as leis supracitadas. O que se observa, na verdade, é que séculos de escravidão e falta de políticas públicas voltadas para superar a desigualdade de oportunidades entre brancos e pretos no Brasil continuam a impactar essa luta.

Nesse sentido, as organizações que listamos daqui em diante estão longe de serem as únicas ou de alguma forma mais importantes das que aqui não estão. Em conjunto, elas são exemplos de resistência e resiliência em uma longa luta e quem sabe interminável contra o racismo que assolou e ainda assola a população negra. Atuando em diferentes frentes, em diferentes cidades, estados e regiões do país, elas são braços importantes do movimento negro brasileiro contemporâneo que seguem na luta por uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Carlos Alberto. Depoimento concedido ao projeto **“Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ)**. Rio de Janeiro, 04 de julho de 2013. Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRUPO PALMARES

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Porto Alegre/Rio Grande do Sul

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1971–1978

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Oliveira Silveira

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos, saraus, eventos e demais ações culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e política

BREVE HISTÓRICO

Desde o início dos anos 1970, seguindo a tendência de retomada do movimento negro brasileiro depois do golpe de 1964, um grupo se encontrava em Porto Alegre, mais especificamente na Rua dos Andradas, ou Rua da Praia, como é mais conhecida, em frente à Casa Masson para discutir questões raciais. Esse grupo era formado por: Oliveira Silveira, Antônio Carlos Côrtes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, Jorge Antônio dos Santos (Jorge Xangô) e Luiz Paulo Assis Santos. Com o passar do tempo, essas reuniões foram crescendo e outros foram se juntando à causa.

A primeira reunião oficial aconteceu na casa dos sogros de Oliveira Silveira e a partir do livro *As guerras nos Palmares*

de Ernesto Ennes, dado pelo sogro, que o grupo se inspira para a evocação do 20 de novembro para data comemorativa do que hoje é conhecido como Consciência Negra. A segunda reunião foi realizada na casa dos pais de Antônio Carlos Côrtes, membro fundador, e é a partir dela que o grupo ganha oficialmente o nome de Palmares. Estava criado, então, o Grupo Palmares.

Seu primeiro ato público aconteceu cerca de um mês depois de sua criação, em agosto de 1971, em celebração aos 89 anos da morte de Luís Gama. Nesse mesmo ano, o grupo reivindicou a mudança da principal data anual de comemoração e resistência racial, que era então chamada de Dia do Negro, para 20 de novembro, deslocando-o do dia de assinatura da Lei Áurea (13 de maio) e questionando os protagonismos envolvidos nesse processo de resistência e libertação. O grupo afirmava que a libertação era uma conquista dos negros e não da Princesa Isabel, que, inclusive, ganhou a alcunha de “redentora” e seguiu sendo celebrada como salvadora dos negros. Em resposta a isso, a solução do grupo foi pegar outro marco e, desta vez, este marco seria afrocentrado: a morte de Zumbi dos Palmares.

O exemplo do Quilombo de Palmares, como símbolo de resistência negra à subjugação branca colonial, como vimos, está presente no grupo desde seu embrião e serve como um espelho para entender toda sua atuação, que se centrava na reescrita da história do país, com uma valorização maior da participação africana e afrodescendente. Essa luta é central na atuação do grupo, que promovia diversos eventos com temáticas afins.

No ano seguinte à sua fundação mulheres finalmente se unem ao grupo, com destaque para Helena Machado que se tornará coordenadora do grupo e fica à frente de diversas atividades em Porto Alegre, como saraus literários, dança, capoeira, entre outros, buscando, principalmente, a integração do negro na história do Brasil como protagonista.

O Grupo Palmares atuou por meio de parcerias para realizar suas atividades. Tinha uma excelente relação com parte da imprensa gaúcha. Já em seu primeiro ato em agosto de 1971 os jornais Correio do Povo e Folha da Tarde demonstraram seu apoio. Depois foi no jornal Zero Hora que o grupo encontrou espaço para denunciar o processo de massacre e perda de sua cultura que o negro passou no Brasil. A matéria foi um sucesso e foi republicada pelo muito conhecido Jornal do Brasil.

Acreditando neste viés de atuação, o grupo se articulou também com outras organizações que também estão nesta publicação como CECAN, IPCN e SINBA para criar eventos em conjunto e pensar a situação do negro no Brasil. Um evento importante feito destas parcerias foi a Semana do Negro que aconteceu em 1976 e marcou o encontro de diversas entidades importantes no período que abordamos neste capítulo. Por fim, neste mesmo ano de 1976, o Grupo Palmares publica livreto Mini-História do negro brasileiro que nada mais era do que a principal pauta pela qual o grupo se organizava: a denúncia da deturpação pela historiografia oficial e a necessidade de uma retomada desta mesma história desta vez contada por negros.

Todas essas trocas realizadas ao longo da década de 1970 com diversas instituições desencadeiam a formação de um novo movimento, nacional e unificado, que pretendia unir os desejos de toda a militância negra do período. Sendo assim, em 1978, é formado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), que depois vira apenas Movimento Negro Unificado. Com a integração ao Movimento Negro Unificado, as pautas levantadas pelo Grupo Palmares são levadas para todo o Brasil e passam a ser discutidas em âmbito nacional. Nesse mesmo ano, seus integrantes acreditaram que era melhor acabar com o grupo e passar a atuar pelo MNU. No entanto, é inegável a importância do grupo para o ativismo negro nacional e suas pautas e reivindicações

foram fundamentais não só para a celebração do Dia Consciência Negra, em 20 de novembro, como também para o estabelecimento da Lei nº 10.639, que garante o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil.

PARA SABER MAIS

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. 2006. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARQUES, Elenior Gularte. Grupo Palmares em Porto Alegre na década de 1970: o papel das mulheres negras ativistas. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CENTRO DE CULTURA E ARTE NEGRA (CECAN)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Bairro do Bixiga/São Paulo

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1971–1976 / 1976–1981

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Thereza Santos, Odacir Matos, Rafael Pinto e Milton Barbosa

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos, seminários, congressos, peças, saraus, eventos e demais ações culturais

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e política

BREVE HISTÓRICO

Fundado em 1971, por Thereza Santos, com o apoio de Eduardo de Oliveira e Oliveira, o Centro de Cultura e Arte Negra, muito conhecido pela sua sigla CECAN, foi uma entidade do Movimento Negro Brasileiro, sediada em São Paulo. O CECAN funcionava no bairro do Bixiga, região central de São Paulo. Sua atuação pode ser dividida em duas fases: a primeira de 1971 a 1976 e a segunda de 1976 a 1981.

No entanto, antes de seguir com a história do CECAN, precisa-

mos discorrer um pouco sobre sua fundadora e principal liderança: Thereza Santos. Jaci dos Santos, nome de batismo de Thereza, nasceu no Rio de Janeiro em 1938. Filha de pais funcionários públicos, cresceu rodeada de militância e engajamento político. Foi encorajada pelo pai a desenvolver uma atuação político-partidária. Muito cedo, aos 15 anos, começou sua atuação no Partido Comunista Brasileiro (PCB), através da Juventude Comunista, onde, acobertada pelo pai, participava da formação ideológica de outros jovens, realizando panfletagem e campanhas eleitorais. Então Thereza se empenhou muito em colaborar com o partido, porque acreditava que essa era a forma de contribuir para uma sociedade melhor. **“Sentia-me impelida a fazer alguma coisa, a lutar para mudar a situação, a descobrir onde estava a luta, qualquer coisa que pudesse fazer”** (autobiografia de Thereza Santos⁴⁷).

No entanto, Thereza foi percebendo que a questão racial sempre ficava em segundo plano. Quando falava sobre a questão dos negros e o racismo no Brasil, recebia a mesma resposta: “O problema é social! Na sociedade igualitária que estamos criando todos serão iguais.” E Thereza sentia que estavam ignorando suas falas sobre racismo e muitas vezes até mesmo a sua presença. Mas ela precisava estar em movimento. Precisava sentir que estava tentando e, mais que isso, precisava ter esperança de mudar uma sociedade tão desigual.

Então, quando entrou na faculdade de Filosofia, ela saiu da Juventude Comunista, mas continuou no partido, atuando agora pelo Centro Popular de Cultura (CPC). O CPC era formado por estudantes e intelectuais da esquerda que, através do teatro, da música, do cinema, artes plásticas, etc., eles buscavam usar a arte e a cultura como mecanismo de transformação social. Thereza então começou a atuar como atriz nos teatros populares, ruas,

47. SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos**: a história de vida de uma guerreira. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2008.

praças e demais espaços. Sempre como forma de conscientizar politicamente seu público. Infelizmente, ela continuou sofrendo tentativas de silenciamento pelos seus companheiros brancos de militância, mas não se calou e seguiu defendendo seus pontos de vista, principalmente no que se referia ao racismo.

Em 1964, ano em que acontece o golpe que deu início à Ditadura Civil-Militar, ela informou ao seu partido sua intenção de criar uma frente de atuação na Escola de Samba Mangueira, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Lá, a ativista propôs aulas de português e matemática e articulou, junto com os moradores, a criação de uma biblioteca e de um teatro infantil. Essa atuação de Thereza na Mangueira foi considerada subversiva, e ela foi interrogada por alguns dias pela polícia política. Sua rotina passou a se seguir da seguinte forma: todos os dias os agentes iam buscá-la em casa buscar pela manhã, a levavam para a delegacia, onde era interrogada até a noite, e depois a deixavam de volta em casa.

Thereza era vista mais como alguém que talvez soubesse de algo por descuido do que como uma grande articuladora comunista. Essa percepção refletia uma prática comum do governo autoritário em lidar com o movimento negro brasileiro e seus militantes: sempre evitando dar autonomia e relacionando a militantes brancos e/ou estrangeiros como vimos no texto de abertura desta seção. De uma forma ou de outra, isso durou 10 dias. Quando Thereza percebeu uma brecha, os militares estavam mobilizados em reprimir uma guerrilha fora da cidade do Rio e pararam de visitá-la, ela arrumou suas coisas e mudou-se para São Paulo, onde viria a fundar o Centro de Cultura e Arte Negra.

Provavelmente, por conta dessa experiência de Thereza Santos de repressão da ditadura, o CECAN, em sua primeira fase, com Thereza à frente de 1971 até 1974, se autodenominava uma organização exclusivamente cultural. Mas é importante perceber que, de maneira nenhuma, isso significa uma atuação desprovida

de discussões políticas e sociais. A primeira grande atividade do Centro foi a peça *E agora... falamos nós*, escrita por Thereza Santos e Eduardo de Oliveira e Oliveira.

O CECAN tinha como foco a criação de uma identidade racial negra. A organização buscava criar e trabalhar a ideia de negritude. De acordo com Petrônio Domingues, foi uma das primeiras a se debruçar sobre as questões da negritude e a se dedicar ao desenvolvimento de uma consciência étnico-racial. No entanto, é comum que se atribua a essa fase do CECAN a um caráter menos político que sua segunda fase, o que, sabendo de toda a trajetória da sua fundadora, não faz sentido. Mas ainda na liderança do CECAN, Thereza volta ao radar dos militares por dar abrigo ao fugitivo político. Para evitar sua prisão, ela se muda para África e o Centro é descontinuado.

Dois anos depois, em São Paulo, Odacir Mattos, membro da primeira geração do CECAN, entra em contato com Thereza e lhe pede permissão para reativar a organização. O momento era de proliferação de organizações negras em São Paulo e no Brasil, assim como era propício devido ao início da abertura política. Então ele retoma o trabalho e agora tem um direcionamento diferente. Nessa nova fase, a organização busca combater a folclorização do negro e de sua imagem colonizada e, com isso, melhorar sua autoimagem e autoestima. Além disso, o local se tornou ponto de encontro e articulação da militância negra da cidade de São Paulo. A partir daí, o grupo começa a atuar principalmente através de seminários, pesquisas, conferências, atividades culturais, educativas, artísticas, entre outras. Além disso, o grupo fez parceria com organizações de outros estados e até mesmo de outros países, de modo a viabilizar seus projetos em consonância com a perspectiva que hoje chamamos de afro-diaspórica.

O Centro de Cultura e Arte Negra foi uma organização muito importante para o movimento negro brasileiro e integra esse almanaque pela sua atuação na cidade de São Paulo e influência

em todo o país. Apesar de ter encerrado suas atividades em 1981, segue sendo estudado e difundido até hoje por pesquisadores e interessados em geral.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio. A redescoberta da África: O Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 101-127, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1526>. Acesso em: 02 maio 2024.

GOMES SILVA, Tauana Olívia . Thereza Santos, guerreira comunista que se fez Malunga . **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 242-259, 2022. DOI: 10.23925/ls.v26i49.62515. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/62515>. Acesso em: 02 maio 2024.

RIOS, Flavia. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 73-96, 2014. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2014.83619. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83619>. Acesso em: 2 maio 2024.

SILVA, Stephanie da Rocha Santana da. Saying out loud!: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Silva, Joana Maria Ferreira da. **Centro de Cultura e Arte Negra - Cekan**. Selo Negro, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS (IPCN)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Lapa/Rio de Janeiro

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1975 – atualidade (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Beatriz Nascimento, Amauri Mendes Pereira, Yedo Ferreira e Carlos Alberto Medeiros

ATIVIDADES PROMOVIDAS: seminários, palestras, mesas-redondas, conferências e congressos

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: pesquisa

BREVE HISTÓRICO

Na primeira metade da década de 1970, o movimento negro começa a se reorganizar após o impacto do Golpe Civil-Militar de 1964. Como vimos, várias instituições começam a se formar ao redor do país, principalmente, nas capitais dos estados. No Rio de Janeiro, não foi diferente. Diversas organizações foram criadas nesse período e uma delas foi o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).

O IPCN foi fundado no Rio de Janeiro em 1975 no bojo dessas novas organizações que discutiam a situação do negro no Brasil.

Ele surge de uma série reuniões de jovens negros que aconteciam em Ipanema na Universidade Cândido Mendes, onde se discutiam novas iniciativas do movimento negro. Essas reuniões já eram resultado de um outro encontro da juventude negra que rolava no Teatro Opinião, também na zona sul carioca.

A organização atua como um centro de referência em pesquisa e tem como objetivo denunciar e combater o racismo em todas as suas formas. Desde sua formação, realizou palestras em diversos clubes, favelas e universidades cariocas, o que foi registrado pela documentação da repressão. Um ano após sua fundação, já estava sendo acompanhado de perto pela comunidade de informações da Ditadura Militar brasileira. Seus principais ativistas também aparecem de maneira recorrente nos arquivos da repressão, destaque para a historiadora Beatriz Nascimento, nome de grande importância para o movimento negro e para o movimento feminista negro, que é citada quase sempre por realização de palestras com teor “subversivo”.

Por conta disso, além de ser presença constante nos arquivos produzidos pela inteligência do governo autoritário, o Instituto passou por invasões para apreensões de documentos para investigação. Esses documentos eram devolvidos tempos depois, pois, de acordo com Carlos Alberto Medeiros, havia esse cuidado por parte dos militantes de se dedicarem a atividades que não seriam vistas como perigosas pelos agentes do governo.

Em 1977, o Instituto consegue financiamento para construir a sua sede e se torna a primeira e única organização da década de 1970 a ter uma. Esse financiamento foi articulado pelo jogador de basquete americano Jimmy Lee, que jogava no Flamengo. Jimmy fez a ponte entre o IPCN e a Inter-American Foundation, que apoiava várias organizações brasileiras, inclusive as vinculadas ao movimento negro. Esse apoio chamou a atenção do governo de Ernesto Geisel, que suspendeu as atividades dessa fundação no

Brasil. Esse fato inibiu várias outras organizações estrangeiras de patrocinarem grupos do movimento negro, pois temiam sanções do governo. De qualquer forma, o financiamento do IPCN foi bem-sucedido e esse dinheiro permitiu a compra da sede localizada na Rua Mem de Sá, nº 208, onde funciona até hoje.

O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras foi e ainda é uma entidade de muita importância para o movimento negro brasileiro. Sua sede se tornou ponto de organização para muitos outros movimentos, como a organização do Movimento Negro Unificado, fundado em 1978. Além disso, foi palco de discussões que depois desencadearam o feminismo negro, que teve como grandes expoentes Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, entre outras.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCL-BRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2024.

IPCN BRASIL. Disponível em: <https://ipcnbrasil.org/>. Acesso em: 08 maio 2024.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no “Atlântico Negro”. **Ciências e Letras, Porto Alegre**, n. 44, p. 215-236, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/31739683/artigo11.pdf>. Acesso em: 09 maio 2024.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

SILVA, Stephanie da Rocha Santana da. Saying out loud!: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

CENTRO DE ESTUDOS BRASIL-ÁFRICA (CEBA)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Gonçalo/Rio de Janeiro

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1975 – década de 1990

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Jorge Santana, Matilde Santana, Edésio da Costa Justino e Dulce Vasconcelos

ATIVIDADES PROMOVIDAS: grupo de estudos, palestras, alfabetização e pré-vestibular

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: educação

BREVE HISTÓRICO

Em 08 de julho de 1975, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), uma das mais relevantes entidades do movimento negro brasileiro. No IPCN, se reuniam ativistas de todo estado para discutir a situação do negro no país e questões políticas referentes à época. A partir dessa experiência de organização, ativistas de São Gonçalo e Niterói sentiram a necessidade de se organizar independentemente do IPCN.

Foi assim que, em 5 de dezembro de 1975, esses ativistas que também eram professores fundaram o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA), em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Jorge Santana, Matilde Santana, Edésio da Costa Justino, Dulce Vasconcelos professores e fundadores do CEBA sentiram que São Gonçalo experimentava desafios próprios e quiseram contribuir para a formação da população negra da cidade.

Os encontros aconteciam aos sábados na casa de Dulce, localizada na rua Alberto Torres no Bairro Vermelho em São Gonçalo. Nessas reuniões, no início, eles costumavam fazer um grupo de estudos que buscavam estimular a leitura dos seus integrantes, todos compartilhavam o que estavam lendo e discutiam assuntos pertinentes à sua organização. O grupo foi crescendo e cada vez mais professores se juntaram a ele e, percebendo a necessidade da comunidade negra do seu entorno, eles começaram a investir na educação como forma de atuação.

Sendo assim, a partir dessas reuniões, eles articularam o primeiro pré-vestibular para negros da cidade, assim como alfabetizaram os que precisavam. No início, ainda nos anos 1970, sob o regime militar, as reuniões eram organizadas de forma mais discreta e sempre havia um bolo e velas em cada uma, para que, caso a polícia fizesse uma batida inesperada, eles pudessem cantar parabéns e fingir que se tratava de um aniversário.

Com a chegada da abertura política os ativistas tiveram mais liberdade para trabalhar e, além de continuarem com as iniciativas anteriores, as reuniões cresceram e aconteceram em lugares como a quadra da escola de samba Viradouro, por exemplo. Também criaram cursos de dança afro e de modelo e manequim. Esse grupo de dança fazia apresentações em várias cidades no Rio de Janeiro e também fora do estado, tornando o CEBA conhecido pela sua atuação.

No entanto, os seus ativistas sentiam dificuldade de serem ou-

vidos nos encontros que aconteciam na capital, principalmente pelos militantes do IPCN. Por isso, Jorge Santana mobilizou entidades de outros lugares do Rio e juntos com esses outros militantes criaram o Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (CENIERJ) e parte dos ativistas responsáveis pelo CEBA migraram para essa organização nos anos de 1980. O CEBA seguiu seu caminho com uma nova direção e organização. Os encontros deixaram de ser na casa de Dulce. De uma forma ou de outra, a organização faz parte da história de São Gonçalo e do Brasil.

PARA SABER MAIS

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCL-BRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2024.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

SANTIAGO, Daiane Sousa. Memória Negra em São Gonçalo: cativado e liberdade nas terras da Fazenda Engenho Novo. 2023. 134 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2023.

VIEIRA, Flávia. CEBA, Identidade afro-brasileira. **Youtube**, 04 jun. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J-5jcuoqxG2c>. Acesso em: 14 maio 2024.

GRÊMIO RECREATIVO DE ARTE NEGRA ESCOLA DE SAMBA QUILOMBO (G.R.A.N.E.S QUILOMBO)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Coelho Neto/Rio de Janeiro

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1975 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Candeia, Nei Lopes, Wilson Moreira, Paulinho da Viola e Mestre Darcy do Jongo

ATIVIDADES PROMOVIDAS: rodas de samba, desfiles de carnaval

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura

BREVE HISTÓRICO

Nos anos 1970, já havia uma realidade no mundo do samba que preocupava sambistas e compositores e que persiste até hoje: a comercialização do samba e a perda das raízes negras. Já desde aquela época, o carnaval, principalmente os desfiles de escolas de samba, começava a se profissionalizar, e, com isso, a presença de pessoas e empresas alheias à origem da grande festa

popular mudava seu propósito, transformando-o em um evento direcionado para as elites e afastando-o das comunidades que lhes deram origem. Preocupado e querendo reverter esse processo, o célebre Antônio Candeia Filho, o Candeia, decidiu criar sua própria escola de samba, que reuniria todas as características que, de acordo com ele, uma escola de samba deveria ter.

Sendo assim, no dia 08 de dezembro de 1975, foi fundado o Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo, muito conhecido por sua sigla G.R.A.N.E.S Quilombo. A Quilombo foi criada com o objetivo principal de preservar as raízes e a tradição do samba, com destaque para o protagonismo de pessoas negras. Além disso, embora sua principal função fosse ser uma escola de samba, a resistência negra era parte importante de sua atuação. Por isso, o lugar também era um polo de arte e cultura negra de forma mais ampla e, como sugere seu nome, um quilombo cultural.

Para isso, Candeia reunia em sua casa, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, amigos sambistas que também compartilhavam de sua visão sobre os rumos do carnaval e a necessidade de ter uma escola de samba da resistência. Amigos como Nei Lopes, Paulinho da Viola e Wilson Moreira que estavam presentes já nos momentos iniciais também faziam parte do processo criativo da organização. A primeira sede da G.R.A.N.E.S foi em Rocha Miranda, onde ficou até 1976. Depois disso, mudou para Coelho Neto, outro bairro do subúrbio carioca, no Esporte Clube Vega. Nesse período, a escola realizava desfiles pelas ruas do subúrbio, chegando a encerrar um desfile das campeãs.

Infelizmente, Candeia faleceu em 1978, apenas três anos após a criação da escola. Com isso, a G.R.A.N.E.S passou por momentos de dificuldade, parou de realizar atividades e perdeu sua sede em Coelho Neto após o carnaval de 1979. Na década seguinte, o grupo se organizou e, apesar de não realizar mais desfiles, existe até os

dias atuais. Sua sede, agora no bairro de Acari, ainda no subúrbio, recebe rodas de samba e outros eventos culturais.

PARA SABER MAIS

CANDEIA, Isnard. **Escola de Samba**: a árvore que esqueceu a raiz. Rio de Janeiro: Editora Lidador/Seec, 1978.

G.R.A.N.E.S Quilombo. **Rio Memórias**, [s.d.]. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/g-r-a-n-e-s-quilombo/>. Acesso em: 25 maio 2024.

TREECE, David. Candeia, o projeto Quilombo e a militância antirracista nos anos 1970. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 70, p. 166-188, ago. 2018.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Paulo/SP – com representação em vários estados

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1978 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Milton Barbosa, Rafael Pinto, Neusa Pereira, Lélia Gonzalez e José Adão

ATIVIDADES PROMOVIDAS: ações comunitárias, atos públicos, palestras

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: política

BREVE HISTÓRICO

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) foi criado na cidade de São Paulo em 18 de junho de 1978, mas é no dia 07 de julho do mesmo ano que o movimento é lançado por meio de um ato público realizado nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, na região do Viaduto do Chá. O movimento condensa a luta travada durante toda a década de 1970 de entidades, não apenas do estado de São Paulo, como de outros pontos do país.

No mesmo ano de 1978, Robson Silveira da Luz, feirante e pai de família negro, foi preso e torturado acusado de roubar frutas,

chegou a falecer em decorrência dos ferimentos a que foi exposto. Essa outra agressão à população negra, representada por Robson, foi o que faltava para a reunião das lideranças das entidades negras do estado de São Paulo. A reunião aconteceu no dia 18 de junho de 1978 e participaram dela as entidades: Centro de Arte e Cultura Negra (Cecan), GRUPO Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, *Jornal Abertura*, *Jornal Capoeira*, Grupo de Atletas e Grupos de Artistas Negros, além do grupo Núcleo Negro Socialista. Da reunião, saiu a decisão de criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que teve como sua primeira atividade um ato público contra os ocorridos mencionados acima e ato de lançamento desse novo movimento, como mencionado anteriormente.

A partir dos acontecimentos de 1978 e do acúmulo da militância desde o início da década de 1970 nas organizações citadas anteriormente neste capítulo, os militantes que vão se reunir para fundar o novo movimento resolvem dar um passo além: um movimento unificado. Como inspiração e influência da criação desse novo movimento, os militantes também tinham os movimentos de libertação que aconteciam na África e no Movimento pelos Direitos Civis, que depois transformado em Movimento Black Power. A valorização da estética negra, com roupas de estampa étnica e principalmente o uso dos cabelos grandes e naturais, não se restringia apenas entre os adeptos dos bailes de música soul; o penteado aqui no Brasil conhecido como Black Power era popular entre os militantes do movimento negro político também.

Esses militantes também acompanhavam o que acontecia com os negros no mundo através da rede de circulação de referenciais transatlântica que se expandiu nos anos 1970, agora conhecida como o Atlântico Negro. A atuação do movimento negro do Rio de Janeiro e de São Paulo, por meio das associações e da fundação do

MNU, na década de 1970, está relacionada com a luta por emancipação negra que acontece na África e nos Estados Unidos.

O Movimento é criado sem a palavra negro em seu nome, pois buscava ser feito em colaboração com judeus e por estar disposto a incluir lideranças indígenas e suas reivindicações. Como isso, não se concretizou na reunião que aconteceu dia 23 de julho, após o ato, a palavra “negro” foi incluída por sugestão de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales, surgindo o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, depois simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU).

O MNU é resultado da articulação entre as associações culturais que surgem no início e se proliferam em meados da década de 1970 e é o assassinato brutal de Robson Silveira o estopim para que os militantes do movimento negro paulista entrassem em contato com lideranças negras de outros estados para criar um movimento unificado para atuar contra a discriminação racial do estado, especialmente como resposta à violência policial. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) foi fundado no dia 30 de junho de 1978 e seu ato de lançamento aconteceu no dia 7 de julho, cerca de 3 meses após a morte de Robson Silveira da Luz.

Esse processo não passou despercebido pelos agentes da Ditadura Civil-Militar, sobretudo porque o novo movimento afirmava abertamente que o Brasil era um país racista e que parte significativa desse racismo vinha do Estado. Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado representava todas as preocupações que os órgãos de informações e de repressão tinham em relação à discussão do racismo no Brasil, pois ele rompe abertamente o pacto de silêncio imposto pelo discurso da democracia racial defendido e propagado pelo Estado. Tanto rompe que sua escolha de inauguração é um ato público onde as pessoas carregavam faixas e cartazes contra o racismo e pedindo uma autêntica democracia racial.

Realizar um ato público como forma de lançamento do novo movimento foi no mínimo uma escolha ousada. Uma escolha que se mostrou bem-sucedida por se aproveitar dessa ausência de proibição mais direta do governo sobre o movimento negro na ditadura. Como aconteceu com o DGIE e os bailes *black*, a vigilância do governo entendia o movimento negro como uma ameaça, mas não sabia como tipificá-la. Em São Paulo, a relação entre movimento negro e autoridades policiais era complexa e se desenvolveu em uma brecha entre a legalidade e a ilegalidade. Tanto que algumas organizações preferiam realizar suas atividades com autorização prévia da polícia especialmente quando se tratava de passeatas. Esse foi o caso do MUCDR que, na tentativa de acalmar os temerosos com a possível reação da polícia, preferiu avisar que teria algum tipo de aglomeração no dia 7 de julho no Theatro Municipal de São Paulo. No entanto, não disseram que seria uma passeata do movimento negro. Segundo o militante Milton Barbosa, por temer a repressão, eles disseram que era algo relacionado a alienígenas.

É importante dizer que a liberação expressa para a passeata nunca veio, mas a proibição também não, e nesse caso a falta da proibição foi suficiente. Porém, mesmo com a falta da estrutura repressiva em toda sua magnitude, a polícia política estava presente e não deixou mais de acompanhar o MNU durante toda a Ditadura Civil-Militar. O movimento foi foco de uma série de informações, informes e relatórios, acusado de racismo e de comunismo, principalmente pela ligação de seus fundadores com a Convergência Socialista. Por essa acusação, o MNU também foi acompanhado pelo aparato repressivo de São Paulo. Esse é o tema da dissertação de mestrado de Karin Kossling⁴⁸, que analisa

48. KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

a documentação referente à vigilância ao movimento negro produzida pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social/DEOPS/SP.

Durante o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, o DEOPS/SP acompanhou de perto o MNU. Sobre o ato, foram recolhidos panfletos distribuídos com a carta de princípios do novo movimento e quem o estava fazendo. Sua atuação foi acompanhada até mesmo fora do estado de São Paulo, já que era uma organização que possuía representação em vários estados e a carta de princípios distribuída em outros estados, como no Rio de Janeiro e em Salvador, foi enviada ao DEOPS/SP.

O DEOPS/SP utilizou a estratégia de infiltração para colher informações sobre as ações e sobre as identidades dos militantes do MNU em São Paulo. E isso provavelmente se deve ao fato de muitos dos militantes paulistas fundadores do MNU serem membros da Convergência Socialista, como já citado, mais especificamente o Núcleo Negro Socialista. Houve uma adoção das pautas socialistas por parte dos militantes do movimento negro que tiveram contato com essas pautas através desses membros fundadores, ampliando assim o caráter organizacional e político dentro do movimento. Isso significou que, apesar de a pauta mais importante ser o combate ao racismo, o movimento negro deste período percebeu que essa luta está associada à questão da luta de classes e houve um aprofundamento nos males que assolam a maioria na população negra. Com isso, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que resultou dessa nova fase da luta antirracista, inseriu-se na luta pela reforma agrária, contra a Ditadura Civil-Militar e a favor da anistia.

O MNU integra os movimentos sociais que vão caracterizar a luta pela democracia no período de abertura política iniciado em 1974 e que dura até meados da década de 1980. Isso porque nesse período a luta armada havia sido derrotada pelos militares e a

oposição à ditadura tomou novas formas. Os movimentos sociais identitários vão assumir papel importante nessa nova fase da atuação das esquerdas como resistência ao governo autoritário e na luta pelas liberdades democráticas.

Nesse sentido, me parece possível afirmar que o MNU inaugura uma nossa fase do movimento negro brasileiro, mais marcadamente política, relacionando raça e classe, com grande valorização do protesto popular como ação, com foco não só na valorização da cultura negra, mas no combate à violência estatal, principalmente a policial, e que tinha em si uma proposta de unificação das entidades existentes no Brasil, pensando-as como braços de uma máquina maior de combate ao racismo. O MNU é então o amadurecimento e o resultado do movimento negro que está se formando desde seu retorno no pós-Golpe Civil-Militar. Sua criação transforma a atuação do movimento negro brasileiro colocando para ocupar as ruas, o que seria marca do movimento negro contemporâneo. O MNU atua ainda hoje em 2024 no combate ao racismo no Brasil.

PARA SABER MAIS

BARBOSA, Milton. **Milton Barbosa e Regina Lúcia dos Santos (depoimento, 2004)**. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), 2004. (3h 15min).

BRAUNS, Ennio; OLIVEIRA, José Adão de; SANTOS, Gevanilda (orgs.). **Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo: Edições SESC, 2020.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Amilcar. Araujo. **“O Mundo Negro”**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

SILVA, Stephanie da Rocha Santana da. Saying out loud!: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, SãoGonçalo, 2023.

Movimento Negro Unificado. Disponível em: <https://mnu.org.br/>. Data de acesso: 2 jun. 2024.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO (CNN MA)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: São Luís/MA

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1979 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Mundinha Araújo e Cármem Lúcia Vargas Souza

ATIVIDADES PROMOVIDAS: palestras, congressos, encontros, debates, blocos

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: educação e cultura

BREVE HISTÓRICO

O Centro de Cultura Negra do Maranhão é uma organização não governamental criada em 19 de setembro de 1979, na cidade de São Luís no Maranhão. Assim como as outras do período, a organização faz parte da retomada do movimento negro na década de 1970 e que se inspira no Movimento Negro Unificado.

A organização foi criada por profissionais liberais, universitários e estudiosos e logo após sua fundação voltou sua atenção para a educação, pois seus ativistas, principalmente a professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Cármem Lúcia

Vargas Souza, identificaram que escola e o ensino formal de maneira geral desempenhavam papel de central na reprodução do racismo.

A partir daí, passaram a atuar nas escolas de São Luís realizando pesquisas de opinião, leituras, debates e palestras nas escolas e buscando desenvolver uma opção pedagógica diante dos conteúdos escolares e métodos de ensino vigente. A partir dessas interações, o grupo percebeu inúmeras reproduções racistas no discurso de professores e alunos de escolas públicas e particulares, o que deixou explícita a necessidade de associação entre movimento negro e escola. O CNN-MA atuava principalmente através do seu evento chamado Semana do Negro, que a partir de 1980 começou a discutir questões voltadas para a vida do negro no Maranhão.

Todo esse trabalho com a educação rendeu a edição da III Semana do Negro, que teve como foco a elaboração de um programa educativo antirracista voltado para professores-alunos que tiveram que repensar sua prática e até mesmo suas identidades. O programa educativo foi possível devido à presença de militantes do CNN-MA nas universidades e nas escolas da cidade de São Luís.

Depois desse início fortemente vinculado à educação, ainda na década de 1980, a organização começou a se dedicar às atividades culturais como forma de aumentar seu número de membros. Em 1984, foi criado, dentro do Centro de Cultura Negra do Maranhão, o bloco Akomabu, que desfila no carnaval desse mesmo ano com 32 componentes. Devido ao seu apelo visual, cultural e sonoro, o bloco atraiu componentes de várias cores e origens passando a se denominar um bloco plurirracial.

O bloco atraiu mais militantes alinhados com o viés cultural para o CNN e, no ano seguinte, foi criado o Grupo de Dança Abanjá, formado praticamente apenas por mulheres integrantes da

organização. Em dezembro desse mesmo ano, o CNN finalmente ganhou uma sede doada pela Prefeitura Municipal. O prédio em questão era o antigo mercado de escravos de São Luís.

A aquisição da sede permitiu que mais projetos fossem desenvolvidos, incluindo três convênios que passaram a ser frentes de atuação da organização: Fundação Educar, Fundação Legião Brasileira de Assistência e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Através dessas parcerias, eram oferecidos cursos variados, como o de alfabetização de adultos, além de oficinas. Todos os professores e instrutores eram militantes do CNN qualificados para atuar na área.

A partir de então o Centro de Cultura Negra do Maranhão conquistou seu espaço entre a comunidade negra de São Luís, cidade onde atua até os dias atuais. Em 2024, seu site traz em destaque a parceria com a ONG Criola que desenvolve há 30 anos trabalhos em prol da defesa e promoção dos direitos das mulheres negras no Brasil.

PARA SABER MAIS

CNN-MA. Disponível em: <https://ccnma.org.br/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CRIOLA. Disponível em: <https://criola.org.br/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

LEITE, Silvia Cristina Costa. Centro de cultura negra do Maranhão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 110–112, 1987. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1286>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ (CEDENPA)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Belém do Pará/PA

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1980 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Zélia Amador de Deus, Nilma Bentes, Felisberto Damasceno e Fátima dos Santos

ATIVIDADES PROMOVIDAS: publicações acadêmicas, palestras, pesquisa

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: educação e política

BREVE HISTÓRICO

Na década de 1980, o Brasil iniciava seu processo de reabertura política após os duros anos de repressão da Ditadura Militar. Para o movimento negro, foi o momento de solidificar as iniciativas que se organizaram na década de 1970, mas também de se expandir e de criar organizações regionais. Nesse contexto de novas organizações, novas conexões foram formando o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) em Belém do Pará, na região Norte do país. As notícias do grande ato de fundação do MUCDR (depois MNU), nas escadarias do Theatro Municipal de

São Paulo inspirou ativistas negros por todo país. Funcionou quase como um despertador para a necessidade de se organizar. E em Belém não foi diferente.

A partir de reuniões que aconteciam desde 1979 na Universidade Federal do Pará (UFPA), Zélia Amador de Deus e Felisberto Damasceno foram sentindo cada vez mais a necessidade de se criar uma organização para atender as necessidades específicas dos negros do Pará. Um exemplo disso, relatado por Zélia em um texto escrito por ela em 1987 sobre o CEDENPA, é que havia uma invisibilidade da questão racial negra no Norte do país, muito em função da miscigenação com indígenas. Por isso, havia a impressão de que não existiam negros nessa região e, consequentemente, não havia demandas negras. Zélia reconhece que, no caso específico do Pará, apesar de apresentar uma população negra menor que a do vizinho Maranhão, essa população existia sim e precisava se articular para enfrentar o racismo. A partir dessa percepção, eles se juntaram a outros ativistas, de dentro e de fora da UFPA, como é o caso de Nilma Bentes, e criam o CEDENPA.

Nos momentos que se seguiram à sua fundação, o CEDENPA realizou palestras em escolas e na universidade, que começaram com participações em datas comemorativas como o 20 de novembro, e depois expandiu suas atividades para diversos momentos do ano escolar. O grupo também conduziu uma pesquisa com pessoas negras no Pará para entender a população da sua região e identificar quais as demandas, além daquelas já percebidas pelos próprios ativistas sentiam. Principalmente, o CEDENPA atuou por meio da elaboração de textos alternativos sobre a questão racial no Brasil e a participação dos negros na história. Tudo isso para alcançar seus objetivos, que incluíam: melhorar a autoestima do negro, estimular a população negra a lutar por cidadania, lutar por políticas públicas para a população negra e defender os direitos humanos.

O CEDENPA se tornou uma das maiores e mais importantes organizações negras do país e mostrou que o movimento negro brasileiro é forte mesmo fora do circuito Rio x São Paulo x Salvador. O grupo continua ativo e hoje se apresenta como uma associação sem fins lucrativos, sem vínculos partidários e com vasta diversidade em sua composição, com destaque para a questão de gênero, já que mulheres sempre tiveram papel importante na formação e condução da entidade.

PARA SABER MAIS

CEDENPA. Disponível em: <https://cedenpa.org.br/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

DEUS, Zélia Amador de. Centro de estudos e defesa do negro do Pará. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 108-109, 1987. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1285>. Acesso em: 1 jun. 2024.

DEUS, Zélia Amador de. **Zélia Amador de Deus** (depoimento, 2006). Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2006. (1h 55min).

GRUPO TRABALHO E ESTUDO ZUMBI (TEZ)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Campo Grande/Mato Grosso do Sul

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1985 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Jorge Manhães, Dorothy Rocha, Eurídio Ben-Hur Ferreira, Paulo Roberto Paraguassú e Jaceguara Dantas da Silva Passos

ATIVIDADES PROMOVIDAS: palestras, congressos, encontros, debates

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: educação

BREVE HISTÓRICO

Mato Grosso do Sul é um dos jovens Estados brasileiros. Criado pelo presidente da Ditadura Militar General Ernesto Geisel. Apesar de ser discutido o desmembramento do grande Estado do Mato Grosso desde a primeira metade do século XX, é durante a ditadura que ele se concretiza. Fundado em 1977, o Estado é simultaneamente fruto da ditadura e da redemocratização e, por isso, surge em um momento de mudanças sociais e de reafirmação

da sociedade civil e de suas formas de organização, especialmente as que se organizam contra o autoritarismo.

Refletindo esse contexto, na década de 1980, o território recém-emancipado estava fervilhando de mobilizações em prol da democracia e contra a Ditadura Militar. Essas iniciativas muitas vezes estavam relacionadas ao trabalho rural, por conta da característica do Mato Grosso do Sul, mas não era o único teor de mobilização, pois trabalhadores urbanos, classe média, professores e alunos também se mobilizaram pelo fim da ditadura. O movimento negro também se inseriu nessa luta.

Então o movimento negro no Mato Grosso do Sul surge dentro desse contexto político de luta pela democracia e de avanço no associativismo político, ou seja, o que movimento negro-sul-matogrossense já nasce na chamada última fase do movimento negro: o movimento negro contemporâneo tema deste capítulo.

A primeira organização do movimento negro de Mato Grosso do Sul foi o Grupo Trabalho e Estudo Zumbi (TEZ), fundado em 1985, o primeiro grupo a se institucionalizar no recém-criado Estado. O estopim para a fundação do grupo foi uma palestra promovida pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e pela Universidade Católica Dom Bosco, no mesmo ano. Nessa palestra, Fernando Gabeira, militante contra a ditadura, afirmou que apenas em seus anos de exílio na Europa teve dimensão do racismo, pois o sentiu por ser latino-americano. Essa afirmação deu a alguns dos presentes a certeza de que o racismo no Brasil precisava ser denunciado.

À vista disso, um pequeno grupo resolveu se articular, formado pelos professores universitários Jorge Manhães e Dorothy Rocha e pelos alunos do curso de Direito da UFMS Eurídio Ben-Hur Ferreira, Paulo Roberto Paraguassú e Jaceguara Dantas da Silva Passos. Havia também mais um integrante chamado Pedro, que não tinha relação com nenhum curso universitário como

professor ou aluno, e não há informações disponíveis além do seu primeiro nome. Assim, foi criado o Grupo de Trabalho e Estudo Zumbi.

Mesmo que, como o nome já sugere, o TEZ pretendesse ser um grupo de estudos – e assim atuou por mais de 10 anos com reuniões sábado à tarde –, ele também se tornou pioneiro no combate ao racismo em Mato Grosso do Sul. O grupo passou a ser referência no Estado e atuava para além de grupos de estudos, promovendo palestras em escolas, concedendo entrevistas e realizando outras ações de enfrentamento ao racismo na cidade de Campo Grande.

Em 1999 o Grupo TEZ, em parceria com o Sindicato de Professores local, realizou sua primeira atividade formal para professores. Depois dessa formação, o grupo foi acionado para mediar uma situação de racismo entre uma escola particular e uma escola pública da cidade. Em resposta, o TEZ decidiu elaborar um curso de 20 horas para professores da escola particular e propôs uma parceria com a escola de financiamento do curso, em vez de acionar a justiça. Com isso, o grupo reafirmou seu compromisso com a educação como potência na luta antirracista.

O Grupo TEZ continuou atuando no Mato Grosso Sul, onde existe até hoje. O grupo se tornou o embrião de outras organizações que se desmembraram por um processo natural de fragmentação e expansão do movimento negro no Estado. Com ações realizadas em parcerias com a Secretaria de Educação, como a criação de um pré-vestibular social e a participação no Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE-MS), o grupo é pioneiro na defesa de direito dos negros em seu território.

PARA SABER MAIS

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. O grupo tez e as raízes da expansão das instituições da sociedade civil negra do mato grosso do sul. **Revista Movimentação**, Dourados, v. 2, n. 1, p. 77-93, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/3999>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRAZIL, Maria do Carmo; VALENTIM, Reinaldo Antonio; FURTADO, Alessandra Cristina. Afro-educação em Mato Grosso do Sul: o Projeto Guaicuru e a construção da escola cidadã (1996-2003). Afro education in Mato Grosso do Sul state: The Guaicuru Project and the construction of the citizen school (1996 to 2003). **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 375-400, 2012. DOI: 10.29286/rep.v21i46.415. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/415>. Acesso em: 13 jul. 2024.

UNIÃO DOS NEGROS DO AMAPÁ (UNA)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Macapá/Amapá

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1986 – Atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Paulo José da Silva Ramos, Maria José Libório e Raimunda Nazaré da Silva Ramos

ATIVIDADES PROMOVIDAS: atos públicos, oficinas, seminários, palestras, apresentações culturais e artísticas

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: cultura e política

BREVE HISTÓRICO

O Amapá é um dos mais novos estados da federação, pois foi criado com a Constituição Federal de 1988 e implantado efetivamente a partir de 1991⁴⁹. Embora seja novo, a luta da população negra na região é anterior à formação do Estado. A presença do negro no Amapá é extremamente forte, mas a ideia de um movimento

49. Em 13 de setembro de 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, o então presidente da República, Getúlio Vargas, assinou decreto-lei criando cinco territórios federais, entre eles o do Amapá, e, com promulgação da Constituição Federal de 1988, foi transformado em estado.

negro organizado só começa a ser pensada a partir de 1986 com a fundação da União dos Negros do Amapá (UNA).

Em 1984, o povo elegeu Raimundo Azevedo da Costa, prefeito de Macapá – é importante ressaltar que Raimundo Azevedo da Costa é um cidadão amapaense e negro. Ao longo da sua administração, vários negros assumiram cargos de confiança do município e, entre os funcionários negros alocados na administração pública, estava Paulo José da Silva Ramos, que ocupou o cargo de subprocurador da Câmara de Vereadores de Macapá.

Ao representar o Amapá no ano de 1986 em uma reunião de Procuradores em Florianópolis, Santa Catarina, Paulo José vivenciou a experiência de ser o único negro presente. Após a participação no evento, ele passou por um momento de profunda reflexão, que o leva a pensar sobre a grande presença do negro nas terras do Amapá – principalmente na localidade do Curiaú⁵⁰, na cidade de Macapá.

O subprocurador passou então a cultivar o propósito de fundar um movimento que trabalhasse a causa negra e valorizasse o negro no Estado. Motivado por esta ideia, Paulo José convidou três amigas, Maria Luíza Almeida do Rosário, Maria dos Anjos Tavares da Silva e Maria Araújo de Souza (todas negras de classe média e que ocupavam posições sociais de influência em Macapá), para ingressarem no movimento.

O primeiro encontro do grupo ocorreu debaixo de uma mangueira na residência de Maria Araújo – sendo considerada esta a primeira reunião do movimento negro. A partir desse primeiro encontro, a UNA começou a se estruturar. A segunda reunião contou com a presença de 20 pessoas (todas convidadas por Paulo José, Maria Araújo e Maria dos Anjos) sendo elas amigos em comum do grupo. Entre os presentes estavam Raimundo

50. Curiaú é um território quilombola no município de Macapá, Estado do Amapá.

dos Santos Sousa e o líder comunitário do local, Roldão Amâncio da Silva.

A partir dessa reunião, o movimento começou a crescer e, a cada novo encontro, mais pessoas apareciam dispostas a participar – ficando difícil acomodar tanta gente nas residências dos organizadores. Por fim, ficou estabelecido como local para os próximos encontros a sede do Macapá Esporte Clube, onde Paulo José era presidente.

Depois de um período de discussão, foi fundada, oficialmente, em 25 de novembro de 1986, a União do Negro do Amapá (UNA) – o nome foi ideia do militante José Paulo da Silva Ramos e contou com a aprovação de todos que participaram da assembleia de fundação. No dia 21 de maio de 1987, o estatuto da União dos Negros do Amapá foi publicado no diário oficial do território do Amapá e, a partir dessa publicação, Paulo José da Silva Ramos assumiu a coordenação geral da UNA.

Entre os objetivos principais da organização, conforme seu estatuto, eram “conscientizar o negro do Amapá, a descobrir suas origens e desempenhar o seu papel político, social e cultural na sociedade brasileira⁵¹”. Seguindo o que foi estabelecido em seu estatuto, a UNA trabalhou com afincos a valorização de uma cidadania negra, recusando os estereótipos tradicionais existentes sobre o negro – assim, tentava-se construir uma nova identidade negra a partir de elementos históricos e culturais do negro do Amapá.

A coordenação de Paulo José pautou-se pelo trabalho de valorização do negro e a busca de redimensionamento da questão cultural e suas especificidades. Além da busca pela valorização e o entrosamento com a população local, Paulo José organizou viagens para outros estados e ainda participou de um encontro internacional na Guiana Francesa. O coordenador considerava

51. Diário Oficial 4912, apud Maciel, 2001, p. 15.

esses encontros importantes, pois gerava experiência para a melhor atuação do movimento; contudo, em 1989, Paulo José se afastou da coordenação da UNA para concorrer ao cargo de vereador.

Maria José Libório assumiu a coordenação geral da UNA no final de 1989 após a saída de Paulo José e, a partir de sua presidência, a UNA passou a ter características de entidade cultural e de preservação de manifestações, como a festa do Marabaixo⁵². O período de duração de seu mandato estendeu-se de 1989 a 1992.

Durante a gestão de Maria José, aconteceu uma reação negativa da proposta cultural por parte dos sócios que queriam da UNA uma atuação maior no campo político – ou seja, em enfrentamento direto com o poder e um trabalho que pudesse ter efeito imediato sobre a conscientização da situação do negro no Amapá, porém, apesar da oposição de sócios fundadores da UNA (como o próprio Paulo José, que criticou a diretoria de Libório dizendo que a UNA se tornou uma entidade promotora de festas), a organização manteve a característica de cunho cultural.

Em 1993, a coordenação geral da UNA foi passada à Raimunda Nazaré da Silva Ramos, e o principal objetivo de sua coordenação foi estabelecer a UNA em um local fixo. Seu empenho foi tão grande que conseguiu, junto ao governo do Estado, a construção do Centro de Cultura Negra do Amapá (CCNA), localizado no bairro de Laguinho, onde hoje é a sede da UNA.

No ano de 1999 foram abertas novas filiações. Assim, membros de dez comunidades rurais negras próximas de Macapá filiaram-se à UNA, formando um contingente significativo de novos sócios. Após dez anos sem eleição, a União dos Negros do

52. O Marabaixo é uma manifestação cultural e um símbolo de resistência de origem africana típica de comunidades afrodescendentes do Amapá que remonta ao período da escravidão e inclui dança de roda, canto e percussão ligados às festas do catolicismo popular em louvor aos santos padroeiros da comunidade.

Amapá, contando com 528 sócios, promoveu a sua segunda eleição direta para a coordenação. A entidade promovia ações de extrema importância para revelar as discriminações raciais na cidade Macapá – como, por exemplo, denúncia de casos de racismo que foram levados às instâncias policiais e jurídicas a partir de intervenção da entidade.

No campo da cultura, a UNA promoveu desde a sua fundação a Semana da Consciência Negra, onde são produzidos seminários e apresentações de grupos musicais e folclóricos de localidades próximas de Macapá. Esses eventos são extremamente prestigiados pela população amapaense, fazendo parte do calendário festivo da cidade.

A UNA desempenha um papel importantíssimo na reconstrução da identidade do negro amapaense, buscando a valorização da cultura negra. A organização busca promover encontros, oficinas, seminários, palestras, apresentações culturais e artísticas que engrandecem e valorizam a cultura afro-brasileira e a história do povo amapaense.

PARA SABER MAIS

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. **Periódico Identidade**, São Leopoldo, v. 21 n. 1, p. 65-79, jan.-jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2772/2640>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MACIEL, Alexsara de Souza. “Conversa amarra preto”: a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000. 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estadual de Campinas, 2001.

UNIÃO DE NEGRAS E NEGROS PELA IGUALDADE (UNEGRO)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Salvador/Bahia – com representação em vários Estados

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 1988 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Olívia Santana, Santa Alves e Ângela Guimarães

ATIVIDADES PROMOVIDAS: ações comunitárias, atos públicos, palestras

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: política

BREVE HISTÓRICO

A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) foi fundada em Salvador no ano de 1988 na Biblioteca Pública do Estado, no bairro de Barris. A UNEGRO faz parte de uma série de organizações que são criadas por militantes que rompem com o Movimento Negro Unificado (MNU) fundado em 1978 em São Paulo e com representação em vários estados do país. A partir da experiência adquirida no MNU, muitos militantes sentiram a necessidade de se organizar

regionalmente e até mesmo, como é o caso aqui, nacionalmente, em benefício de demandas próprias.

No caso da UNEGRO, além dessas necessidades, havia divergências partidárias. A fundação do MNU marcou o início de uma proximidade de pautas entre o movimento negro e a esquerda na qual a esquerda adiciona o antirracismo a sua agenda e o movimento negro passa a associar a luta antirracista com a luta de classes. Sendo assim, desde sua fundação, a UNEGRO traz como objetivo a articulação da luta antirracista com a luta de classes, mas também com a luta contra a desigualdade de gênero, o que é muito forte na organização.

A organização comunista, de viés marxista, nasceu já articulada no âmbito político-partidário, pois alguns de seus fundadores eram filiados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Talvez, por conta dessa concepção comunista e de valorização do protagonismo coletivo em vez do individual, os nomes dos seus fundadores não apareçam de maneira definitiva.

O que aparece desde o princípio na fundação da entidade é a certeza de que o racismo não pode ser visto como apenas um fenômeno solitário, de diferença entre brancos e negros. Para ser combatido, ele precisa ser analisado de maneira articulada com o sexismo e com a luta de classes, ou seja, a UNEGRO enquadra sua luta na intersecção entre o antirracismo e anticapitalismo. Para desempenhar sua luta, a organização buscou a inserção do negro e de suas demandas na política através do estímulo da sua participação em partidos políticos, universidades, sindicatos e demais espaços de discussão política.

Nesses 36 anos de ativismo, a UNEGRO buscou combater o racismo atuando por meio da participação em partidos políticos, conselhos, ações comunitárias, encontros nacionais com outras organizações negras, comissões antirracistas e outros meios de organização coletiva. A entidade se expandiu, assim

como o MNU, e hoje possui representação em 25 Estados da Federação, sendo eles: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO, segundo seu próprio site.

PARA SABER MAIS

ANJOS, Waneska Cunha dos. Agenda Governamental e Movimento Negro na Bahia (1999 – 2009). 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BRAGA, Alexandre Francisco. UNEGRO, um projeto de raça, classe e gênero no Brasil. **COPENE**, Salvador, 2018.

COSTA, Lidiana Freitas. A ação política em organizações negras da Bahia: velhos e novos dilemas da ação coletiva. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

UNEGRO. Disponível em: <https://www.unegro.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

UNIÃO de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro). **WikiFavelas**, 21 jun. 2024. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Uni%C3%A3o_de_Negras_e_Negros_pela_Igualdade_\(Unegro\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Uni%C3%A3o_de_Negras_e_Negros_pela_Igualdade_(Unegro)). Acesso em: 20 jul. 2024.

INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO MATO GROSSO (IMUNE)

LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO TERRITÓRIO: Cuiabá/Mato Grosso

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO: 2002 – atualmente (2024)

PRINCIPAIS LIDERANÇAS: Antonieta Luísa Costa (Nieta), Jackeline Maria da Silva, Maristela Mendes Pedroso, Nara Nascimento e Cleonice Terezinha Fernandes

ATIVIDADES PROMOVIDAS: oficinas, encontros, marcha, rodas de conversas, palestras

PRINCIPAL ÁREA DE ATUAÇÃO: educação, saúde e cultura

BREVE HISTÓRICO

O Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso (IMUNE-MT) foi fundado em 2002, na cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil. O Instituto é a primeira iniciativa voltada para a organização de mulheres negras no Estado do Mato Grosso e vem ao longo desses 22 anos de existência desenvolvendo atividades que priorizam a educação, a saúde, o bem-estar e a defesa dos direitos das mulheres negras nos territórios no qual atua.

O IMUNE é criado a partir do grupo Filhas de Oxum criado em 1989 por Antonieta Costa, também fundadora do IMUNE. Nieta, como é conhecida, é filha de Geraldo Costa, um dos mais importantes e conhecidos ativistas negros no Mato Grosso e fundador do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) do qual ela participa. O grupo cultural Filhas de Oxum foi criado a partir de um grupo de dança do Grucon.

Através do grupo Filhas de Oxum, segundo suas líderes, mais de 600 crianças e adolescentes foram assistidas. Lá, elas tinham aulas de dança afro, de inglês e de literatura africana. As integrantes do grupo também realizavam visitas às casas das meninas assistidas pensando na saúde e no bem-estar delas, o que resultou na adesão das mães de várias dessas meninas às oficinas oferecidas pelo grupo.

A partir de então, surge a necessidade, entre essas mulheres que atuavam no grupo de dança, de formar algo mais amplo na defesa dos direitos das mulheres negras de Cuiabá. Elas começam a realizar reuniões mensais para discutir as demandas e as possibilidades de organização. O IMUNE é criado como um coletivo de mulheres negras que se reuniam na casa uma das outras e continua promovendo as atividades para crianças e adolescentes como a confecção de bonecas. Além disso, um ano após a sua fundação, é criada a *Voz Imune*, um jornal que se torna um dos principais meio de comunicação da organização.

Nessas reuniões mensais, que aconteciam alternadamente na casa das integrantes, segundo elas, eram encontros afetivos. Elas aproveitavam o momento para se conhecer melhor e discutir as questões que as afetavam. Essas reuniões são o início do IMUNE-MT, que passou a também fazer encontros nos quais elas faziam feijoadas para arrecadar recursos para tocar seus projetos.

Além do jornal *Voz IMUNE*, o Instituto também lançou uma revista sobre a saúde mental da mulher negra, da qual foram

produzidos 200 exemplares. A revista foi resultado das rodas de conversas realizadas pelo grupo, com temas como saúde, educação, cultura, entre outros, e foi distribuída nas atividades promovidas pelo IMUNE nas comunidades.

O IMUNE foi então criado em 2002, mas foi consolidado em 2007, com a criação de um CNPJ. A institucionalização foi um passo necessário para a viabilização dos projetos da entidade, que passou a ser referência no trabalho com mulheres negras em Cuiabá e em todo o Estado do Mato Grosso.

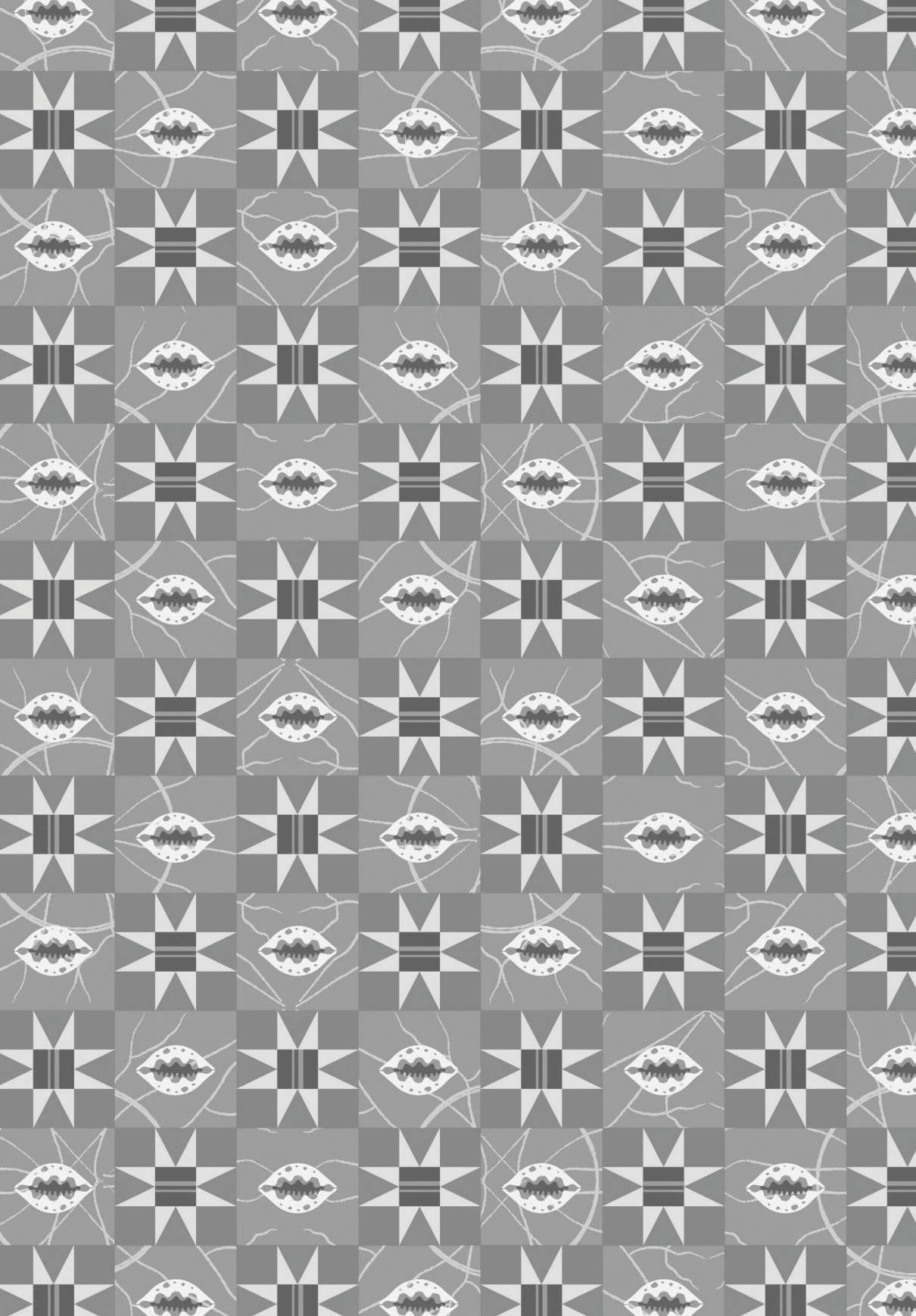
Como resultado, o Instituto de Mulheres Negras passou a ser chamado pela comunidade, em vez de chamar a comunidade para vir até ele. Não só as pessoas, mas também as secretarias de educação e de cultura e outros componentes do Poder Público. Com isso, o IMUNE começou a participar de conselhos e demais espaços de promoção da saúde e de igualdade racial.

Até 2024, com 22 anos de existência, o IMUNE vem trabalhando para emancipação das mulheres, na busca pela garantia de seus direitos e valorização de sua autoestima. Esse trabalho começa com seus integrantes e se estende às pessoas atendidas em seus projetos, passando por quem têm acesso ao seu jornal *Voz IMUNE*, que está em circulação há 21 anos. O Instituto segue sendo uma referência de combate ao racismo e ao sexismo no país.

PARA SABER MAIS

BAPTISTA PINTO, Neusa. **Ativismo de mulheres negras em Cuiabá: práticas de comunicação e vinculação social**. Cuiabá: [s. n.], 2018. 294 p. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

GIOVANE, Alcântara. Conheça a história do IMUNE: organização que se reinventa e faz ecoar a voz e as lutas das mulheres negras há duas décadas no Mato Grosso. **Baobá-Fundo para Equidade Racial**, [S. l.], p. 1-2, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://baoba.org.br/conheca-a-historia-do-imune-organizacao-que-se-reinventa-e-faz-ecoa-a-voz-e-as-lutas-das-mulheres-negras-ha-duas-decadas-no-mato-grosso/>. Acesso em: 2 jul. 2024.



SOBRE OS AUTORES

Diego Deziderio é graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-UERJ) e atualmente é pós-graduando em Ensino de Histórias e Culturas Africana e Afro-Brasileiras (IFRJ). É professor na rede privada no município de São Gonçalo e desenvolve pesquisas nas áreas de História e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de História, Lei nº 10.639, História da África nos livros didáticos e no Programa Nacional do Livro Didático, Historiografia escolar, História do movimento negro no Brasil.

Jorge Amilcar de Castro Santana é licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Possui experiência em pesquisas nas áreas de imigração africana, favelas, antropologia urbana, sociologia dos esportes, moradia, movimentos de moradia e racismo. Atualmente, é professor efetivo de História no Instituto Federal do Paraná, campus Campo Largo, e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi). É autor do romance

histórico *Desculpa, meu ídolo Barbosa*, organizador e um dos autores do dossiê *Galeria de Racistas: reparação, agência e resistência*, além de ter sido um dos diretores do documentário *Nosso Sagrado*, produzido pela Quiprocó e lançado em 2017.

Stephanie Santana é historiadora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP) e mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS-UERJ), onde desenvolveu pesquisa sobre o movimento negro contemporâneo. Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Arte (PPGHA-UERJ) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua com pesquisa em história, arte, cultura e educação desde 2010. Entre suas experiências profissionais, destaca-se a curadoria da exposição de longa duração do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB), a atuação como pesquisadora bolsista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), educadora museal no Museu Histórico Nacional e, mais recentemente, a coordenação do Programa Educativo Gente Arteira da Caixa Cultural. Atualmente, é Coordenadora de Educação do Museu de Arte Moderna (MAM-Rio).

UM OLHAR DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE

Agência Facilitadora Para Investimentos Culturais (ONG ÁFRICA) nasceu no ano de 2006 sob a liderança comunitária de Jorge Arruda e um grupo de voluntários da Comunidade da Mangueira interessados em desenvolver programas de desenvolvimento humano, social, cultural, econômico e educacional.

Como uma organização sem fins lucrativos a ONG ÁFRICA oferece um histórico de ações locais dentro e fora do Morro da Mangueira que vão desde parcerias com outras organizações, realizações de cursos profissionalizantes, eventos multiculturais como grafite, música, dança, biblioteca comunitária, cineclube, teatro e até ações voltadas ao atendimento psicológico, promoção a saúde em geral, e enfrentamento à vulnerabilidade alimentar e saneamento básico. Atualmente, além do Morro da Mangueira há uma série de cursos oferecidos nas comunidades como, São Gonçalo, nos bairros do Mutuá e Itaúna – região metropolitana, Rocinha – zona sul e Campo Grande, no bairro de Santa Margareta – zona oeste.

Nossa missão é que através do acesso à cultura, à arte e à educação, criar condições objetivas para promoção do alcance a direitos básicos, a dignidade, a ação consciente e democrática dos indivíduos de comunidades do Rio de Janeiro como parte da sociedade. Atuando com as famílias, grupos, parceiros, profissionais da educação e do meio ambiente na busca e implementação de políticas públicas que garantam acesso à cultura, tecnologia, informação, segurança alimentar e saúde mental. Visamos ser referência no desenvolvimento de habilidades, capacidades e estratégias, promovendo ações transformadoras. Atuando com as comunidades, para as comunidades e pelas comunidades, para conquista de espaços e direitos que garantam a existência e afirmam as potencialidades das pessoas faveladas e periféricas no Estado.

Nos posicionamos através dos nossos eixos de atenção:

- Educação
- Defesa de Direitos
- Capacitação Profissional
- Esporte, Lazer e Recreação
- Assessoria
- Educação Ambiental
- Pesquisa
- Cultura
- Segurança alimentar
- Saúde mental

Assim compreendemos a cultura como um dos principais dispositivos de transformação, acreditamos no seu poder transformador, por isso estamos sempre dispostos a nos alinharmos em iniciativas que tenham como caráter a difusão de saberes, e que potencializam ações concretas e continuadas. Nos colocamos sempre abertos a novos caminhos e possibilidades.



Agência Facilitadora
para Investimentos Culturais

INSTAGRAM

@ong.africa

E-MAIL

africaagenciaa@gmail.com

SITE

ong-africa.org

ENDEREÇO

Rua General Bento Ribeiro, 01
Fundação/Mangueira - RJ

1**PR**

Sociedade
Operária
Beneficente
13 de Maio;

Clube 24
de Agosto

4**RS**

A Alvorada;
União dos
Homens de Cor;
Grupo Palmares

8**PA**

Centro
de Estudos
e Defesa do
Negro do Pará

2**SP**

Centro Literário
dos Homens
de Cor;

Federação
Homens de Cor;

O Clarim
da Alvorada;

Centro Cívico
Palmares;

Grêmio Recreativo
e Familiar Flor
de Maio;

Frente Negra
Brasileira;

Associação
Cultural do Negro;

Centro de Cultura
e Arte Negra;

Movimento Negro
Unificado;

5**RJ**

Federação
Homens de Cor;

Companhia Negra
de Revistas;

Teatro Experimental
do Negro;

Renascença Clube;

Instituto das
Pesquisas Negras;

Centro de Estudos
Brasil-África;

Grêmio Recreativo
de Arte Negra
Escola de Samba
Quilombo

9**MS**

Grupo
Trabalho
e Estudos
Zumbi

10**AP**

União
dos Negros
do Amapá

6**SC**

Centro Cívico
e Recreativo
José Boiteux;

União Catarinense
dos Homens de Cor

11**BA**

União
de Negros
e Negras
pela Igualdade

3**MG**

Club Beneficente
Recreativo 28
de Setembro;

Associação
José do Patrocínio

7**MA**

Centro
de Cultura
Negra do
Maranhão

12**MT**

Instituto de
Mulheres
Negras do
Mato Grosso

MAPA DO BRASIL



MOVIMENTOS NEGROS BRASILEIROS

FORMATO *16x23cm*

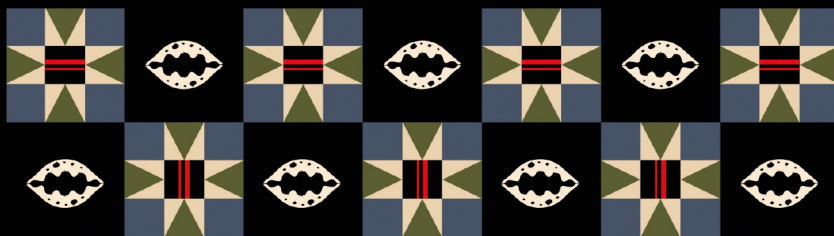
MIOLO *Papel Pólen Soft 80g/m²*

CAPA *Papel Supremo 250g/m²*

TIPOGRAFIA *Silva Text 11/16*

IMPRESSÃO *Gráfica Multifoco*

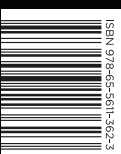




A história da população negra no Brasil é marcada por lutas e resistências desde a chegada do primeiro sujeito negro escravizado. Os pesquisadores Jorge Amílcar Santana, Diego Deziderio e Stephanie Santana apresentam a trajetória de resistência construída pelo povo negro, com um recorte temporal que começa em 1889, ano da Proclamação da República, e se estende até o ano de 2002. O movimento negro contemporâneo pode ser definido como o conjunto de organizações de combate ao racismo, que visam à superação das mazelas impostas aos negros em consequência de quase quatro séculos de escravização. Ele é um fenômeno político, social e cultural de resistência, que produz e articula saberes fundamentais sobre raça e racismo, organizando-se em diferentes espaços e frentes de atuação. O movimento negro é um ator político e, como tal, produz conhecimento na luta.

“Almanaque do Movimento Negro Brasileiro” é um livro extraordinário que nos apresenta um universo de possibilidades de resistências negras. Com essa publicação, nós, pesquisadores e educadores negros e negras, ganhamos uma importante ferramenta para o enfrentamento do racismo nas escolas. Idealizar e publicar uma obra numa perspectiva afrocentrada é fazer política, é construir em conjunto o movimento negro contemporâneo.

Debora Simões de Souza



IDEALIZAÇÃO

REALIZAÇÃO



Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



MINISTÉRIO DA
CULTURA

